



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIDADES, TERRITÓRIOS E
IDENTIDADES – PPGCITI**

Rosenilda Botelho Gomes

**SABERES TRADICIONAIS QUILOMBOLAS E A POLÍTICA NACIONAL DE
ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL: O CASO DO ARAPAPUZINHO
(ABAETETUBA-PA)**

ABAETETUBA-PA
2019

Rosenilda Botelho Gomes

**SABERES TRADICIONAIS QUILOMBOLAS E A POLÍTICA NACIONAL DE
ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL: O CASO DO ARAPAPUZINHO
(ABAETETUBA-PA)**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do grau de Mestre em Cidades, Territórios e Identidades – PPGCITI, da Universidade Federal do Pará – UFPA, Campus Universitário de Abaetetuba – CAAB, na Linha de pesquisa intitulada Políticas Públicas e Movimentos Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Francinei Bentes Tavares

ABAETETUBA – PA

2019

Rosenilda Botelho Gomes

**SABERES TRADICIONAIS QUILOMBOLAS E A POLÍTICA NACIONAL DE
ASSISTENCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL: O CASO DO ARAPAPUZINHO
(ABAETETUBA-PA)**

Data da defesa: Abaetetuba (PA), ____/____/____

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Francinei Bentes Tavares
(Orientador – UFPA)

Prof. Dr. Yvens Ely Martins Cordeiro
(Membro Titular / Interno – UFPA)

Profa. Dra. Mara Rita Duarte de Oliveira
(Membro Titular / Externo – UNILAB)

Prof. dr. Afonso Welliton de Sousa Nascimento
(Membro Suplente / Interno – UFPA)

A Timóteo e Rosa Maria, meus pais.
A Juvanildo, Rosiane e Janete, meus irmãos.
Ao Lailso, meu marido.
À Rayssa e Rafaela, minhas filhas.
E a todos os Quilombolas de Arapapuzinho.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela graça alcançada, pois cada passo da minha vida está em seu comando, por me direcionar, dar força e sabedoria nesta fase tão importante da minha vida, assegurando-me e me protegendo a cada viagem à comunidade onde moro, passando pelo rio Maratauíra até a cidade de Abaetetuba.

Aos meus pais, Rosa Maria Rodrigues Botelho e Timóteo Fonseca Botelho, que me deram apoio constante, ao ficarem com as minhas filhas, cuidadosamente. Não tenho palavras suficientes para agradecer-lhes.

Aos meus irmãos, Juvanildo Botelho, Rosiane Botelho e Janete Botelho, à Marileide Quaresma, minha única cunhada, e Marinei Pinto, meu cunhado, às sobrinhas Juliana e Júlia e ao sobrinho Ruan Paulo, por estarem sempre junto às minhas queridas filhas, dando-lhes carinho e atenção nesse período de muita ausência, mas de luta diária em busca do conhecimento.

Às minhas filhas, Rayssa Botelho Gomes e Rafaela Botelho Gomes, por terem paciência, respeito e admiração em cada abraço e beijinhos que me presenteavam e pela compreensão devido ao pouco tempo dispensado a elas.

Ao meu querido esposo, Lailso Gomes, que nunca me deixou desanimar, mesmo quando isso iria comprometer um momento de lazer, devido à quantidade de trabalho que precisavam ser desenvolvidos, pelo incentivo, atenção e dedicação, o que fez com que os momentos difíceis fossem superados, agradeço as palavras de ânimo que sempre foram ditas. Talvez não soubesses que elas tinham um significado muito forte na própria paz de espírito. E, também, pela paciência em me acompanhar e me esperar nas muitas viagens ao campus de pesquisa.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Francinei Bentes Tavares, por cada momento que me oportunizou, mostrando ter confiança no meu conhecimento. Sempre foi mais do que um orientador, foi alguém que me escutou sobre meus problemas e dificuldades e soube compreendê-los, sem deixar que isso afetasse a construção deste trabalho, por ter um trato humano e respeitoso para com as diversidades.

Aos agricultores da comunidade de Arapapuzinho, destacando aqui, dentre os vários nomes, a agricultora e professora Elizia Pantoja, que foi uma pessoa que me acompanhou durante toda a minha pesquisa, recebendo-me e tratando-me muito bem, assim como todos daquela localidade, com muito carinho. Também o coordenador da ARQUIA, Edilson da Conceição, o senhor Isaias Rodrigues, Jucileide e Igarina Rodrigues, que, dentro de suas grandes responsabilidades profissionais, possibilitaram-me esta pesquisa.

À coordenação da COODERSUS, na pessoa de Antônio Emerson, à Kerrem, coordenadora da chamada ATER, e aos técnicos que não deixaram de contribuir com a pesquisa.

Ao grupo de pesquisa GEPEME, nas pessoas da professora Mara Rita Duarte e da professora Marinilda Sardinha, por todo o incentivo e credibilidade que proporcionaram a cada um de nós, participantes do grupo, tornando-nos aliados nos momentos bons e difíceis, num crescimento intelectual e acadêmico que acontece a cada instante.

Aos meus colegas do Programa de Pós-Graduação em Cidades, Territórios e Identidades (PPGCITI), que me incentivavam e me escutavam não só como acadêmica, mas como contadora de histórias, no anseio de adquirir conhecimentos e desenvolver atividades juntos, com o objetivo de vencer as dificuldades, principalmente de tempo. Tenho consciência de que foram grandes colegas, Auristela, Juliany, Gerlane, Aline e Nelson, e também estudantes de turmas especiais, como a Alice Raquel, uma grande incentivadora.

À Professora Dra. Mara Rita Duarte de Oliveira e ao Professor Dr. Yvens Ely Martins Cordeiro, que aceitaram ser membros avaliadores da banca de qualificação e também da banca de defesa, e que tanto contribuíram para o crescimento e melhoria desta produção científica. Também, todos os professores da UFPA, do Programa de Pós-Graduação em Cidades, Territórios e Identidades, que a cada disciplina me possibilitaram novas maneiras de compreender principalmente os estudos relacionados às Ciências Humanas. Dentre esses docentes, destaco o Professor Dr. Francinei Bentes, Professor Dr. Aquiles Simões, Professor Dr. Alexandre Cals e o Professor Dr. Afonso Nascimento.

Enfim, obrigada a todos os amigos, amigas e familiares que, de uma forma ou de outra, me estimularam e me ajudaram nesse processo, para que eu seja capaz de enfrentar as dificuldades da vida e lutar para que mudanças sociais relevantes sejam concretizadas a partir desta formação, pois de nada serve um título, se não for para contribuir, nem que seja minimamente, com a vida humana e, principalmente, com o grupo a que pertenço, os Quilombolas.

O que se pretende com o diálogo, em qualquer hipótese (seja em torno de um conhecimento científico e técnico, seja de um conhecimento “experiencial”), é a problematização do próprio conhecimento em sua indiscutível reação com a realidade concreta na qual se gera e sobre a qual incide, para melhor compreendê-la, explicá-la, transformá-la.

Paulo Freire (1983)

RESUMO

Os povos quilombolas perseveraram na luta pela constituição de direitos e, apesar de algumas conquistas, ainda se encontram em vias de acessá-los plenamente. E, com a efetivação da ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural) no território, que representa o conhecimentos técnicos científicos e os quilombolas com o saber tradicional no desenvolvimento da agricultura. Sendo que ambos são de suma importância para o desenvolvimento das atividades agrícolas. Assim, esta dissertação consiste em analisar se a ATER está contribuindo para o fortalecimento da agricultura familiar no território quilombola, no que diz respeito à organização produtiva, ao manejo sustentável e ao diálogo com os saberes socioambientais desses povos tradicionais na comunidade de Arapapuzinho, em Abaetetuba-PA. Esta investigação centrou-se na referida comunidade onde os quilombolas trabalham na agricultura, usando os conhecimentos passados de pai para filho. Assim, traz-se para a discussão o papel do Estado e dos Movimentos sociais na Política Nacional da ATER (PNATER) para os quilombolas; o desenvolvimento das atividades da agricultura familiar mediante as orientações técnicas; os saberes dos quilombolas nos plantios e cultivos na agricultura; e, por fim, a mediação dos agentes de desenvolvimento entre o conhecimento técnico-científico e os saberes populares e as contribuições da PNATER para os agricultores. Por meio de um Estudo de Caso, esta pesquisa é sustentada pelos seguintes autores: Yin (2014); Gil (2008); Minayo (2013) e Triviños (1987), além de autores que dialogam com a discussão teórica sobre os saberes, entre eles: Diegues (2000, 2001); Cunha (2007) e outros. Porém, não se pode deixar de enfatizar sobre o papel do Estado e os que debatem sobre outros temas, no caso a ATER, como Schmitz (2003); políticas públicas, como Pierre Muller; e, Yves Surel (2000); e, dentre os demais temas, Freire (1983, 1987) e muitos outros teóricos que estão subsidiando esse texto. Utilizou-se a pesquisa qualitativa, a observação participante e a entrevistas semiestruturadas, dirigida aos agricultores quilombolas, técnicos e coordenador da COODERSUS (Cooperativa de Trabalho em Apoio ao Desenvolvimento Rural Sustentável), que prestou assistência aos agricultores, e representantes do movimento quilombola – ARQUIA (Associação dos Remanescentes de Quilombos das Ilhas de Abaetetuba). Os resultados despontam o fortalecimento da agricultura familiar, com a presença da ATER, sendo que a cooperativa apresenta uma inovação de orientação que busca a interdependência econômica, social e ambiental, que consolida um modelo de desenvolvimento sustentável. Por outro lado, expõe que o desenvolvimento local e o aumento produtivo estão nas práticas do conhecimento técnico, entretanto, não desmerece o saber tradicional. Temos também a resistência dos quilombolas diante da orientação técnica em relação à transição agroecológica, pois, mesmo reconhecendo a importância da ATER, esses agricultores continuaram a desenvolver a atividade da roça e do manejo do açaí conforme os seus saberes. A presença de conflitos e as relações de poder foi perceptível nas ações da ater no território.

Palavras-chave: Políticas Públicas, Assistência Técnica, Comunidades Quilombolas, Saberes Locais, Agricultura Familiar.

ABSTRACT

The quilombola people persevere in the struggle for the constitution of rights and, despite some achievements, are still in the process of accessing them fully. And, with the realization of ATER (Technical Assistance and Rural Extension) in the territory, which represents the scientific technical knowledge and the quilombolas with the traditional knowledge in the development of agriculture. And, with the effectiveness of ATER (Technical Assistance and Rural Extension) in the territory, which represents the scientific technical knowledge and the quilombolas with the traditional knowledge in the development of agriculture. Thus, this dissertation consists of analyzing whether ATER is contributing to the strengthening of family agriculture in the quilombola territory, with regard to productive organization, sustainable management and dialogue with the social and environmental knowledge of these traditional peoples in the community of Arapapuzinho, in Abaetetuba -PA. This research focused on this community where the quilombolas work in agriculture, using the knowledge passed from father to son. It brings to the discussion the role of the State and Social Movements in the National Policy of ATER (PNATER) for the quilombolas; the development of family farming activities through technical guidelines; the knowledge of quilombolas in plantations and crops in agriculture; and, finally, the mediation of the agents of development between the technical-scientific knowledge and the popular knowledge and the contributions of PNATER to the farmers. Through a Case Study, this research is supported by the following authors: Yin (2014); Gil (2008); Minayo (2013) and Triviños (1987), as well as authors who dialogue with the theoretical discussion about knowledge, among them: Diegues (2000, 2001); Cunha (2007) and others. However, we must emphasize the role of the State and those who debate on other issues, in this case ATER, like Schmitz (2003); public policies such as Pierre Muller; and Yves Surel (2000); and, among other themes, Freire (1983, 1987) and many other theorists who are subsidizing this text. Qualitative research, participant observation and semi-structured interviews were used for quilombola farmers, technicians and coordinator of COODERSUS (Cooperative for Work in Support of Sustainable Rural Development), who assisted the farmers, and representatives of the quilombola movement - ARQUIA (Association of Remnants of Quilombos of the Islands of Abaetetuba). The results highlight the strengthening of family agriculture, with the presence of ATER, and the cooperative presents an orientation innovation that seeks the economic, social and environmental interdependence that consolidates a sustainable development model. On the other hand, it shows that local development and productive increase are in the practices of technical knowledge, however, does not detract from traditional knowledge. We also have the resistance of the quilombolas to the technical orientation regarding the agroecological transition, even recognizing the importance of the ATER, these farmers continued to develop the activity of the agriculture and the management of the açaí according to their knowledge. The presence of conflicts and power relations was perceptible in the actions of ATER in the territory.

Keywords: Public Policies, Technical Assistance, Quilombola Communities, Local Knowledge, Family Farming.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Acesso para a Comunidade Quilombola do Rio Arapapuzinho A) pelo rio; B) pelo ramal.....	33
Figura 2: Mapa de localização da Comunidade Quilombola do Rio Arapapuzinho, Abaetetuba-PA.....	34
Figura 3: Dona Rosalina, a senhora mais idosa da comunidade	35
Figura 4: A) Cultivares no quintal das casas. B) Plantios diversos na área após retirada da mandioca.....	36
Figura 5: Criação de animais domésticos na comunidade.....	37
Figura 6: Acima: Igreja de São Sebastião. Abaixo: Escola São João Bosco.....	39
Figura 7: Atividades desenvolvidas pelos quilombolas no Arapapuzinho.....	41
Figura 8: Configuração de Redes da ATER no território quilombola.....	59
Figura 9: A derruba para o cultivo da mandioca	78
Figura 10: Processo de queima no cultivo da mandioca	79
Figura 11: Seleção de manivas para o plantio de uma nova roça.....	80
Figura 12: As quilombolas fazendo a retirada da mandioca em aricás	81
Figura 13: A) Uso do búfalo e carroça para o transporte de mandioca para o “retiro”. B e C) Quilombolas na colheita da mandioca na comunidade.	81
Figura 14: A) processo de enchimento do tipiti; B) jirau com mandioca beneficiada.	83
Figura 15: A) processo de peneiração da massa de mandioca. B) torragem da farinha.....	84
Figura 16: Processo de esfriamento da farinha.....	85
Figura 17: Fluxograma das etapas de fabricação de farinha na comunidade quilombola do Rio Arapapuzinho.....	85

Figura 18: Desenho demonstrativo da seleção dos frutos de açaí	88
Figura 19: Representação do fluxograma do processo de comercialização do açaí na comunidade.....	89
Figura 20: Acima e abaixo: açaizal manejado na Comunidade Quilombola do Arapapuzinho	90
Figura 21: Configuração da mediação da política: território e Sistema Nacional	94
Figura 22: Plantio de maniva após a orientação técnica na Comunidade Quilombola do Arapapuzinho.....	109
Figura 23: Curso sobre o cultivo da roça sem fogo	117
Figura 24: A) cultivo da mandioca, macaxeira e milho. B) inserção do açaí na roça de mandioca	120

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 O trabalho da roça como forma de associação no Arapapuzinho.....	77
Quadro 2: Desenvolvimento da prática do cultivo da mandioca.....	82
Quadro 3 Desenvolvimento da prática do manejo do açai	92

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMIA	Associação dos Moradores das Ilhas de Abaetetuba
ARQUIA	Associação dos Remanescentes de Quilombos das Ilhas de Abaetetuba
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
BASA	Banco Social da Amazônia
CADÚNICO	Cadastro Único
CEDRS	Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável
CONDRAF	Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
COODERSUS	Cooperativa de Trabalho em Apoio ao Desenvolvimento Rural Sustentável
DAP	Declaração de Aptidão ao PRONAF
DATER	Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural
DPMRQ	Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais e Quilombolas
EMATER	Empresa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural
ET	Estatuto da Terra
FCP	Fundação Cultural Palmares
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITERPA	Instituto de Terra no Pará
ITR	Imposto Territorial Rural
MCR	Manual de Crédito Rural
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDSA	Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário
MEC	Ministério da Educação
MF	Frequência Média
MP	Medida Provisória
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
PBQ	Programa Brasil Quilombola
PNATER	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PNPCT	Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
PNPIR	Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial
PNRA	Programa Nacional de Reforma Agrária

PRONATER	Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROUNI	Programa Universidade para Todos
PSE	Processo Seletivo Especial Quilombola
PT	Partido dos Trabalhadores
RTDI's	Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação
SAF	Secretaria de Agricultura Familiar
SEAD	Secretaria Especial de Agricultura Familiar
SECAD	Secretaria de Educação Continuada e Diversidade
SEMAS	Secretaria Municipal de Assistência Social
SEPPIR	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SIATER	Sistema de Assistência Técnica e Extensão Rural
SNCR	Sistema Nacional de Crédito Rural
STTR	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO 1 - SABERES TRADICIONAIS E MEMÓRIA DE UMA QUILOMBOLA.....	22
1.1 VIVÊNCIA E EXPERIÊNCIA: O SABER TRADICIONAL.....	22
1.2 TRABALHO E EDUCAÇÃO: A DICOTOMIA DO SABER.....	26
1.3 DE CABOCLOS DO “SÍTIO” A QUILOMBOLAS.....	28
CAPÍTULO 2 – OS PRESSUPOSTOS TEÓRICO–METODOLÓGICOS DA PESQUISA	30
2.1 PARTINDO DE UM ESTUDO DE CASO.....	31
2.1.1 Localização e caracterização do locus da pesquisa	32
2.1.2 Caracterização dos atores da pesquisa.....	39
2.1.3 Instrumentos de coleta de dados	42
2.1.4 Método empregado na pesquisa	44
2.1.5 Análise e interpretação dos dados	45
CAPÍTULO 3 – PROPOSTA DE ATER COMO DIFERENCIAL PARA O TERRITÓRIO QUILOMBOLA: O PAPEL DO ESTADO E DO MOVIMENTO SOCIAL DIANTE À PNATER.....	46
3.1 LUTAS E CONQUISTAS: OS DESAFIOS DOS QUILOMBOLAS DIANTE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	46
3.2 UM POUCO DE HISTÓRIA SOBRE A CRIAÇÃO DA ATER NO BRASIL.....	50
3.3 PENSANDO A NOVA ATER	51
3.4 O ÂMBITO DA CHAMADA PÚBLICA DPMRQ/MDA N° 006 / 2014	54
3.5 O PAPEL DO ESTADO E DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA PNATER	60
3.5.1 O papel do Estado no que se refere à ação da política de ATER	61
3.5.2 O papel dos movimentos sociais (ARQUIA) diante da ATER quilombola.....	66

CAPÍTULO 4 – SABERES E PRÁTICAS NA AGRICULTURA FAMILIAR QUILOMBOLA: UM OLHAR NA AÇÃO DA CHAMADA 006/2014 DO PRONATER	70
4.1 QUILOMBOLAS: PARA ALÉM DO CONCEITO, AS PRÁTICAS NA AGRICULTURA.....	70
4.2 DE PAI PARA FILHO: OS SABERES TRADICIONAIS QUILOMBOLAS	73
4.2.1 A roça de mandioca: saberes e subsistência	76
4.2.2 Manejo do açaí: do extrativismo ao cultivo.....	86
4.3 A AGRICULTURA QUILOMBOLA E OS AGENTES DE DESENVOLVIMENTO: A MEDIAÇÃO ENTRE O CONHECIMENTO TÉCNICO-CIENTÍFICO E OS CONHECIMENTOS LOCAIS	93
4.4 A REPRESENTAÇÃO DOS AGENTES DE DESENVOLVIMENTO NO TERRITÓRIO QUILOMBOLA.....	94
4.5 DIMENSÃO TÉCNICA: AS NORMAS, AS TÉCNICAS E AS PRÁTICAS	96
4.5.1 Conhecimentos técnicos: mediadores da política de ATER.....	97
4.5.2 As normas na vida extensionista	99
4.5.3 As técnicas a partir da formação.....	101
4.5.4 Práticas dos extensionistas em campo.....	102
CAPÍTULO 5 – NO CHÃO, A AÇÃO: A ATER NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DO ARAPAPUZINHO	106
5.1 OS QUILOMBOLAS DIANTE DA ORIENTAÇÃO TÉCNICA	106
5.2 A PERCEPÇÃO DA ARQUIA MEDIANTE A ORIENTAÇÃO TÉCNICA NA COMUNIDADE	117
CONSIDERAÇÕES FINAIS	127
REFERÊNCIAS.....	130

INTRODUÇÃO

Na comunidade Quilombola de Arapapuzinho no Município de Abaetetuba, PA, as famílias desenvolvem as práticas agrícolas de forma convencional, baseado na herança de saberes. Além, de cultivar a mandioca eles também atuam diretamente no manejo do açaí, são as fontes principais de produção com base no trabalho da agricultura familiar. Porém, em 2016 estes foram contemplados com a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) através da Chamada Pública nº 06/2014 da SAF/MDA¹, sendo parte do plano Brasil Sem Miséria, em que essas famílias passam a ser acompanhados tecnicamente com direito a *fomento*² garantido no Decreto nº 4.739, de 13 de junho de 2003, para o desenvolvimento de atividades referente à agricultura familiar. Para Finato (2008), esse tipo de agricultura tornou-se amplo onde a maior força das atividades é desenvolvido pelo grupo familiar. E não tenhamos dúvida disso que a família é o maior potencial do trabalho na modalidade da agricultura camponesa.

Esta Política Nacional de ATER se insere no Eixo 3 do Programa Brasil Quilombola, voltado ao desenvolvimento local e inclusão produtiva. Mas foi por meio de desconfianças que os quilombolas receberam a cooperativa³ na primeira reunião em novembro de 2016, pois era perceptível nos rostos das pessoas que isto seria mais um programa que não iria acontecer. Porém, os trabalhos foram iniciados em dez comunidades quilombolas das Ilhas e quatro situadas nas estradas e ramais que cortam o município de Abaetetuba-PA.

A comunidades possui o título definitivo de terras garantido pelo Artigo nº 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988⁴. Essa legislação antecede outros aparatos legais com vistas à legitimidade de direitos dos quilombolas, que por

¹ Esta Chamada Pública prevê como unidade de atendimento a Unidade de Produção Familiar (UPF), detentora de Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), que pode ser representada por qualquer um de seus integrantes, desde que maior de 16 anos, portador de CPF e que seja identificado durante a atividade de Diagnóstico. Nesta Chamada Pública considera-se: a) A definição de agricultor familiar conforme o art. 3º da Lei 11.326, de 24 de julho de 2006; b) A Declaração de Aptidão ao Pronaf como instrumento que comprova a qualidade de beneficiário da Lei de ATER, conforme o art. 5º da Lei 12.188/2010; c) A Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) como instrumento que representa a Unidade de Produção Familiar (UPF) e seus integrantes, conforme o at. 3º da Portaria do MDA nº 17 de 23 de março de 2010; 4 Considera-se em situação de extrema pobreza a família com renda mensal per capita de até R\$ 77,00 (setenta e sete reais), nos termos do parágrafo único do Art. 2º do Decreto nº 7.492/2011, alterado pelo Decreto 8.232/2014. 5 Conforme o disposto na Lei 12.512/2011, regulamentada pelo Decreto nº 7.644/2011. (Nota de rodapé da Chamada Pública DPMRQ/MDA nº 006 /2014, p.1)

² Recurso no valor de R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais), para o desenvolvimento de atividades produtivas, como manejo, criação e plantação, sendo dividida em duas parcelas (MDA/SAF, 2014)

³ Cooperativa de Trabalho em Apoio ao Desenvolvimento Rural Sustentável (COODERSUS), que tem sua sede local na cidade de Mãe do Rio Estado do Pará. Esta foi classificada na referida licitação para o acompanhamento técnico para os quilombolas da Cidade de Abaetetuba-Pará.

⁴ “Aos remanescentes de quilombos que sejam ocupados suas terras e reconhecida à propriedade definitiva, devendo o estado emitir-lhes os títulos respectivos” (BRASIL, 1988)

muito tempo foram eximidos de ter seu lugar que pudessem cultivar sem arrendamento, de modo a desenvolver as diversas culturas já produzidas por seus ancestrais. “O direito de ter direito”, já que junto com a titulação vem a contemplação das Políticas Públicas territoriais. E uma delas tem base na nova política de ATER, promulgada a partir da Lei 12.188 de 11 de janeiro de 2010. Que contém as diretrizes estratégicas para consolidar a PNATER para fortalecer a Agricultura Familiar e o Desenvolvimento Rural Sustentável, respeitando as diversidade, contemplando as dimensões de gênero, geração, raça e etnia, incluindo as organizações estatais e não governamentais de Ater, tem a participação dos três níveis de governo, municipal, estadual e federal e assegura a gestão social, compartilhada com o Estado (BRASIL, 2008).

Dentre as várias análises que se poderia fazer da ação da Política de ATER, uma das questões que chamou atenção foi a “integração de saberes”, pois, de um lado tem-se os quilombolas, que se apresentam na premissa de sujeitos que vivenciam uma realidade social com bastantes dificuldades; e, do outro lado, tem-se o Estado, que estabelece políticas públicas que preconizam benefícios para esses povos nos territórios. Indo adiante, vai-se ter o conhecimento tradicional vivenciado por esse grupo social, que se deriva das oportunidades locais, ou seja, são desenvolvidas as atividades conforme os materiais e equipamentos que os moradores locais possuem. Entretanto, a política em questão traz consigo agentes de desenvolvimento (os técnicos que prestam o trabalho de extensão rural) que apresentam os conhecimentos técnico-científicos adquiridos no meio acadêmico.

Contudo, fica claro que esses saberes (dentro da Chamada Pública que atendeu às populações quilombolas) devem ser atrelados um ao outro, resignificando o meio social, cultural e político atual. Entretanto cabe a seguinte indagação, que se constitui no principal argumento da pesquisa: **Como a ATER está contribuindo para o fortalecimento da agricultura familiar? Está dialogando com os saberes desses povos tradicionais do território quilombola de Arapapuzinho?** Inicialmente, tem-se a imagem da ATER como intervenção no espaço rural, com o princípio de desenvolvimento local, com os atores sociais que possuem uma territorialidade, desenvolvendo práticas, a partir do trabalho de assistência técnica, com os saberes técnico-científicos que se adquirem na academia, por vezes desvinculados da dinâmica local, com as experiências voltadas ao trabalho no campo, que em tese são dentro dos aspectos agroecológicos, no âmbito da sustentabilidade, utilizando recursos que a natureza dispõe; com uma reflexão que vem da base da relação socioambiental que esses produtores têm para com a vida cotidiana, perpassando pelo âmbito dessa ATER direcionada à população quilombola.

Desta feita, sabe-se que os quilombolas, são grupos sociais que herdaram práticas culturais socioambientais para a sobrevivência, e ainda desenvolvem atividades com os respectivos saberes tradicionais, sendo que os agricultores possuem diversas tarefas que são desenvolvidas no seu grupo familiar, e que potencializam a vida e permanência dos mesmos. Com habilidade de fazer aquilo que já possuem e utilizam por meio de seu saber-fazer, é interessante notar que essa política propõe o formato de transição agroecológica, com o intuito de fortalecer os vínculos produtivos, e com os recursos naturais que dispõe cada território.

Diante disso, partimos da hipótese de que em um trabalho de ATER no qual os conhecimentos são a base técnica provavelmente haja a supremacia do saber técnico-científico, a nível de tornar híbridos os conhecimentos dos quilombolas (um misto de saberes acadêmicos e tradicionais), e até mesmo se avalie que o desenvolvimento local só possa ocorrer a partir do saber acadêmico, ao ponto de desmerecer o saber local, em alguns casos.

No aprofundamento sobre essa temática, Neto (2011, p. 03) fala que os conhecimentos tradicionais entraram no *hall* das políticas de proteção do Estado, adquirindo caráter político-econômico. Em que Ingold (2011) levanta uma preocupação sobre como alcançar um ponto de acomodação para os dois domínios, ou seja, valorizar o conhecimento científico e o tradicional, pois a ciência nem tudo explica. Com isso a PNATER traça essa objetividade, sendo uma política direcionada a agricultura familiar articulada pelo PRONATER (Programa Nacional de Assistência Técnica), que enfatiza o desenvolvimento rural sustentável, e propondo atualmente uma aliança entre estes saberes.

A partir destas colocações sobre a ATER em território quilombola, na estratégia de se ter um resultado satisfatório, optou-se metodologicamente pela pesquisa qualitativa de caráter bibliográfico e pesquisa de campo, tendo como método principal o estudo de caso. Pretende-se dar destaque às falas dos agricultores, dos mediadores das políticas e dos representantes do movimento quilombola das Ilhas de Abaetetuba, ou seja, de todos aqueles que fazem parte o processo de ação desta política pública específica.

Para tanto, a trajetória da presente pesquisa se propõe responder à questão enfatizada, a partir do presente **objetivo geral**: Analisar se a ATER está contribuindo para o fortalecimento da agricultura familiar no território quilombola, no que diz respeito à organização produtiva, ao manejo sustentável e ao diálogo com os saberes socioambientais desses povos tradicionais na comunidade de Arapapuzinho, em Abaetetuba-PA. Assim, os **objetivos específicos** são: a) Analisar o papel do Estado e dos Movimentos sociais na Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para os quilombolas; b) Verificar como os quilombolas estão desenvolvendo as atividades da agricultura familiar mediante as orientações técnicas; c)

Descrever como os quilombolas desenvolvem as atividades da agricultura familiar no Arapapuzinho; d) Compreender como os agentes de desenvolvimento estão fazendo a mediação entre o conhecimento técnico-científico e os saberes locais no território quilombola do Rio Arapapuzinho; e, por fim, e) Analisar as contribuições da PNATER, para os entrevistados, posteriormente à chegada da ATER na comunidade.

Dessa forma, o tema traz um aspecto de suma importância que marca uma trajetória histórica, política e cultural em relação aos remanescentes de quilombos, uma vez formados por um grupo social diferenciado na vida cotidiana, que busca viver da melhor maneira possível em seu território. Essa produção vai fortalecer o conhecimento sobre os mediadores da política de ATER, pois os Quilombolas, por muito tempo, aguardavam a execução de um projeto nesta perspectiva, e a comunidade, onde ocorreu a pesquisa, é uma das contempladas com a ATER, direcionada diretamente a essas populações. É uma comunidade que ainda desenvolve a agricultura familiar sem o uso de insumos químicos e outros produtos da agricultura moderna, podendo ser considerada, portanto, como de matiz agroecológico.

Podemos ressaltar que a pesquisadora vêm acompanhando essa trajetória de luta por políticas públicas para esse território, através de vários movimentos como a Associação dos Remanescente de Quilombo das Ilhas de Abaetetuba (ARQUIA), o Sindicato dos Trabalhadores e trabalhadoras Rurais (STTR), e a Associação dos Moradores das Ilhas de Abaetetuba (AMIA), e acompanhei toda a história da chegada da política de ATER, e ainda fez parte da composição da equipe de extensionistas da Chamada Pública nº 06/2014 da SAF/MDA, por um curto período tempo, mas que foi de grande valia na construção deste trabalho e para a escolha deste tema, ao acompanhar o desenvolvimento de atividades referentes à agricultura familiar.

Assim, a presente dissertação está estruturado compondo cinco Capítulos, sendo que o **Capítulo 1- Saberes tradicionais e memória de uma quilombola**, neste contempla a memória como uma narrativa da própria pesquisadora, que enfoca elementos constitutivo da identidade da mesma, a partir da experiência e vivência com base no aprendizado com os seus ancestrais, na educação não formal. No **Capítulo 2- Pressuposto teórico-metodológico da pesquisa**, procuramos descrever a metodologia utilizada, a caracterização do lócus de pesquisa e dos atores envolvidos, os instrumentos de coletas de dados, métodos e interpretação dos dados para a construção desta dissertação. Já o **Capítulo 3- Proposta de ATER como diferencial para o território quilombola: o papel do estado e do movimento social diante à PNATER**, aborda os desafios dos quilombolas diante as políticas públicas e o debate sobre a chamada elaborada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e as formações de redes na própria ação da

PNATER, o papel do Estado e do Movimento Social no desenvolvimento dessa política. O **Capítulo 4- Saberes e práticas na agricultura familiar quilombola: Um olhar na ação da chamada 006/2014 do PRONATER**, neste é descrito o saber no desenvolvimento das atividades do cultivo da mandioca e do açaí, mediante à sua formação e ao contexto de aplicação desses conhecimentos adquiridos nos amplos processos de estudos. Pois, entende-se que os conhecimentos tradicionais sempre foram de suma importância para os povos, que não dispõem de recursos tecnológicos para o desenvolvimento das atividades agrícolas nos espaços locais. Enfim, o **Capítulo 5 – No chão, a ação: a ATER na comunidade quilombola do Arapapuzinho**, mostra os fatos percebidos no campo durante a pesquisa, tendo um olhar amplo da situação que envolve a tríade da ação em campo: os quilombolas, o movimento social quilombola (ARQUIA) e a orientação técnica.

CAPÍTULO 1- SABERES TRADICIONAIS E MEMÓRIA DE UMA QUILOMBOLA

De imediato, penso no que seja escrever rememorando a minha vida e o que me faz refletir sobre os saberes tradicionais das comunidades quilombolas, das quais também faço parte. Então, trata-se de um exercício intelectual, em que, utilizo a memória e a narrativa de fatos passados, com focos nos elementos que, de certa forma, influenciaram na escolha do tema de investigação. Busca-se focar a influência que esses elementos tiveram na minha formação de identidade, e as pessoas que se tornaram parte importante nesse processo de trocas de saberes. É rememorável que os mais velhos marcaram muito no que se pode chamar de “passar de pai para filho”, não só nas questões culturais, mas na própria autodefesa em torno dos direitos de quem cresceu com os pés na terra.

Aqui, trago lembranças importantes, que assinalaram significativamente a minha vida. E, a cada fase, reporto-me a situações que trazem a compreensão desta sociedade desigual, que, ao mesmo tempo, permitiu, dentre as diversas dificuldades, crescer como ser humano, profissional e pesquisadora. Assim, não se pode deixar de enfatizar que se aprende com o meio social (FREIRE, 1997). O que descobrir com as pessoas que fizeram parte desse processo, é tão importante quanto o que aprendi na escola com a educação formal. Neste trajeto, alude-se como os saberes e a relação com a natureza permitiram a mim e à minha família o sustento, e o quanto as políticas públicas podem influenciar na mudança de hábitos e cultura.

Neste reconhecimento, trago essa memória com a imensa certeza de que essa não pode ser deixada para trás sem receber o devido valor. Nora (1981) faz a diferença de história e memória, sendo que esta vem a ser um fenômeno sempre atual, um elo vivido no tempo presente. Assim, fica explícito que a memória é contemporânea, mas que perpassa pelo passado, no sentido de valorizar as experiências vividas.

1.1 VIVÊNCIA E EXPERIÊNCIA: O SABER TRADICIONAL

Nascida em 28 de agosto de 1983, conta minha genitora que vim ao mundo pela mão de uma “parteira”⁵ (dona Augusta), na casa da avó materna. Nessa época, era comum o parto domiciliar, e as mulheres recebiam auxílio dessas senhoras que não possuíam formação acadêmica, mas tinham o conhecimento do que elas chamavam de “dom divino”, portanto, não precisavam de formação, faziam somente os partos normais. Após os 45 (quarenta e cinco)

⁵ A parteira ficava na casa das mulheres fazendo o acompanhamento no intuito de verificar a situação de saúde tanto das mulheres, quanto dos bebês, durante e após o parto.

dias, minha mãe retornou para a casa do meu avô paterno, que ficava no Rio Ipanema, onde moravam outras famílias dos meus tios; era a “casa grande”⁶, da qual as lembranças afloram com todos os detalhes: a antiga dispensa, onde eram guardados os mantimentos; a vasta sala; o imenso corredor. Foi nessa casa que, durante muitos anos, festejou-se Santo Antônio⁷. Também, nessa mesma habitação, era desenvolvido o ritual de “chamada dos caboclos”, pela dona da casa, a qual, carinhosamente, era chamada de “mãezinha”. Ela dizia ter dons diferentes: benzia crianças e ensinava remédios para diversas enfermidades. Foi com ela que aprendi o valor das ervas medicinais e da cura com as plantas, pois no seu jirau (pequeno elevado de madeira) tinha uma diversidade destas, que iam desde a hortelã ao capim-santo.

A “mãezinha” também criava porcos, galinhas comuns, galinhas d’angola, perus, patos “caianos”, patos comuns, pombos, carneiros, bodes, etc. Talvez nunca mais vá ver tantas variedades de plantas e animais como aquelas que a “mãezinha” tinha no quintal da casa grande. Foi ela que me ensinou a raspar cuia para fazer os baldes de encher água nos “bidões” de barro, as cuias de salgar comida (maiores), e as de tomar mingau (menores). Ela colocava todos os netos para aprenderem a raspar cuia, eram divididas as tarefas com as crianças.

Eram várias as crianças, quase na mesma idade, com pouca diferença, que brincavam de casinha, futebol, balanço feito de açazeiro; tudo isso no “mato”, era da natureza que se tirava tudo que se precisava, até os brinquedos; usava-se as “coropotas” (douceiros) do açaf para brincar de cavalo, as bonecas de vassoura e muitos outros brinquedos e brincadeiras. Tinha-se momentos de conflito entre os brincantes, mas depois tudo passava.

A minha mãe, Rosa Maria Botelho, hoje é professora, mas nem sempre foi assim. No início, ela trabalhava no roçado de cana de açúcar e na roça de mandioca, e voltou a estudar no Projeto Gavião (uma iniciativa governamental para a formação dos ditos “professores leigos”, sem formação adequada), para concluir o ensino médio/magistério, a partir do qual conseguiu

⁶ A casa grande não significava que era casa de engenho, mas o apelido “grande” se deu pelo tamanho e por ser a moradia do meu avô e das famílias de seus filhos, era o espaço em que aconteciam as maiores festas na região de Abaetetuba, as pessoas mais velhas na cidade conheciam como era a casa do Seu Timóteo.

⁷ Uma das tradições da comunidade quilombola do Rio Ipanema é a trezena de Santo Antônio nos casarões (casas grandes em que moravam várias famílias), sendo que nessa época a reza acontecia com maior influência, cultuando de maneira muito especial; iniciava no dia primeiro e ia até treze de junho; por isso chamavam de trezena, em que era rezada a ladainha “antiga” (reza em latim). Depois era realizado o “cambi”, uma espécie de festa, em que homens e mulheres dançavam em rodas, de modo livre, ou seja, soltos [...] Inventando e cantando versos, formando as mudinhas e batucando em qualquer local e utensílios, como latas velhas, litros e até mesmo nas tábuas do assoalho ou da parede da casa, em ritmo de samba. Na roda do cambi, os participantes tomavam a queimada, uma bebida feita de cachaça com gengibre, alho, açúcar, [...] a iluminação era feita de lampião à base de querosene, barro e azeite de andiroba. [...] Hoje, muita coisa mudou, mas a reza de Santo Antônio continua. Começou pelos pais de seu Miguel Botelho (*in memoriam*), já passando à 4ª geração (GOMES, 2010; p. 04).

um contrato na educação infantil, sendo que os seus quatro filhos já tinham entre oito e onze anos, quando me tornei “dona de casa”, na idade de dez anos, com muita responsabilidade.

O meu pai, Timóteo Botelho, era oleiro, mas nada o impediu de desenvolver outras atividades, principalmente no grupo de mutirão, que foi formado por vários homens da comunidade. Estes criavam frangos, peixes, camarão; assim como plantavam maracujá, coco, pupunha, cultivavam hortaliças e faziam roças de mandiocas. Nessa época, nem sem ouvia falar em Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER); tudo era à base dos conhecimentos empíricos, sem uso de adubos nem de outros produtos químicos, ou coisa parecida. Também, conseguiram montar uma cantina, na qual os demais agricultores compravam fiado (a prazo) e depois da colheita faziam o pagamento para continuar mantendo esse estabelecimento.

O meu genitor sempre fora acompanhado pelos filhos nessa trajetória de trabalho, sendo que, desde muito cedo, aprendemos a importância e o valor do trabalho com a terra, o quanto plantar é importante e como isso ajudou na subsistência da minha família. A infância foi muito movimentada, vivi muita coisa em pouco tempo, e não posso dizer que as coisas foram fáceis, ao contrário, para a idade que tinha, tudo era muito difícil, mas, ao final, aprendi, em meio às maiores dificuldades, que “a união faz a força”.

Os meus pais resolveram seguir suas vidas e saíram da “casa grande”. A minha família era humilde, como a maioria das famílias do rio Ipanema. A primeira casa adquirida era assoalhada com paxiúba, coberta de palha e emparedada com “ripas” (pedaços de caule) de miriti. Lembro-me que foi uma decisão complexa, pois os meus pais trabalhavam, mas quem comandava tudo era o meu avô, pois, nessa época, era comum o chefe de todo o grupo familiar ser uma pessoa de mais idade, no caso, os próprios pais. Foi aí que experimentamos a fome, principalmente no inverno amazônico (período de chuvas, que geralmente vai de outubro a abril), quando chovia desde a madrugada. O pai sempre dizia: “no inverno que vem, vamos comprar uns dez quilos de charque e uns dez quilos de feijão, assim, vamos nos manter sem tanta dificuldade.

Mesmo com a minha família trabalhando muito, não era possível ter uma vida com um mínimo de conforto, pois a produção da olaria era demorada, da roça também, pois a produção da farinha era para o próprio consumo, porque, quem tinha farinha, já tinha certeza de que algo iria ter para colocar no estômago, pois até o café da manhã era o famoso café com farinha, o chá da folha da laranjeira com farinha, que fazia a substituição do café, o mingau “baré”, e assim por diante. O mais importante disso tudo, é que aprendemos a dividir os alimentos por igual, e a pensar um no outro.

Apesar da pobreza e das condições de vida não serem as melhores, os meus pais sempre incentivaram-nos a estudar (acreditavam na educação como transformação de vida). E assim, matricularam-nos na Escola Santo André (antigo “Grupo”), que ficava localizada na Comunidade do Baixo Itacuruçá. Portanto, comecei a estudar aos sete anos de idade na primeira série, já atrasada para a minha idade, em uma turma multisseriada, na qual a professora dividia o quadro e passava os assuntos; um momento muito bom na minha vida, comecei a ler e escrever, e fazer alguns amigos, mas nunca foi de muitos amigos, sempre muito reservada e preocupada com as atitudes humanas.

Enquanto a mãe saía para estudar e o pai ia para o município de Moju (na comunidade de Piriá) buscar sarrafos para queimar as telhas na olaria, os irmãos e eu saíamos para pescar no igarapé com caniço: pegava tucunaré, jacundá-açu, cachorro de padre, acará e outros peixes. Gapuíávamos para pegar o camarão, e, em uma dessas gapuias (uma forma de pesca artesanal), foi ferroadada por uma arraia (animal com um ferrão venenoso). Isso era difícil acontecer, pois antes de mexer no “poço” de pesca era preciso bater com a aningueira ou jogar tabaco na água, pois, dessa forma, boiava tanto a arraia como o poraquê (peixe-elétrico), prática que aprenderam com dona Sandoca e dona Neide, vizinhas da família. Também jogavam malhadeira e matapi (instrumentos artesanais de pesca), e não faziam diferença de maré: era na lançante (maré alta) e na maré morta (maré baixa). A diferença só se dava que, na lançante, o matapi era colocado nas “baixas”, dentro dos igarapés, sobre a terra; e, na maré morta, vinha para a beira do rio.

E, assim foram se passando os anos de minha infância e adolescência. Mas, ainda recordo-me do grupo de mulheres, organizado em 1993, que fizeram hortas suspensas, “cada companheira de trabalho tinha a sua horta”, que foram construídas por todas. Em cada dia as atividades eram feitas em uma casa, e assim fomos possibilitados a ter uma alimentação mais saudável. Através dessa mobilização, elas foram contempladas com um projeto de panificadora manual, no qual, segundo Dona Maria (60 anos) “garriu (garantiu) muitos fundos em um momento difícil”, sendo que as mulheres trabalhavam em equipe, e, no final de semana, eram prestadas contas, retiradas as despesas e o lucro dividido igualmente entre todas as participantes.

Em cada fase vivida, apesar das dificuldades, vivi muita coisa boa. A lembrança do meu pai, ao reunir a família todas as noites para ler as muitas histórias: O patinho que não aprendeu a voar; O tijolo de ouro; A águia e a galinha, dentre várias obras do escritor Hans Christian Andersen, entre outros. Fazia a leitura em voz alta e os meus irmãos interpretavam, no final, o meu pai fazia as reflexões sempre relacionando com a vida cotidiana. Era um exercício frequente, pois a minha mãe não estava conosco, ela estava estudando, e o meu pai, tendo

apenas a 4ª série do ensino fundamental, foi o grande instrutor da nossa vida, mostrando os valores que um ser humano necessita ter.

Assim, o lema sempre foi prender e aprender, para poder sobreviver. Cada etapa da vida era uma escola, os mutirões formados pelos coletivos era forma de desenvolver as atividades sem contratação de mão de obras pensado no bem comum.

1.2 TRABALHO E EDUCAÇÃO: A DICOTOMIA DO SABER

Houve duas coisas que fizemos com frequência na vida, que foi estudar e trabalha, não tinha escolha de atividades; nem de estação do ano, fosse verão ou inverno; muito menos de clima, na chuva ou no sol; nem de tempo, pois recorriam a eles, muitas vezes, desde a madrugada. Assim, pensava no quanto a família lutou para sobreviver. Mas, meus pais frisavam em suas falas: “vão estudar, a educação vale muito”; e, às vezes, com tristeza na fala, queixavam-se da falta de oportunidade.

Nesse período, eu e meu irmão fomos estudar o Ensino Fundamental Final (5ª a 8ª séries), no SOME (Sistema Modular de Ensino), já existente na comunidade do Médio Itacuruçá. Remavam em torno de uma hora e alguns minutos de barco, dependendo da maré, e ainda andavam mais quinze minutos na estrada para chegar até a Escola Municipal Manuel Pedro Ferreira. O SOME foi a grande oportunidade de educação naquela época, caso contrário, muitos não iriam estudar, pois a maioria dos pais não tinham como manter seus filhos morando na cidade.

Infelizmente, pela grande evasão escolar que ocorreu na turma, não ofertaram aulas no primeiro ano do Ensino Médio. Então, eu e meu irmão fomos estudar em Abaetetuba, na Escola Estadual Basílio de Carvalho. Fui um momento muito conturbado para nós, já que a cidade era algo bem diferente do que se tinha na comunidade, o ritmo era desigual. Muitas vezes, a vontade de parar e voltar para o lugar de origem era muito grande, mas vinha a lembrança da fala dos meus pais sobre a educação, e, por outro lado, os meus tios nos acolheram na cidade com muito carinho, e isso contribuiu para que nós pudessem concluir essa etapa de estudo.

Durante a semana, estudava e ampliava desenhos para a escola, no intuito de conseguir dinheiro para algum lanche; nos finais de semana e feriados, trabalhávamos na olaria, cortávamos lenha para vender em metro, quebrávamos cacos de telha para vender aos “caqueiros”, fabricávamos e vendíamos pães caseiros nas casas e nas beiras dos campos de futebol em tempos de jogos, geralmente no Santa Rosa (Baixo Itacuruçá) e no Beirabinha (Rio Ipanema). Era boa comerciante, não sentia vergonha, queria juntar dinheiro para fazer um curso

de nível superior, pois meu irmão conseguira passar nas primeiras seleções através do PROUNI (Programa Universidade para Todos), por meio da prova do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio). Perseverava e tinha certeza de que iria conseguir; foi então que foi aprovada no curso de Licenciatura em Biologia, em uma universidade particular, com a ajuda das minhas irmãs, que deram-me todas as suas economias para pagar a prova e a primeira mensalidade. Para quem tinha pouco, o valor era imenso, detinha os mínimos recursos financeiros para tamanha ousadia, porém, nunca faltou-me coragem para encarar a realidade.

De tudo o que estudei, ainda que pareça-me pouco, o curso de Licenciatura em Educação do Campo no IFPA (Instituto Federal do Pará / Campus de Abaetetuba) foi muito bom, pois, ali, sim, estava inserida em meu mundo; as discussões reforçava-me o que tinha de melhor, a vivência e a experiência do saber tradicional. Sendo um curso interdisciplinar, compreendi a educação no seu maior sentido, baseada na vivência do povo do campo, e foi assim que me descobriu como militante, como alguém que nunca concorda com injustiças, principalmente a social; desse modo, vi que não deveria ser tão somente uma professora, mas uma educadora, como diz Paulo Freire. Segundo Caldart (2003, p.67):

Por sua vez são estas lutas que vão ajudando a tornar consciente este direito e, aos poucos, vão transformando este direito também em um dever (dever de lutar pelo direito), que então se consolida em modo de vida, visão de mundo: escola no e do campo não precisam ser algo inusitado, mas sim podem passar a ser um componente natural da vida no campo.

Diante da afirmação de Caldart, as lutas dos movimentos sociais e da escola devem ser unificadas, buscando dessa forma o fortalecimento das coletividades para que ambas tenham como um único objetivo, a conscientização dos direitos e deveres dos sujeitos do campo, interligados a educação e a sua cidadania. Mas, não cabe, aqui, descrever todas as lembranças e nem as lutas sociais travadas em nome da educação e do reconhecimento daqueles que fazem parte da população do campo, dos negros e dos quilombolas. A educação do campo fortaleceu-me naquilo, que muitas vezes confundiam com “rebeldia”, intolerância e incompreensão; mas, como compreender as injustiças sociais? Por que as oportunidades eram e são para poucos? E, olhando para trás, por que ficamos à margem dessa sociedade, em que o mínimo é negado ao cidadão? Muitas das respostas a todos esses questionamentos feitos estavam bem à minha frente, pois minha comunidade é uma herança de um grupo social que, etnicamente, contribuiu tanto com este país, mas que, na verdade, luta até os dias de hoje pelo seu espaço, pelo direito à terra, à saúde, à educação e ao respeito. Assim afirmo-me a través da minha identidade social, faço parte desse grupo afrodescendente sou quilombola.

1.3 DE CABOCLOS DO “SÍTIO” A QUILOMBOLAS

Não nascemos sabendo que éramos quilombolas; éramos reconhecidos como os do “sítio”, sendo motivos de brincadeiras para os que se diziam ser da cidade. Mas, em 2001, o senhor Benedito Lobato começou a falar sobre as descendências de negros e sobre a luta que estava sendo travada pela titulação definitiva de terra, expedida pelo ITERPA (Instituto de Terras do Pará) na comunidade de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, depois do culto aos domingos. Isso passou a ser algo muito forte para a mim, e, ao mesmo tempo, sentia vontade de compreender qual era a minha descendência, pois, até aquela data, muito pouco se sabia sobre a escravidão de negros no Pará, nem mesmo na escola se tratava do assunto. Os livros que tinha acesso apenas representavam a imagem da quebra da corrente nos braços do líder negro Zumbi, no período colonial, e a princesa Isabel assinando a Lei Áurea, já em fins do século XIX. Nada, além disso, se falava, como por exemplo, da contribuição econômica, cultural, social e religiosa desse povo.

Mas, através de uma pesquisa sobre minha árvore genealógica, vi saber que meu tataravô foi escravo, que fugiu com sua “sinhá”. Os relatos são poucos sobre isso, pois dentro da própria família havia resistência em falar de sua própria história. Porém, algo que chamava-me atenção era o fato das famílias serem da cabeceira do rio, antigas áreas de fugas de escravos. De toda a herança dos saberes que vieram do próprio grupo familiar e a forma de viver desta comunidade.

A luta pela titulação de terra foi intensa. Quem conseguiu primeiramente foram as comunidades do Baixo, Médio e Alto Itacuruçá, Arapapu, Tauerá, Assacu, Genipaúba e Campopema, que receberam o Título Definitivo de terras do ITERPA. As comunidades de Ipanema e Arapapuzinho ficaram de fora e questionaram nas assembleias a não inserção no Título Definitivo das terras. Alegavam que essas comunidades faziam parte da localidade do Baixo Itacuruçá. Não se aceitava jamais que o Ipanema desaparecesse, e essa luta era pelo povo do Arapapuzinho e pelos meus descendentes, e em respeito a todos que já viveram na comunidade. Então, não se permitia a exclusão, e, somente após oito anos, conseguiu-se, ser inserido no documento.

Associei-me à ARQUIA (Associação dos Remanescentes de Quilombos das Ilhas de Abaetetuba), o que foi importante para essa afirmação de identidade, pois, como professora da Educação Básica na Comunidade Quilombola do Rio Ipanema (onde moro), participei de várias formações continuadas coordenada pela SEPPIR, estive presente em várias audiências públicas na luta por políticas afirmativas e projetos como a construção da escola quilombola e CRÁS

quilombola, financiamento do PRONAF, minha casa minha vida (esse foi um projeto que não foi possível a ação concreta) e muitos outros que veremos nos próximos capítulos, muitas da transformação, culturais, vieram principalmente o PRONAF, liberados a alguns quilombolas, “Programa Luz para todos”, deixamos de encher água, amassar açaí, salgar alimentos (carne de caça, de boi, peixe...), feito o congelamento. A lamparina, a televisão coletiva, acesso à internet, ou seja, foram as inúmeras, mudanças com a políticas, jovens na universidade, conhecendo outros horizontes, e levando os saberes de suas comunidades.

Esse trajeto da memória, deixa explícito o valor dos saberes tradicionais quilombola, e como isso fica fortemente enraizado em nós. Outro também pela importância no dia a dia para quem trabalha principalmente para subsistência.

CAPÍTULO 2 – OS PRESSUPOSTOS TEÓRICO–METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Existem desafios amplamente explícitos, quando se busca compreender até que ponto os saberes científicos e tradicionais podem caminhar na mesma direção, contribuindo para o desenvolvimento da agricultura familiar. Não é muito simples para quem se propõe efetivar as ações da ATER, assim como não é fácil traçar um constructo epistemológico referente a temática. No entanto, para seguir o caminho com o intuito de se ter uma produção que possa atender aos rigores científicos, é preciso se apropriar dos enfoques metodológicos. Desse modo, os questionamentos acerca do objeto terão grandes possibilidades de encontrar ou até mesmo de assegurar respostas concretas, que podem refutar ou não a problemática. Para isso, cada passo da pesquisa é de suma relevância na compreensão sobre a investigação e nos aspectos de entendimento sobre a origem desses conhecimentos analisados neste estudo. Por que, até os dias de hoje, são bastante utilizados? Como isso, no contexto da nova ATER, está refletindo na comunidade de Arapapuzinho?

Recorre-se a elementos que mostram o quanto a ciência moderna apresenta contradições ao saber tradicional. Dois conhecimentos bem definidos nas obras de Diegues (2000, 2001) e Cunha (2007), apresentam conflitos expostos das duas partes, que pensam na união do saber para o fortalecimento da Agricultura familiar, com a ideia do campo epistemológico, nesse jogo, a partir de um Estudo de Caso, na busca de ter respostas concretas, pertinentes sobre a nova ATER no território quilombola e o diálogo com saberes tradicionais.

Quanto à forma de abordagem, trata-se de uma pesquisa de caráter qualitativo, pois, de acordo com Gerhardt *et al.* (2009), esta não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização. Uma técnica que ajuda a se obter uma interpretação de dados, a qual gera um resultado de investigação. Para Zanela (2009) esta abordagem tem como foco a compreensão da realidade a partir da descrição de significados, de opiniões, já que parte da perspectiva do participante, e não do pesquisador. Gil (2008) também expressa que este tipo de pesquisa tem como finalidade principal a descrição das características de uma determinada população ou fenômeno, ou estabelecimento de relações entre variáveis.

Essas características serão muito importantes para que se possa fazer uma descrição exata, que permitirá a esta pesquisa assumir um papel da própria compreensão dos fatos, uma vez que não vai centralizar no quantitativo, mas, sim, no qualitativo. Dessa maneira, a investigação foi desenvolvida de forma a alcançar os objetivos propostos. São elementos que

traduzem a trajetória da pesquisa, assim como o reconhecimento do local estudado, já que este se trata de um Estudo de Caso.

2.1 PARTINDO DE UM ESTUDO DE CASO

A escolha pelo Estudo de Caso na comunidade Quilombola do Arapapuzinho justifica-se pela singularidade entre as demais que estão localizadas nas ilhas de Abaetetuba, primeiro por apresentar a distinção sobre o modo de vida em relação ao sistema de produção. Segundo porque a política de ATER está sendo efetivada em doze comunidades no referido município, e, sem dúvida, não se teria possibilidades de concluir a pesquisa em curto tempo de prazo. Logo, este servirá de amostra para outros que possivelmente virão. Yin (2001) esclarece que essa estratégia é muito utilizada também no estudo de políticas, que é a base desta análise.

Não se trata de qualquer pesquisa, pois, pela primeira vez, tem-se uma política de ATER em um território quilombola e para os quilombolas, no município de Abaetetuba. E este estudo vai ajudar na compreensão de como a ATER pode fortalecer essa atividade e, também, a relação do saber, visto que o povo em estudo é tradicional, e a ATER se utiliza do conhecimento científico como orientação. “O Estudo de Caso contribui, de forma inigualável, para a compreensão que se tem dos fenômenos individuais, organizacionais, sociais e políticos”. (YIN, 2001; p. 21). Fazendo a identificação da problemática, os caminhos metodológicos do Estudo de Caso têm como objetivo apresentar como, de fato, ou seja, de forma concreta, isso está ocorrendo na comunidade.

Mesmo com as críticas que muitos pesquisadores fazem sobre este tipo de estudo (YIN, 2001; p. 27), é inegável a validade do mesmo, pois, pode-se concluir que este tem tanta validade, quanto outros tipos de investigação; cabe aos pesquisadores encontrar respostas para os estudos desenvolvidos, porque através do Estudo de Caso é possível chegar a uma resposta plausível. E quanto à crítica, todo e qualquer tipo de estudo está exposto a isso.

A grande preocupação no desenvolvimento deste trabalho está precisamente no desenrolar do objeto de pesquisa, que trata da integração de saberes na ação da política de ATER, no território quilombola, de compreender a manifestação dos problemas detectados e de relatar a realidade de maneira completa e profunda. Essa trajetória foi percorrida com seriedade no intuito de alcançar os objetivos propostos. Em resumo, o Estudo de Caso permite uma investigação para se preservar as características holísticas e significativas dos eventos da vida real (YIN, 2001; p. 21).

Então, pode-se ter um estudo bastante aprofundado, pois fica explícito que é possível fazer o melhor detalhamento da problemática, que implica demonstrar um amplo conhecimento da situação estudada, possibilitando um vasto olhar sobre a realidade da situação e até do espaço em estudo, o qual tem vida, cultura, etc. Para tal, será possível descrever características importantes que poderão surgir durante a pesquisa. Gil (2008; p. 29) coloca que “as pesquisas são as que habitualmente realizam os pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática. São também as mais solicitadas por organizações como instituições educacionais, empresas comerciais, partidos políticos”. Ou seja, é possível identificar situações precisas que contribuem bastante para avaliação e resoluções de determinadas situações, caso contrário, não teria importância utilizar esse tipo de estudo.

Sendo assim, esse Estudo de Caso visa proporcionar uma discussão que tratará da análise por triangulações dos dados, que não permite uma única forma de análise, com o intuito de apresentar possibilidades de chegar aos resultados esperados, ou mesmo o que estiver em acontecimento. Contudo, a estratégia metodológica pretende responder às questões “como” e “porque” (YIN, 2001).

2.1.1 Localização e caracterização do lócus da pesquisa

Localizada no município de Abaetetuba, a 60 Km da cidade, a comunidade de Arapapuzinho, segundo moradores mais idosos, refere-se a um “braço” do rio Arapapu⁸ e faz divisão regional no Estado do Pará, o qual está localizado na Região Norte do Brasil e tem como capital a cidade de Belém. Esse distrito pertence à microrregião de Cametá e à mesorregião Nordeste Paraense. O acesso na referida comunidade pode ser feito tanto pelo rio (apreciar FIGURA 1 (A), abaixo), quanto pelo ramal (observar FIGURA 1 (B), abaixo). Pelo rio, só é possível adentrar até o final quando a maré está alta (cheia), pois na cabeceira do rio tem bastantes pedras e tocos de madeira; e, quando o rio fica raso, só se consegue ter acesso de canoa, isso com muita dificuldade para adentrar. Também o acesso pode ser pela Rodovia PA-151 (estrada de Igarapé-Miri), entrando pelo Ramal Curuperé-Miri, e seguindo pelo Ramal do Acaraqui; passando pelo “campo da natureza”, chega-se à comunidade.

⁸ Arapapu, é um rio mais extenso que passa em frente ao Arapapuzinho (informações, pesquisadora Rosenilda Botelho)



FIGURA 1: Acesso para a Comunidade Quilombola do Rio Arapapuzinho A) pelo rio; B) pelo ramal.

Fonte: Rosenilda Botelho Gomes (pesquisa de campo, 2017).

Na trajetória que se faz da cidade de Abaetetuba à referida comunidade, é possível trafegar o rio Maratauíra, passando em frente ao rio Abaeté, Acaraqui, Tauerá-Açu e Mirim, entrando pelo Arapapu, em transportes hidroviários. Essa rota apresenta-se no mapa abaixo (ver FIGURA 2, abaixo).

**MUNICÍPIO DE ABAETETUBA
PARÁ**

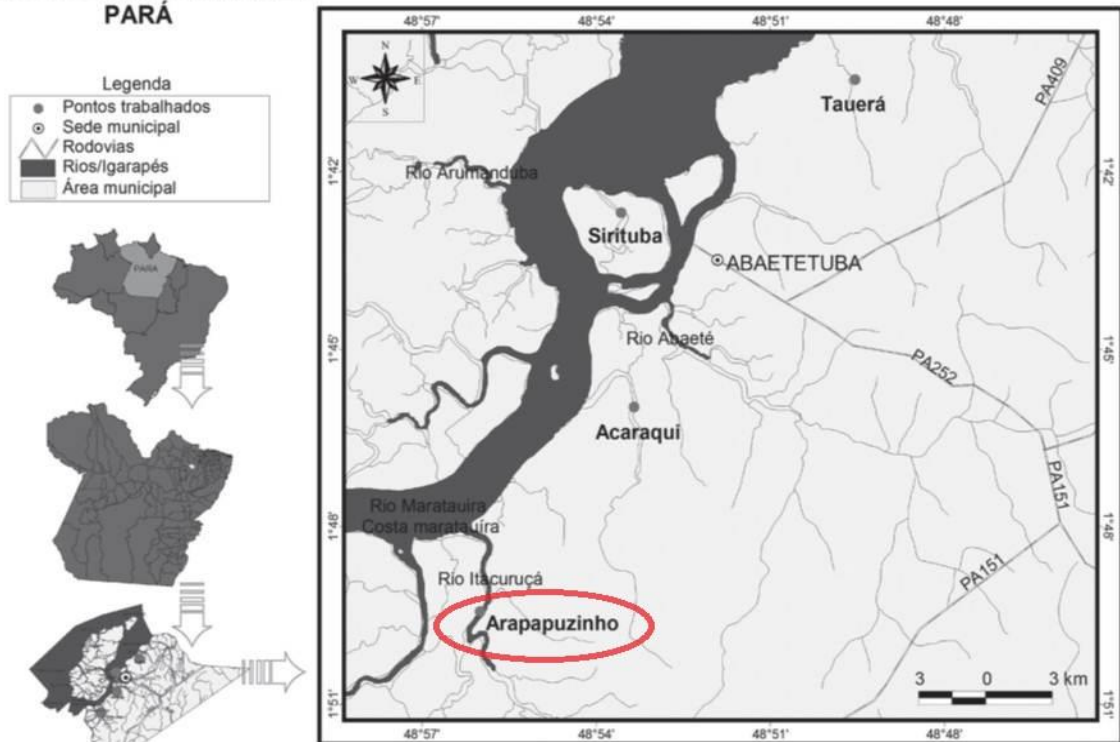


FIGURA 2: Mapa de localização da Comunidade Quilombola do Rio Arapapuzinho, Abaetetuba-PA

Fonte: ITERPA/PARÁ (2010). Designer com edição da própria autora.

Os quilombolas dessa comunidade iniciaram seu processo de povoamento na cabeceira do rio, com as famílias: Santos, Basílio, Couto e Sena; aproximadamente, no século XVII. Esses eram poucos, mas já cuidavam do seu espaço, realizando um serviço, basicamente, da agricultura de subsistência, complementada pelo criatório (voltado para o consumo) (MOREIRA, TARGINO, 2007; p. 80).

A moradora mais antiga da comunidade D. Rosalina, conta que seus avós faziam uma forma de abrigos, atrás de grandes árvores, como a sumaumeira, que tinha bastante na época. Mas, com o decorrer dos tempos, as novas gerações foram fazendo as derrubadas dessas árvores para a comercialização. Castro (2012; p. 72) esclarece que “[...], as atividades de extração predatória à superexploração de algumas espécies e o uso não manejável de algumas áreas contribuíram fortemente para o desequilíbrio ambiental”; isso explica porque, nessa comunidade, esse vegetal se encontra em pouca quantidade.

Outro fator, segundo d. Rosalina (perceber FIGURA 3, abaixo), que levou à derrubada dessas árvores, foi o aparecimento de um “negrinho”, que ficava às escondidas, no tronco da sumaumeira. Esses “causos” são associados à memória. Neto traz o pensamento de Almeida sobre a tradição que há muito vem sendo “percebida apenas em sua função de conservação,

constituída por elementos a serem petrificados na memória coletiva” (ALMEIDA, 2010, *apud* NETO, 2012; p. 03), que são histórias que têm relação direta com o meio natural e merecem ser respeitadas.



FIGURA 3: Dona Rosalina, 85 anos, a senhora mais idosa da comunidade.

Fonte: Rosenilda Botelho Gomes (pesquisa de campo, 2018).

Aproximadamente, 70 (setenta) famílias (dados disponibilizado pelo coordenador da ARQUIA), ficam distribuídas nos pequenos ramais e à beira do rio, em terras, em sua maioria, de herança, pois, mesmo tendo o título definitivo expedido pelo INTERP, cada morador sabe o seu pertence. Percebe-se que, geograficamente, essas terras não possuem uma extensão elevada, mas apresentam, como característica, terra firme e várzea. Pode-se encontrar na terra firme árvores de grande porte e madeira de lei, como: pequiazeiro, bacurizeiro, cedreiro, sumaumeira, castanheira, e, também, de pequeno porte, como: árvore de bacaba, tucumã, pupunha, inajá, mucajá, pepino-do-mato, pupunheira e cupuaçuzeiro, entre outras. Já na várzea (terras alagadas), pode-se encontrar muitas outras árvores, a saber: sucuíba, paranari, mangueira, buriti, jambeiro e algumas palmeiras, das quais a mais destacada é o açaí. Também é comum encontrar, na beira do rio, os mangueiros, turiazeiros e aningas em grande quantidade.

Castro (2012) explica que a Amazônia Oriental é composta de uma riqueza natural imensurável, e reúne elementos, formas e situações que marcam tipos de exploração econômica ao longo dos anos. O que se vê, no meio dessa vegetação apresentada na Amazônia, é realmente um dos fatores não só de beleza, mas de formas de sobrevivência, que atravessa gerações.

Atualmente, a referida comunidade tem como principais produções a mandioca e o açaí; e poucos apresentam a cultura de fazer outros plantios, mas isso não é uma generalização; alguns organizam os “sítios”, como, por exemplo, o Seu Joaquim (um dos colaboradores de informações deste trabalho), que aproveita o pequeno lote para semear várias plantas, como; abacaxi, cacau, caju, entre outros; tudo isso ao redor da roça (considerar FIGURA 4 (A), abaixo).



FIGURA 4: A) Cultivares no quintal das casas; B) Plantios diversos na área após retirada da mandioca.

Fonte: Rosenilda Botelho Gomes (pesquisa de campo, 2018).

É a roça produzida em poucas tarefas e preparada em sistema tradicional, por meio da derrubada da capoeira e sua posterior queima, para a incorporação da biomassa vegetal ao solo; a área que eles utilizam é pequena (contemplar FIGURA 4 (B), acima).

A farinha de mandioca é produzida para o sustento do grupo familiar e vendido apenas a sobra. Também o extrativismo vegetal é muito comum, já que é uma área que possui bastantes

árvores frutíferas. O açaí, no momento, se apresenta como um produto de grande valor, tanto comercial quanto cultural, sendo de consumo diário, assim como a farinha de mandioca. Castro (2012) descreve as várias utilidades que tem o açaí.

Além da alimentação por meio do vinho com uma textura que varia entre o fino, médio e o grosso; mingau (elaborado com açaí azedo misturado à farinha de mandioca); licor, pudim, bombons, utiliza-se o tronco para fazer barracas, galinheiros, pontes. Do tronco, extrai o palmito que serve para alimentação. As folhas da palmeira servem para cobertura de casas, galinheiros. Os caroços para adubo e artesanatos que ganharam destaques nos últimos anos através de colares, adornos de bolsas, tapetes entre outros. (CASTRO, 2012; p. 82).

Mas houve o crescimento acelerado desse produto na comunidade, devido aos créditos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF); e, para acessá-lo, os agricultores tinham que compor as unidades familiares de produção rural

Outra fonte que contribui para a sobrevivência desses quilombolas são as crias de pequenos animais, como o porco doméstico, galinhas e patos, criados no quintal da casa, (atentar à FIGURA 5, abaixo) no mesmo espaço, sem divisão, ou seja, no “terreiro”, o que muito ajuda na economia da família. Em entrevista, moradores relataram que as fontes de renda ocorrem através da agricultura, extrativismo, bolsa família, olaria (só existem duas olarias), e as outras fontes são de aposentadorias, pensões, vendas de mão de obra e artesanatos. Portanto, muitas dessas conquistas de renda são através do STTR (Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Abaetetuba) e pela associação ARQUIA.



FIGURA 5: Criação de animais domésticos na comunidade.
Fonte: Rosenilda Botelho Gomes (pesquisa de campo, 2017).

Existem, ainda, nessa comunidade, muitas famílias que possuem dificuldades econômicas; percebe-se que é um lugar de bastante carência, o qual requer um olhar especial politicamente. É uma configuração das comunidades quilombolas, visto que, até pelo acesso, foi uma forma estratégica de refúgio dos negros, que, hoje, apresenta um reflexo de descaso do poder público, que poderia favorecer o desenvolvimento sustentável desse lugar. Lima (2012) explica que:

[...] o desenvolvimento sustentável não é uma fórmula mágica ou uma varinha de condão que, ao ser usada, atende a vontade de seu condutor, como se observa nas histórias infantis. Mas é certo que seus bons resultados dependem exclusivamente da consciente e racional ação humana em relação ao uso dos recursos naturais. (LIMA, 2012; p. 110).

No processo religioso, existe uma igreja católica que fica na cabeceira do rio, onde se festeja São Sebastião, no mês de janeiro; é onde as famílias se reúnem também aos domingos para a celebração da palavra. Deve-se salientar que o rito religioso não está centrado apenas no catolicismo; é perceptível a presença da igreja Evangélica e da Umbanda. Em relação à educação, existe a Escola São João Bosco, que atende alunos da Educação Infantil e Ensino Fundamental inicial (1º ao 5º ano), tendo como público alvo apenas alunos moradores da comunidade, devido à sua geografia. Assim, tem-se como ponto de referência a igreja católica (testemunhar FIGURA 6 (A), abaixo), e a escola (observar FIGURA 6 (B), abaixo).



FIGURA 6: A: Igreja de São Sebastião; B: Escola São João Bosco.
 Fonte: Rosenilda Botelho Gomes (pesquisa de campo, 2017).

2.1.2 Caracterização dos atores da pesquisa

Os atores sociais que fazem parte deste estudo são os agricultores familiares do Arapapuzinho, presidente e o coordenador de projetos da ARQUIA, gestores do SEAD, técnicos e representantes da prestadora de serviço da ATER no Município de Abaetetuba e da COODERSUS, os quais serão apresentados por parte, a seguir.

a) Agricultores familiares: Foram entrevistados 12 (doze) agricultores contemplados com a ATER, a partir das atividades aderidas pelos mesmos. Estão sendo representados os que opinaram pelo cultivo da roça de mandioca e manejo de açaí, ou seja, das atividades que mais foram adotadas na comunidade. A maioria dos entrevistados são as mulheres, já que o programa apresenta uma amostragem maior do sexo feminino.

Os quilombolas participantes da ATER na comunidade apresentam o perfil que está presente na TABELA 1, abaixo, indicando, também, as variáveis sexo, idade, escolaridade e o tempo que mora na comunidade.

Tabela 1: Perfil dos quilombolas participantes da ATER

Variáveis	Níveis de variáveis	% de respondentes
Sexo	Homens	10%
	Mulheres	90%
Idade	De 25 a 30	40%
	Acima de 30	60%
Escolaridade	Ensino Fundamental Incompleto	60%
	Ensino Médio Completo	30%
	Superior incompleto	10%
Tempo que mora na comunidade	De 10 a 20 anos	20%
	Acima de 20 anos	80%

Fonte: Rosenilda Botelho Gomes (dados da pesquisa de campo, 2018).

Analisando os perfis dos quilombolas entrevistados, percebe-se que o maior percentual é de mulheres, pois essa é uma política que busca dar preferência às mulheres, como representantes das atividades, seja na roça, no manejo de açaí, criação, entre outras [...] obrigatoriedade de no mínimo 50% da participação feminina. (MDA/SAF/006,2014). Contudo, vale ressaltar que essa porcentagem fica explícita quando se recorre à demanda total das famílias no Arapapuzinho nessa política que, significativamente, as mulheres estão como representantes nas adesões das atividades.

Outro fator de análise é a faixa etária, em que a maioria dos participantes são maiores de 30 anos de idade, observando-se que essas atividades são desenvolvidas por pessoas desde muito jovens, que herdaram o conhecimento de seus pais. No entanto, já se verifica uma participação menor, mas não é algo que apresente uma desproporção tão elevada desses jovens na participação da ATER quilombola.

Quanto à variável escolaridade, o maior percentual apresenta-se nas pessoas que não concluíram o ensino fundamental, mesmo não entrando em detalhes com os entrevistados,

foram dados importantes, que, sem dúvida, podem ocorrer por diversos fatores, e, um deles está no fato de que muitos dos quilombolas começam a trabalhar muito cedo junto aos pais.

Enfim, o tempo que eles moram na comunidade foi tão importante como as outras informações, pois, nas comunidades quilombolas é muito comum o processo de migração, ou seja, famílias que são de comunidades quilombolas próximas, formam sua família e mudam de comunidade, mas pertencem ao mesmo território. Entretanto, como representado na TABELA 1, isso ocorre com a minoria. Sendo o percentual elevado de pessoas que nasceram, cresceram e permanecem na comunidade.

Para a subsistência econômica das famílias, são desenvolvidas na comunidade várias atividades que contribuem para a agregação de valor e a manutenção da vida diária. Na FIGURA 7, abaixo, percebe-se que as duas atividades mais desenvolvidas são a roça de mandioca e o cultivo do açaí, atividades que mantêm economicamente os quilombolas de Arapapuzinho, somado a benefícios sociais, entre outros feitos desses agricultores.

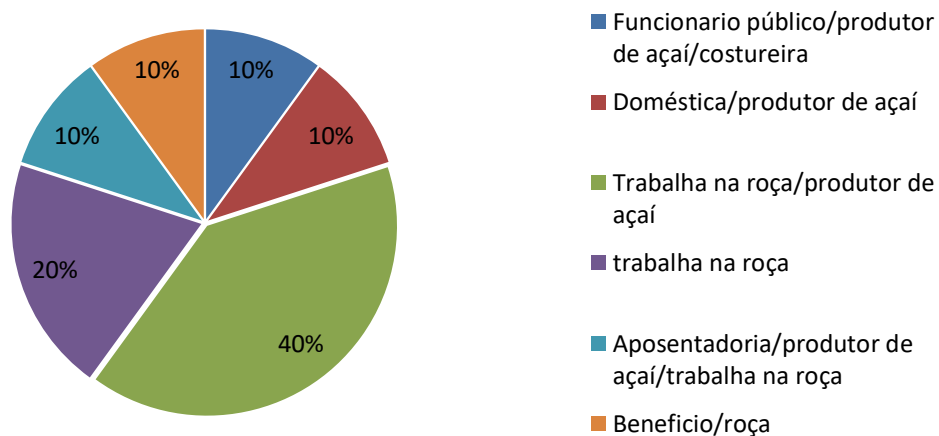


FIGURA 7: Atividades desenvolvidas pelos quilombolas no Arapapuzinho.

Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

De modo geral, cada um tem uma particularidade socioeconômica, e desenvolve mais de uma atividade como forma de sobrevivência. Schneider (2003) chama esse processo de pluriatividade, a qual ocorre no meio rural e refere-se a um fenômeno que pressupõe a combinação de pelo menos duas atividades, sendo uma delas a agricultura. Essas atividades são desenvolvidas por indivíduos que pertencem a um grupo ligado por laços de parentesco, que compartilham entre si um mesmo espaço de moradia e trabalho, e se identificam como uma família.

b) Representantes da ARQUIA: Foram escolhidas 02 (duas) representações do movimento social quilombola, os quais atuam diretamente no movimento. Os mesmos, por muito tempo, falavam do seguinte projeto nas assembleias, antes mesmo da chamada pública. Portanto, é importante ouvi-los sobre o acompanhamento dessa política, já que a PNATER tem, em eixo de construção, a presença do Movimento social. A atividade individual – Mobilização e seleção das famílias Quilombolas – poderia ser auxiliada em parceria com órgãos e entidades, dentre eles a Associação Quilombola. Dessa forma, analisa-se a representação desses atores sobre os fatores que interferem na ação dessa política, refletindo, assim, o desenvolvimento dessas políticas dentro da comunidade, já que esta é estimuladora de tais políticas públicas para o território Quilombola.

d) Coordenador e Técnicos da chamada 006/2014: 01(um) coordenador da cooperativa, 01 (um) da referida chamada e 02 (dois) técnicos (um com nível superior e formação técnica e um com ensino médio). Nesse grupo, todos estão atrelados a entidade executora da chamada técnico de campo, composta de uma equipe de técnico de nível médio e superior, com formação multidisciplinar. Estes são responsáveis pela orientação técnica e pelo acompanhamento da UPF (Unidades de Produção Familiar). Já o coordenador da equipe técnica tem formação em nível superior, e tem como atribuição o acompanhamento das atividades técnicas em campo, sistematização das demandas de beneficiários, localizados pelos técnicos, e interlocução entre entidades dos órgãos municipais, estaduais e federais. E, por fim, coordena as entidades responsáveis pela execução do serviço de ATER, pois esta trata diretamente com órgãos federais sobre o financeiro e desenvolvimento das atividades nas comunidades tradicionais. Enfim, são diversas atribuições por ele executadas. Portanto, são atores sociais que têm grandes informações sobre a ATER quilombola e estão diretamente ou indiretamente envolvidos nos processos de ação dessa política pública.

2.1.3 Instrumentos de coleta de dados

Quanto aos procedimentos técnicos, foram realizadas pesquisas bibliográficas, que, de acordo com Gil (2001), são desenvolvidas mediante material já elaborado, principalmente livros e artigos científicos, ou seja, são materiais que já estão prontos, sendo muito importante fazer reflexão de obras bem escritas. A pesquisa bibliográfica, segundo Gerhardt *et al.* (2009), é considerada “mãe de toda pesquisa”, e fundamenta-se em fontes bibliográficas, a partir de fontes escritas, portanto, de uma modalidade específica de documentos, as obras. Boas obras contribuirão para que a pesquisa seja bastante fundamentada. Para Gil (2008; p. 44), os

exemplos mais característicos desse tipo de pesquisa são sobre investigações a respeito de ideologias ou aquelas que se propõem à análise das diversas posições acerca de um problema.

Outro procedimento foi a pesquisa documental, que rege a política de ATER para comunidades quilombolas, assim como o estatuto do movimento social (ARQUIA), e com o uso de imagens de ações desenvolvidas na comunidade. Triviños (1987) diz que a "análise documental" é outro tipo de estudo descritivo, que fornece ao investigador a possibilidade de reunir uma grande quantidade de informação. Uma pesquisa de característica descritiva que visa a descrever sobre as PNATER no território Quilombola na perspectiva socioambiental. Gil (2008) diz que as pesquisas desse tipo têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis.

Quanto a técnicas de coleta de dados, serão obtidos por meio de entrevistas semi-estruturadas, o que, segundo Gerhardt *et al.* (2009), nesse tipo de entrevista, é o pesquisador que organiza um conjunto de questões (roteiro) sobre o tema que está sendo estudado, permite e incentiva que o entrevistado fale livremente sobre assuntos que vão surgindo, como desdobramentos do tema principal. A entrevista foi realizada com os atores descritos anteriormente, visando ter um parâmetro de excelência da pesquisa, pois são autores que estão ligados diretamente com a ação da ATER nessa chamada, mais especificamente na comunidade pesquisada. Esses diálogos estão ocorrendo segundo as normas, mediante a anuência dos participantes. Feitas as entrevistas propriamente ditas, com autorização dos participantes foram gravadas e depois transcritas. Mesmo assim, as identificações serão através de códigos com as seguintes identificações; Agricultores Quilombola, AQ; Técnicos, TC; Coordenador da COODERSUS e Coordenador da chamada 004/2014, CO; Movimento Social Quilombola, MQ; e, o número de sequência (1,2,3...).

Outra técnica é a observação participante, em que Gerhardt *et al.* (2009) declara que é uma técnica que faz uso dos sentidos para a apreensão de determinados aspectos da realidade. Ela consiste em ver, ouvir e examinar os fatos, os fenômenos que se pretende investigar. Gerhardt *et al.* (2009) diz, ainda, que a técnica da observação desempenha importante papel no contexto da descoberta, ao obrigar o investigador a ter um contato mais próximo com o objeto de estudo. Para tal, foram utilizados instrumentos e acessórios, como caderno de campo, para fazer anotações relevantes sobre a pesquisa, câmeras fotográficas, para registro de imagens das atividades de ATER e dos quilombolas desenvolvendo tarefa da agricultura familiar.

2.1.4 Método empregado na pesquisa

A construção epistemológica desta pesquisa está embasada no materialismo histórico-dialético, que trata do diálogo na construção do conhecimento. Criado por Karl Marx e Friedrich Engels, tal método científico é um marco teórico, metodológico, também analítico, em que se pode compreender a dinâmica de transformações da história e das sociedades humanas.

Antônio Carlos Gil (1998), no livro *Método e Técnica de Pesquisa Social*, define método dialético como investigação da realidade, com o propósito de intensificar e de organizar um paradigma de investigação da temática desse estudo, que não pressupõe uma discussão aprofundada dos diferentes conceitos do termo dialética. Entretanto, não tira a validade da pesquisa. E, para o próprio Engels, a "dialética é a ciência das leis gerais do movimento, tanto do humano externo, quanto do pensamento humano.

Frigotto (2010) leva a refletir acerca do materialismo histórico dialético, o que precisa dar conta da totalidade; da contradição; da mediação; da alienação não apriorística, mas, se construídas historicamente, não é necessário criar uma nova doutrina. Ainda, porque "A dialética situa-se, então, no plano da realidade, no plano histórico, sob a forma de trama de relações contraditórias, conflitantes, de leis de construção, desenvolvimento e transformação dos fatos" (FRIGOTTO, 2010; p. 82).

É interessante ter consciência da realidade para se ter uma perspectiva materialista histórico-dialética. Para isso, deve-se ter claro os caminhos que foram seguidos na pesquisa, já que "Romper com o modo de pensar dominante ou com a ideologia dominante é, pois, condição necessária para instaurar-se um método dialético de investigação" (FRIGOTTO, 2010; p. 84). Sem dúvida, deve haver a ruptura da lógica dominante, uma vez que, assim, pode-se ter um horizonte que vislumbre uma realidade social em transformação.

É a realidade sobre a qual a concepção materialista em questão traz consigo todas as suas contradições dos fatos, conflitos e transformações, enfatizando que as ideias não são meros reflexos do mundo exterior, são objetivos vivenciados pelos sujeitos, com ideias que independem do pensamento, pois são representações da realidade. Assim, o grande desafio do pensamento é trazer a ideia racional, a dialética do real, buscando, nos próprios fenômenos, o que está por detrás de toda uma aparência, ou seja, evidentemente o caráter dos fatos como parte conflitiva, dinâmica e histórica da realidade (FRIGOTTO, 2010). Sendo que essas características estão em evidência neste texto. Para isso, o tipo de análise dos dados foi de muita relevância.

2.1.5 Análise e interpretação dos dados

Nada melhor do que fazer a análise dos dados através da triangulação. E como se está tratando de um Estudo de Caso, é uma forma de sistematizar os dados, pois essa técnica apresenta dois momentos distintos que expõem articulação dialética, que favorece uma percepção de totalidade em relação ao objeto de estudo, fazendo relação entre os aspectos teóricos e empíricos, ou seja, as articulações entre o conteúdo de pesquisa, os dados, com autores que discutem os principais conceitos em estudo.

As transcrições dos dados coletados nas entrevistas, de acordo com Minayo (2008), é a expressão mais comumente usada para representar o tratamento dos dados de uma pesquisa qualitativa. Já concluída a coleta de dados, dar-se-á início ao processo de análise dos elementos centrais que aparecem nas entrevistas, no qual serão organizados e sistematizados a partir dos pressupostos teóricos que fundamentam a perspectiva interpretativa do projeto em execução. Neste escrito, será exposta, como ideia, a produção de argumentos que justifiquem todas as informações, com coerência, sobre a temática, trazendo com seriedade e responsabilidade debates, sempre tendo em vista a problemática em questão do desenvolvimento da ATER na comunidade pesquisada, assim como dos demais atores envolvidos na pesquisa.

CAPITULO 3 – PROPOSTA DE ATER COMO DIFERENCIAL PARA O TERRITÓRIO QUILOMBOLA: O PAPEL DO ESTADO E DO MOVIMENTO SOCIAL DIANTE À PNATER

Neste capítulo, abordar-se-á os desafios dos quilombolas diante às políticas públicas, principalmente a partir do exercício de Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em que o reconhecimento e valorização desses grupos ficaram mais explícitos. Aqui, enfatizar-se-á algumas delas, no intuito de se chegar ao eixo central deste texto, referentes à política de ATER, que se apresenta com um diferencial, tomando como princípio o desenvolvimento sustentável, com valorização e respeito à agricultura familiar; considerando elementos, como gênero, geração e etnia; e, ponderando o papel das organizações governamentais e não governamentais. Assim, ver-se-á alguns aspectos de diferença, a partir da chamada elaborada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, que está sendo desenvolvida nas comunidades quilombolas do Município de Abaetetuba, especificamente no Arapapuzinho.

3.1 LUTAS E CONQUISTAS: OS DESAFIOS DOS QUILOMBOLAS DIANTE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Dentre os diversos aspectos que traçam a história sobre a escravidão no Brasil, ainda, sim, tem-se reflexos das ações desumanas contra os negros, em que “o modo de produção escravista serviu para construir as fortunas das aristocracias agrárias da colônia e do Império” (FERNANDES, 2004; p. 422). Entretanto, serviu apenas como força de trabalho para acúmulo de capital alheio, pois, observando os espaços de refúgio dos afro-brasileiros na contemporaneidade, pode-se tê-los como forte apresentação de demanda social que luta pela vida, pela permanência em seus territórios, contra o racismo e a situação de pobreza gerada por uma sociedade desigual. Ainda que se diga que houve a “libertação” dos negros, estes vivem em seus territórios usando de estratégias individuais e coletivas próprias, marcadas pela integração de lutas por uma qualidade de vida; acesso à educação, lazer, saúde e investimento na agricultura familiar.

Essas organizações vão para além de uma identidade negra⁹, mas, sim, também, pela defesa da cultura que resiste ao tempo, não com intuito de transformar em patrimônio histórico para exposição ao público, mas no sentido de suscitar respeito pelas ancestralidades que deram

⁹ Segundo Gomes (2003; p.5) A identidade negra é entendida, como uma construção social, histórica, cultural e plural. Implica a construção do olhar de um grupo étnico/racial ou de sujeitos que pertencem a um mesmo grupo étnico/racial sobre si mesmos, a partir da relação com o outro. Temos a compreensão a partir da autora a identidade negra uma construção histórica, a cada momento a identidade vai sendo constituída.

suas vidas em defesa dos ritos e dos modos de vida de um povo, que teve que renegar a sua cultura por muito tempo. Em poucas linhas, está-se falando de pessoas que conduzem efetivamente o reconhecimento por direitos. Mas, não é qualquer direito, pois a invisibilidade vem sendo representada pela violência e pela força; entretanto, a coletividade se torna uma das maiores estratégias de luta identificadas, que é apresentada dia após dia pelos quilombolas.

A realidade diária desse povo, no que tange ao aspecto da pobreza, vem do próprio processo de discriminação; são casos de injustiças culturais que podem ser representadas de forma simbólica, em muitos casos, pela superioridade de raças (FAORO, 2001). E não se pode dizer que isso ficou no passado, pois está presente e acaba trazendo enormes consequências, como o não reconhecimento das práticas culturais, que ainda transmite a ideia de inferioridade, como se os saberes desses grupos não tivessem nenhum valor. Mas, as bandeiras de lutas, ganham força pelos movimentos sociais, pela redemocratização do país, que busca articular diálogos com instituições, pautando as categorias econômicas e buscando a visibilidade dos povos quilombolas que adentram nas lutas de classe. O Alemão Karl Marx é clássico desse debate.

Nesse trajeto histórico sobre os quilombolas como atores de resistências, já se pode ver algumas ações governamentais de combate às desigualdades raciais, a exemplo, em 2003, com o governo de Luís Inácio Lula da Silva (PT), Presidente da República, em que os movimentos sociais negros e quilombolas começam a ter oportunidades de expor suas reivindicações aprovadas, que se tornaram históricas, já que governantes anteriores não articulavam as políticas voltadas a esse grupo, porque não existiam órgãos responsáveis por essas articulações. Então, a primeira medida do governo ocorreu por meio da Lei 10.678 de maio de 2003, com a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR)¹⁰. A segunda foi o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial, através do Decreto n.º. 4.885 de novembro de 2003. E, a terceira medida foi a criação da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PNPIR), mediante o Decreto n.º. 4.886 de novembro de 2003¹¹. Esta caracteriza-se como articulação de políticas, pela descentralização e pela gestão democrática das ações integradas.

Algumas conquistas já são possíveis ser identificadas, a partir das organizações governamentais e da sociedade civil engajadas na luta das comunidades, com destaque, as ações

¹⁰ Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdades Raciais (Instituída em 21 de março de 2003, com o objetivo de promover a igualdade e a proteção de grupos raciais e étnicos afetados por discriminação e demais formas de intolerância, com ênfase na população negra). Disponível:

¹¹ A esse respeito, ver Portal do Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia (PPIGRE) no site www.mda.gov.br.

da Fundação Cultural Palmares – órgão do Ministério da Cultura e do Memorial Zumbi – criado em 20 de novembro de 1980. Aliás, até o ano de 2003, o Ministério da Cultura, por meio da Fundação Cultural Palmares (FCP) era a principal responsável pela identificação, reconhecimento, demarcação e titulação das terras ocupadas por comunidades remanescentes de quilombos.

As políticas específicas para essa população passam a ser integradas com os Movimentos Negros, articulados por essas instituições representativas, como a SEPPIR, que constituiu dois programas norteadores de intencionalidade política; o Programa Promoção de Políticas Afirmativas para a Igualdade Racial, em 2002¹²; e, o Programa Brasil Quilombola – PBQ¹³, no ano de 2004.

Aqui, destacar-se-á algumas conquistas e garantias de direitos, como: a Lei 11.645/08, complementar à Lei nº. 10.639/2003, aprovada em 11 de março de 2008, que cria a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, as cotas raciais e/ou sociais para o ingresso em cursos de graduação no ensino superior e a criação da Secretaria de Educação Continuada e Diversidade do Ministério da Educação SECAD/MEC, em julho de 2004, tendo como objetivos contribuir para a redução das desigualdades educacionais por meio da participação de todos os cidadãos em políticas.

A educação a partir da implementação da política de ação afirmativa, fortalecida com a implementação da Lei nº12.711 de 2012, onde negros e negras quilombolas adentraram as universidades, ocorrendo um momento histórico. Isso faz parte da história, não somente da história, mas da realidade de jovens que, através dessa política, foram oportunizados a viver um direito que lhes foi negado por séculos. E, também, no campo da economia solidária, em parceria da SEPPIR com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), em que “foi criado em 2003 o Projeto de Etnodesenvolvimento Econômico Solidário das Comunidades Quilombolas e renda à promoção do desenvolvimento local sustentável” (SOUZA, 2015, p. 38). Sua estratégia principal é fomentar atividades econômicas em desenvolvimento pelas comunidades.

As políticas para as comunidades quilombolas passam a se reconhecer por bens e serviços culturais que possuem natureza econômica e cultural, uma vez que detêm identidades,

¹² O DECRETO Nº 4.228, DE 13 DE MAIO DE 2002, Institui, no âmbito da Administração Pública Federal, o Programa Nacional de Ações Afirmativas.

¹³ Programa Brasil Quilombola1 foi lançado em 12 de março de 2004, com o objetivo de consolidar os marcos da política de Estado para as áreas quilombolas. Com o seu desdobramento foi instituída a Agenda Social Quilombola (Decreto 6261/2007), que agrupa as ações voltadas às comunidades em várias áreas, conforme os seguintes Eixos: Eixo 1: Acesso À Terra; Eixo 2: Infraestrutura e Qualidade de Vida; Eixo 3: Inclusão Produtiva e Desenvolvimento Local; Eixo 4: Direitos e Cidadania (GUIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA COMUNIDADES QUILOMBOLAS, 2013; p. 10).

valores e significados. A exemplo a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT)¹⁴, ligada ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e Ministério do Meio Ambiente (MMA). Outro, foi através do Programa Territórios da Cidadania, o Ministério do Desenvolvimento Agrário e A regularização fundiária de Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTDI's). Essas entidades que passam a representar as demandas de políticas públicas para os territórios étnicos reformulados, tendo em vista outras realidades, demarcam bem os elementos que devem ser considerados no trato com esses grupos. Neves *et al* (2015; p. 02) afirma que:

Neste sentido, diversas Secretarias de Estado são constituídas com a finalidade de reverter, amenizar, diminuir desigualdades sociais [...]. Contudo, apesar dos esforços do Estado e da criação de diversas Secretarias, o desenvolvimento econômico associado ao desenvolvimento social não tem, historicamente, se consolidado no Brasil. As desigualdades sociais continuam imensas, persistindo uma enorme vulnerabilidade das condições de vida, em particular dos grupos mais carentes, praticamente excluídos do acesso aos bens e serviços.

Essa reflexão dos autores remete ao entendimento de que, mesmo com a criação dessas secretarias e ações, ainda se torna visível a imensa desigualdade social. O fortalecimento para o desenvolvimento sustentável dos povos quilombolas vem se intensificando com a demarcação de propriedades de uso coletivo, que permite a apropriação de um documento que descreve de forma geral qual é a área pertencente a esse grupo étnico, para que este não seja retirado de seu espaço de vida e cultura. Essa demarcação para a obtenção dos títulos definitivos de terra contribui para a participação de políticas afirmativas, uma vez que é deste que advém a economia quilombola, que se justifica pela ação produtiva das famílias, permitindo a sobrevivência desses povos.

As conquistas bem explícitas são a demarcação das comunidades das ilhas de Abaetetuba, que foi titulada através do processo de nº 2001/274.554, com uma área total de 11.458,5320 ha, perímetro de 55.956,20 m, em forma de polígono irregular de 31 lados (Título-ARQUIA/INTERPA), possível em base ao Art. 215 e 216 e 68 do Ato das disposições Constitucionais Transitórias da Carta Federal, do Art. 285, 286 e 322 da Carta Estadual, Lei Estadual nº 6.165/1998, Decreto Estadual nº 3.572/1999 e Instituição Normativa nº 02/1999-ITERPA, reconhece o domínio de uma área de terras com ocupação e uso por famílias de remanescentes de quilombos das ilhas de Abaetetuba (Título-ARQUIA/INTERPA). No Art. 23. Instrução normativa (Nº 57/2009);

¹⁴ Decreto n.º 6.040

A demarcação da terra reconhecida será realizada observando-se os procedimentos contidos na Norma Técnica para Georreferenciamento de imóveis rurais aprovada pela Portaria nº 1.101, de 19 de novembro de 2003, do Presidente do INCRA e demais atos regulamentares expedidos pela Autarquia, em atendimento à Lei nº 10.267, de 28 de agosto de 2001.

Foi uma conquista muito importante, pois a partir da demarcação terra foi possível não se tornar refém da monocultura do dendê, caso contrário, isso teria tomado conta de todo o território quilombola, pois essa é prática e anseio do agronegócio, expandir a produção, sem se importar com a vida social, cultural e ambiental dos territórios tradicionais.

O importante é dizer que não basta ter somente a terra, é preciso oferecer condições para que os quilombolas possam cultivar e permanecer produzindo junto à sua família. E nos aspectos de conquista, a Chamada Pública nº 06/2014 da SAF/MDA torna-se uma referência, pois, através dela, as famílias desse território passam a ser acompanhadas tecnicamente com direito a *fomento*¹⁵ garantido no Decreto nº 4.739, de 13 de junho de 2003, para o desenvolvimento de atividades referentes à agricultura familiar, que está inserida no Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. Com essas explicações, pode-se observar que essas conquistas aconteceram em pouco tempo. Então, faz-se a seguinte reflexão: Quando e para que foi criada a ATER?

3.2 UM POUCO DE HISTÓRIA SOBRE A CRIAÇÃO DA ATER NO BRASIL

Analisando o contexto inicial da ATER no Brasil, percebe-se que esta não foi projetada para a classe pobre ou agricultura familiar; o objetivo era outro. Criada em meados dos anos de 1940, a ATER passa a ser desenvolvida no momento em que os Estados Unidos da América buscavam expandir estratégias que se dispusessem a superar a pobreza no meio rural. Mas só a partir dos anos de 1960, é que a ATER passa a atuar sob influência dos pacotes da Revolução Verde, que ofereciam serviços aos agricultores familiares de forma altamente agressiva, disponibilizando de ação tecnológica, com uso de defensivos químicos, agrotóxicos e variedades de alto rendimento. Esses pacotes manipulavam a monocultura através da utilização de mecanização. No entanto, isso não foi a melhor opção para a agricultura familiar.

A ATER passou a ser questionada no cenário nacional, por contribuir para os resultados socioambientais negativos que vinham ocorrendo no campo, cobrando-se da Extensão um papel diferenciado e que pudesse orientar-se a partir de estratégias e enfoques técnicos capazes de ajudar na construção de agriculturas alternativas e

¹⁵ Recurso no valor de R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais), para o desenvolvimento de atividades produtivas, como manejo, criação e plantação, sendo dividida em duas parcelas (MDA/SAF, 2014)

ambientalmente mais sustentáveis (BOECKMANN SILVA; CAPORAL, 2013; p. 02).

O Estado deveria dar respostas para toda essa crise da agricultura que estava ocorrendo, logo, as ações deveriam ser concretas e exatas. E, o mais importante, que fosse de modo coletivo, pois, assim, estariam intrinsecamente articuladas à ação pública que é, por sua vez, uma nova maneira de conceituar a mesma, vista como governamental, assumindo sua fragmentação, suas contradições locais, sua pluralidade. A ação pública é também governamental diferenciada e territorializada (SIMÕES, 2013).

A partir do processo de democratização política nos anos 1980, quando se tornaram conhecidos os efeitos perversos do processo de modernização parcial dos espaços agrícolas brasileiros, teve início uma ampla diversificação dos serviços de extensão rural. Naquele momento, organizações não governamentais, organizações de movimentos sociais, acadêmicos e militantes políticos impulsionaram diversos questionamentos sobre o papel do extensionista como agente de promoção do desenvolvimento (DIAS, 2004; p.104).

Esse passa a ser um tempo primordial para o serviço de ATER, agora, por incentivo de grupos que não somente compõem o quadro do estado político, e, sim, de outros que questionavam o tipo de serviço oferecido pela ATER.

3.3 PENSANDO A NOVA ATER

Em 2003, através do ideal de reconstrução do Estado democrático¹⁶ das atividades de Assistência Técnica e Extensão Rural, ampliaram-se as políticas da agricultura familiar com a participação da sociedade. Souza (2015) ressalta que o Estado existe para proteger os direitos e liberdade dos cidadãos, e que, em última instância, é o melhor juiz de seus interesses. E as políticas de reforma agrária e reordenamento agrário de inclusão produtiva e de fortalecimento e ampliação do crédito rural são parte de uma estratégia de organização e desenvolvimento que menciona o ser territorial, pois uma política pública como a PNATER é direcionada a determinado território e ao mesmo tempo é de Estado, haja vista que foi uma estratégia para responder ao aumento de produção para suprir o mercado, já que a agricultura familiar estava em baixa e, conseqüentemente, reflete no mercado (EMI nº 00006/2009 – MDA/MP/MF).

¹⁶ Essa discursão do Estado Democrático a Constituição Federal Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, [...]. (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1988) Na raiz constitutiva do Estado democrático de direito estão os direitos fundamentais individuais e sociais, em uma genética indissociável, que funda o próprio modelo de Estado constitucional de direito. (CRISTÓVAM, 2017; p.3)

Assim, promoveu-se a ATER em suas várias modalidades (voltada para agricultores familiares, assentados, quilombolas, pescadores artesanais, povos indígenas e outros); e, uma das mudanças foi esta passar a ser coordenada pela Secretaria da Agricultura Familiar – SAF, do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA (Decreto nº 4.739, de 13 de junho de 2003).

Sob o contexto histórico e político em que o país se encontrava, como a busca de avanço no crescimento econômico e valorização da agricultura familiar que correspondesse ao desenvolvimento da política nacional, o Estatuto da Terra – ET; o Sistema Nacional de Crédito Rural - SCNR; o Manual de Crédito Rural – MCR; o Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA; o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF; o Programa Nacional de Crédito Fundiário; o Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais; a Lei da Agricultura Familiar, entre outros, foram os instrumentos utilizados para a efetivação dessa política de ATER. Tudo isso para que, dessa vez, os resultados fossem positivos, formando as redes dentro dessa política. (CHAMADA 006/MDA/SAF, 2014).

Entretanto, antes de promover a política, é preciso ter um projeto de lei, e com a ATER não foi diferente. O documento para instituir a PNATER trazia em seu texto a alegação de que esta seria criada para a proteção e gerenciamento de riscos climáticos e de mercado, pois, mundialmente, era preciso elaborar estratégias para amenizar os problemas relacionados ao aquecimento global, que estava como centro de alerta¹⁷. Outra questão, foi o seguro da agricultura familiar, através da liberação de fomento e de créditos bancários para assegurar a demanda nacional e internacional de alimentos, já que houve um aumento no consumo dos mesmos. A intenção era também a garantia de safra recorrente aos estoques mundiais rebaixados. Enfim, a certificação de preço mínimo da agricultura familiar; quanto maior a produção, melhor a competição por mercados internacionais, o que não deixa de ser uma das metas da PNATER, sendo que a agricultura familiar abastece o mercado local, e essa produção estava em baixa. (PROJETO DE LEI DA PNATER – ANEXO-EMI nº00006/2009 - MDA/MP/MF; p. 06).

Todos esses argumentos contribuíram para que essa política fosse sancionada, e também para as lutas do movimento que, nesse ato, ainda eram ouvidos. Logo, a resposta concreta dessa política vem no seu 1º Art.: “Fica instituída a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER, cuja formulação e

¹⁷ PROJETO DE LEI PNATER-ANEXO-EMI nº00006/2009 - MDA/MP/MF- Brasília, 20 de julho de 2009. Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=675240. Acesso: 22-03-2017.

supervisão são de competência do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA”. (BRASIL, 2010; p.01). Mas, como foi uma luta dos grupos sociais na construção dessa política, cita-se, também, Ligas Camponesas, como: Grito da Terra, Marcha das Margaridas, Marcha dos Sem-Terra, GT’s, Interação com os movimentos sociais – apuração das demandas e avaliação dos entraves, aqui começa-se a entender sobre a perspectiva dessa ação, pois os povos tradicionais vivem em situação em que alguns casos não são valorizados, até mesmo pelo investimento de bancos para seguir em frente a produção, ou seja, eles não possuem bens necessários para um financiamento, o que dificulta a vida diária dos produtores familiares.

Por envolver poder, confiança, preconceito, risco relacionado à moral, produção e mercado, os povos que passam a ter direito e acesso às políticas públicas voltadas para agricultura familiar são grupos específicos I - os assentados da reforma agrária, os povos indígenas, os remanescentes de quilombos e os demais povos e comunidades tradicionais; (BRASIL, 2010), entre outros.

Em 2004, alguns quilombolas do Município de Abaetetuba tiveram acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF –, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para o Manejo de açaí. Os técnicos que orientavam a produção eram do BASA (Banco da Amazônia) e da EMATER,¹⁸ localizada no Município. Quanto ao retorno de pagamento do valor, eram acrescentados 2% de juros ao ano. Foi nesse período que a produção de açaí aumentou e a forma de manejo se diferenciou dos quais eram acostumados os ribeirinhos, quilombolas. “A reduzida diversificação das atividades financiadas deixa os “pronafricanos” expostos à variabilidade climática e a volatilidade dos preços que caracteriza os mercados de insumos e *commodities* agrícolas” (AQUINO, S/A; p. 19)¹⁹.

Isso não quer dizer que essa política desfavoreceu o produtor, mas a forma como os técnicos orientaram foi, sem dúvida, preocupante em relação à cadeia alimentar, pois o maior receio era com o aumento produtivo. E é a respeito dessa atenção que alerta o autor mencionado, no que ele chama de *commodities*.

É importante ressaltar que o crédito não resolve todos os problemas dos agricultores, mas possibilita o desenvolvimento das atividades. Pois se trata de uma questão de valorização e respeito pelos agricultores familiares, visto que se o agronegócio pode ser financiado, o do

¹⁸ O Regional Tocantins compreende 10 municípios, e, no Regional, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (EMATER – Pará) atua com um escritório regional em Moju, e escritórios locais em: Abaetetuba, Acará, Baião, Barcarena, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Moju e Tailândia. Disponível: http://www.emater.pa.gov.br/upload/ck/ckfinder/userfiles/files/Projeto_Regionais_Tocantins.pdf

¹⁹ JOACIR RUFINO DE AQUINO. Avanços e limites da política de crédito do PRONAF no Brasil (1996-2008): uma reflexão crítica. Sem o ano de publicação. Disponível: sober.org.br/palestra/13/817.pdf.

pequeno agricultor deve ser também, porque trabalham diretamente com a terra e “produzem 70% do feijão nacional, 34% do arroz, 87% da mandioca, 46% do milho, 38% do café e 21% do trigo²⁰”, entre outros produtos que não serão destacados no momento. Mas isso está sendo enfatizado para explicitar a importância da agricultura familiar, que aos olhos do capital deixam de receber financiamento para continuar trabalhando sem colocar suas terras sob o comando do agronegócio.

Entretanto, o crédito não é benefício social, que deve gerar renda para se pagar a dívida contraída; mas, em contrapartida, deve apresentar um bom projeto, comercialização, capacitação, preparação do agricultor para o crédito, gestão, obedecendo As Etapas da Construção do Crédito, Desenho das linhas; Negociação das fontes que financiarão a proposta; Operacionalização da linha (Fluxo); Definição de Metas; Emissão da DAP; Credenciamento das entidades prestadoras de ATER-ATES no CEDRS; Elaboração e Apresentação dos Projetos Técnicos aos Agentes Financeiros; Análise e aprovação dos projetos; Liberação dos Recursos; Aplicação dos Projetos, acompanhamento, orientação e Monitoramento; Remuneração das prestadoras de ATER-ATES; Pagamento do crédito; (Re) Negociação de dívidas. Contudo, voltou-se aos “velhos” tempos, em que esses créditos se tornaram mais difíceis para os quilombolas terem acesso.

Em meio a essa situação de governo conturbada, que desde 2016 ocorrem os serviços de ATER aos quilombolas em Abaetetuba, e destaca-se o Arapapuzinho, através da chamada Pública DPMRQ/MDA nº 006 /2014, orientada pela nova PNATER, que é uma política exclusiva para a produção familiar, e que trata o serviço de ATER como um direito, e está voltada para favorecer iniciativas que contribuam com o desenvolvimento da agricultura familiar em território nacional (SILVA, 2013; p.158).

3.4 O ÂMBITO DA CHAMADA PÚBLICA DPMRQ/MDA Nº 006 / 2014

Na possibilidade de atender os agricultores familiares, cria-se o PRONATER, já referenciado acima, um instrumento orientado pela PNATER que estabelece as diretrizes e metas para os serviços públicos de ATER, que é coordenado pelo DATER e elaborado, anualmente, para cada Plano Safra da Agricultura Familiar com base nas políticas da SAF, nos

²⁰Peso da agricultura familiar na produção.

Disponível:<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/agricultura-familiar-do-brasil-%C3%A98%C2%AA-maior-produtora-de-alimentos-do-mundo>. Acesso: 30/04/2018.

Programas Estaduais de agricultura²¹, o PRONATER, que inclui o trabalho de ATER, no território quilombola, da Secretaria de Agricultura Familiar (SAF) para os demais agricultores familiares (MDA/SAF/DATER, 2004, *apud* SCHMITZ, 2005; p. 03).

Lembrando que é uma das ações do Governo Federal, incluído no Programa Brasil Quilombola, estruturado por meio de eixos que tratam de inclusão produtiva, acesso a território, infraestrutura e outros. Logo, é um programa que vem fazendo com que as políticas públicas cheguem às comunidades tradicionais, como as comunidades Quilombolas. A SEPPIR²² é a coordenadora do programa, sendo que o MDA tem como atribuições a promoção do desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares.

Essas políticas se encaixam nos respectivos eixos, e alguns critérios foram utilizados para que os territórios quilombolas fossem beneficiados, a saber: Famílias que vivem em territórios tradicionais que tenham perfil para serem contempladas com o Programa de Fomento²³; Comunidades certificadas pela Fundação Cultural Palmares; e, Comunidades em processo de desestruturação dos sistemas produtivos e erosão genética de seus insumos. (DPMRQ/MDA n° 006 /2014). São critérios que mobilizam o parecer de que as áreas contempladas com as políticas territoriais precisam estar tituladas, mas nem todas conseguem esse feito e deixam de ser contempladas com os programas.

A dinâmica de serviço de assistência técnica e extensão rural do MDA se caracteriza por manter o caráter público, sendo executada na forma de terceirizada, via licitações de através da modalidade “Chamada Pública” e, subsequente celebrada de contrato com instituições tanto de caráter público (entidades estaduais e municipais), como

²¹ Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER). Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-captec/pol%C3%ADtica-nacional-de-assist%C3%A2ncia-t%C3%A9cnica-e-extens%C3%A3o-rural-pnater>.

²² A SEPPIR (Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial) foi criada pelo Governo Federal no dia 21 de março de 2003. A data é emblemática: em todo o mundo, celebra-se o Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial. A criação da Secretaria é o reconhecimento das lutas históricas do Movimento Negro Brasileiro e uma resposta positiva do Brasil à Conferência de Durban. Isto só foi possível em face da presença dos indicadores com recorte étnico-racial. Disponível em: https://www.cepal.org/celade/noticias/paginas/0/34650/MOURA_SEPPIR_Brasil.pdf.

²³ O Programa Fomento Rural combina duas ações: o acompanhamento social e produtivo e a transferência direta de recursos financeiros não-reembolsáveis às famílias para investimento em projeto produtivo, no valor de R\$ 2,4 mil ou R\$ 3 mil. O programa foi criado pela Lei 12.512/2011 e é regulamentado pelo Decreto 9.221/2017. Essas duas ações são articuladas com o objetivo de apoiar a estruturação produtiva das famílias rurais mais pobres e o desenvolvimento do projeto produtivo de cada uma, a fim de que ampliem ou diversifiquem a produção de alimentos e as atividades geradoras de renda, contribuindo para a melhoria da segurança alimentar e nutricional e a superação da situação de pobreza. O programa é uma inovação importante no conjunto das políticas públicas de superação à pobreza rural, pois incentiva a inclusão produtiva de famílias rurais que estão em condição social mais vulnerável. Os agentes técnicos articulam as políticas sociais e as ações de desenvolvimento rural para atender às famílias beneficiárias e as apoiam na elaboração de um projeto produtivo, no qual devem ser aplicados os recursos financeiros repassados por meio da estrutura de pagamentos do programa Bolsa Família. [...] Na modalidade tradicional, as parcelas têm os seguintes valores: I – quando transferido em duas parcelas, a primeira parcela será de R\$ 1.400,00 e a segunda de R\$ 1.000,00 (Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/inclusao-produtiva-rural/programa-fomento>).

privado (Organização não Governamental-ONG, Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OCIP, Cooperativas e Empresas). (SILVA, 2013; p. 156).

As entidades contratadas devem se apoiar no MDA e nos parceiros das três esferas; que são Federais, Estaduais e Municipais. Nas esferas estaduais existem programas que podem estar complementando as ações voltadas para os quilombolas que, a partir do diagnóstico feito pela entidade, terão dados concretos sobre as situações desse grupo social; entretanto, fica a responsabilidade de: a) mobilizar as famílias para participação em mutirões de documentação; b) distribuir sementes; e, c) promover a inclusão social pelo encaminhamento de demandas sobre água, habitação, transferência de renda, entre outras, no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria²⁴. (DPMRQ/MDA n° 006 /2014). Assim, cada família quilombola beneficiária receberia os serviços de ATER, de acordo com as atividades como:

a) Mobilização e Seleção das Famílias Quilombolas; b) Reuniões de Articulação com Parceiros; c) Diagnóstico das UPF's; d) Oficina de Etnodesenvolvimento; e) Elaboração do Plano de Estruturação Produtiva e Etnodesenvolvimento da Unidade Produtiva Familiar; f) Diagnóstico das Comunidades Quilombolas; g) Orientação para Acesso às Políticas Públicas; h) Acompanhamento e Orientação Técnica (6 visitas por família); i) Planejamento Inicial das comunidades; j) Elaboração de Projeto de Estruturação Produtiva Coletivo; k) Orientações para Elaboração do CAR; l) Atividades coletivas definidas pela comunidade; m) atividades; n) Atualização do Diagnóstico das UPF's no 1º, 2º e 3º anos; o) Avaliação Intermediária e Planejamento Anual no 1º e 2º ano; p) Avaliação Final. (DPMRQ/MDA n° 006 /2014; p. 5-6).

São atividades que detalham a aplicação dessa política na comunidade, tendo 36 (trinta e seis) meses como período para execução de serviços, com possibilidade de fazer o acompanhamento com as famílias e garantindo que estas possam ter acesso ao fomento. Com o uso de metodologias participativas e técnicas que contemplem o protagonismo dos (as) beneficiários(as), bem como estratégias de geração e socialização de conhecimentos e de mobilização comunitária que possibilitem a participação dos (as) quilombolas como agentes do etnodesenvolvimento, que é o desenvolvimento de grupos étnicos no interior de sociedades mais amplas, deve tornar-se a principal questão da reflexão sobre o desenvolvimento, tanto teórica quanto praticante (STAVENHAGEN, 1985; p. 42). “Também é um modelo alternativo de desenvolvimento que mantém o diferencial sociocultural de uma sociedade, ou seja, sua etnicidade”, complementa o autor.

Para a contemplação de todas essas atividades, de início, a instituição faz a mobilização familiar e também o diagnóstico para saber quem do território será contemplado com a Ater Quilombola. Sendo que o critério inicial é ter renda *per capita* de R\$ 85,00 (oitenta e cinco

²⁴ Plano Brasil Sem Miséria

reais) por membro familiar; e, possuir a Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – DAP, assim como os documentos pessoais.

Essa política vem com molde diferenciado no âmbito dos aspectos metodológicos que deve seguir aos princípios da lei de ATER pública, embasados nos objetivos e diretrizes da Política Nacional de ATER – PNATER, e o documento “Fundamentos teóricos, orientações e procedimentos metodológicos para construção de uma pedagogia de ATER”, promovendo a geração e apropriação coletiva de conhecimentos, a construção de processos de desenvolvimento sustentável. (DPMRQ/MDA nº 006 /2014 12-13). Sendo que um dos objetivos é VII - construir sistemas de produção sustentáveis a partir do conhecimento científico, empírico e tradicional; (BRASIL, 2010).

Dentre os diversos princípios, seis deles ajudam a compreender o motivo da vinda dessa ATER:

I - Desenvolvimento rural sustentável, compatível com a utilização adequada dos recursos naturais e com a preservação do meio ambiente;

II - Gratuidade, qualidade e acessibilidade aos serviços de assistência técnica e extensão rural;

III - Adoção de metodologia participativa, com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, buscando a construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública;

IV - Adoção dos princípios da agricultura de base ecológica com enfoque preferencial para o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis;

V - Equidade nas relações de gênero, geração, raça e etnia; e

VI - Contribuição para a segurança e soberania alimentar e nutricional. (BRASIL, 2010: 01)

Portanto, a mediação dessa política no Arapapuzinho está acontecendo pela instituição selecionada, através da Chamada nº 06/2014. Anjos (2006; p. 40-41) [...] aponta que as políticas de “gestão popular dos problemas mais comunitários” caminham por outras vias no sentido de territorializar a ação do Estado, pela descentralização das instâncias de decisão sobre os recursos de e para a localidade. Lembrando que as redes de relações se formam diante da política, perante a formação e ação (existem diversos órgãos que são estruturantes de uma política no caso da ATER em comunidades tradicionais), e também no ato da ação política, por exemplo, os movimentos sociais e os órgãos governamentais, e os próprios agentes da comunidade, que passam a ser conhecidos como mediadores dessa política.

Essa mediação entre uma política setorial como dimensão territorial aproxima o entendimento de que a ação dos agentes intermediários – funcionários, políticos, empresários – é de grande importância (ANJOS, 2006; p. 41). A mediação pode ser tomada como um espaço de comunicação. Este tem um papel principal, que Neves (2008; p. 31) chama de interligação de mundos diferenciados por saberes diversificados, havendo um compromisso mútuo entre mediadores e mediados.

Essa Ater se insere no Eixo 3 do Programa Brasil Quilombola, voltado ao desenvolvimento local e inclusão produtiva. Mas foi por meio de desconfianças que os quilombolas receberam a cooperativa,²⁵ na primeira reunião em novembro de 2016, pois era perceptível nos rostos das pessoas que isso seria mais um programa que não iria acontecer, pois a agricultura familiar, dentro do âmbito do Estado, em que as políticas públicas como a PNATER, que norteiam essas atividades produtivas, disponibilizam uma assistência técnica que vem carregada de conhecimentos técnicos-científicos. No entanto, dentre os princípios da lei de ATER nº 12.188/2010, em seu Art. 2º, consta que se deve “I- Promover serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades [...]” (BRASIL, 2010; p. 01).

E a Chamada nº 06/2014 dispõe de itens que trazem o eixo central da discussão desta pesquisa, apresentando-se como eixo norteador da metodologia dessa ação, já que se deve atrelar ao Art. 2º da nova ATER, já disponibilizado anteriormente, em que uma das grandes metas é:

A sustentabilidade das Unidades de Produção Familiar – UPF's é outra dimensão a ser tratada pela ATER, e deve englobar os seguintes itens: a) Organização e estruturação sócio produtiva das famílias quilombolas, promovendo o fortalecimento e implantação de sistemas sustentáveis de produção, considerando a diversificação produtiva e segurança alimentar e nutricional das famílias; b) Disponibilização e geração de tecnologias sustentáveis e adequadas aos quilombolas; c) Estímulo a implantação de unidades demonstrativas; d) Potencialização do acesso a mercados locais e regionais, institucionais, diferenciados, entre outros; e) Estruturação ambiental das unidades produtivas (MDA/SAF/ N°06-2014).

Os atores centrais identificados foram: Governo Federal através das representações do MDA, hoje extinto, passando a ser representado pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário da Casa Civil da Presidência da República (SEAD); SEPIR; INCRA; FCP, que no momento da execução tem a presença dos movimentos sociais Quilombolas na representação da ARQUIA, a entidade executora, a COODERSUS; e, enfim,

²⁵ Cooperativa de Trabalho em Apoio ao Desenvolvimento Rural Sustentável (COODERSUS), que tem sua sede local na cidade de Mãe do Rio, Estado do Pará. Esta foi classificada na referida licitação para o acompanhamento técnico para os quilombolas da Cidade de Abaetetuba-Pará.

os quilombolas da comunidade de Arapapuzinho, do município de Abaetetuba-PA, assim como conta com apoio de entidades como a SEMAS e a EMATER (observar FIGURA 8, abaixo).

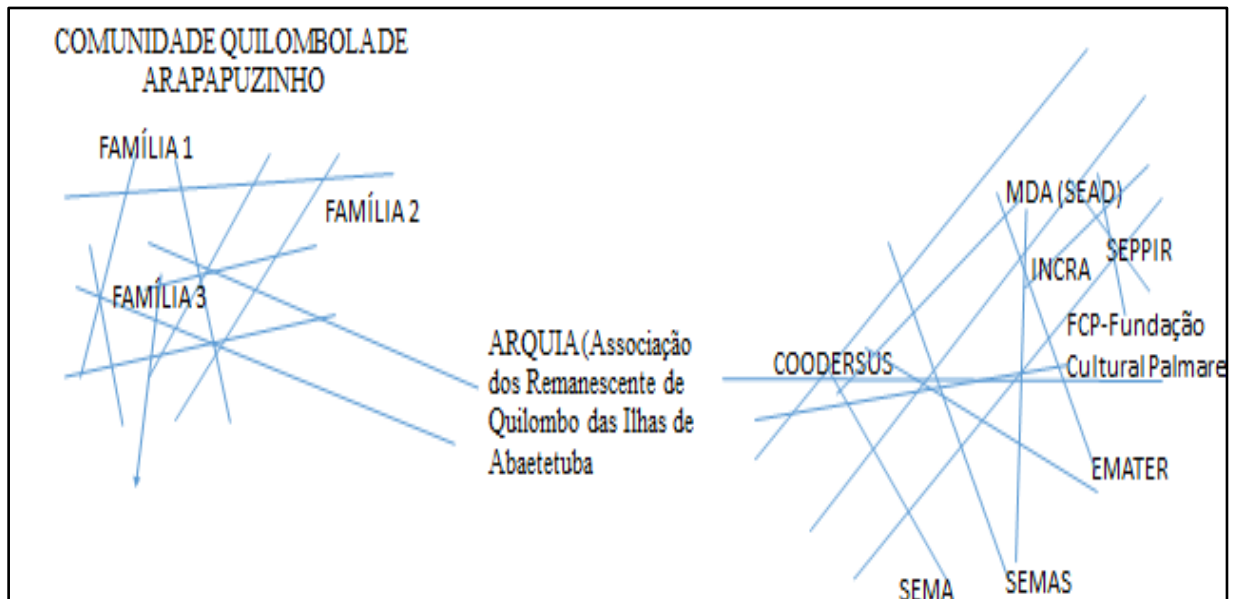


FIGURA 8: Configuração de Redes da ATER no território quilombola.

Fonte: Rosenilda Botelho Gomes (adaptado de ANJOS, 2009).

Daí a Política de ATER chega até os agricultores na comunidade, a partir de uma interação com os grupos sociais para a efetivação da mesma. Qualquer ação ligada a essa política, por mais complexo que seja ou bem equipada, não consegue, sozinha, dar conta da atenção integral do desenvolvimento da política sem que sejam formadas as chamadas redes, pois “a dimensão ontológica do “estar em rede” tem sido problematizada pelos atores inseridos no espaço de mediação que articulam quilombolas e representantes de agências estatais de políticas públicas” (ANJOS, 1996; p.08). Percebe-se que não há possibilidade de inserção da política pública sem fazer a interação entre instituições, o que representa estar em rede. Também existem atores que se encontram nas entrelinhas desse campo de ação, que será enfatizado no decorrer deste escrito.

Então, é necessário que se saiba que a COODERSUS é a prestadora de serviço de ATER nas comunidades Quilombolas do Baixo Tocantins, e esta apresenta uma articulação com a SEAD, com o extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário²⁶ e conta com o apoio dos órgãos

²⁶ O decreto nº 8.780, de 27 de maio de 2016, transferiu as competências do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que estavam com o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), para a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário da Casa Civil da Presidência da República (SEAD) e o decreto nº 8.786, de 14 de junho de 2016, subordinou a estrutura do extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) ao Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República. (Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8786.htm)

governamentais e não governamentais que são indispensáveis no andamento das ações. A exemplo disso, apresenta-se a EMATER do Município de Abaetetuba, que, com a sua equipe, emitiu as DAP's²⁷, pois sem esse documento o agricultor ficaria impossibilitado de fazer o cadastro para participar da ATER. Na fala desse entrevistado, é possível constatar tal afirmação: “[...] falo onde eu for que de todos os municípios que eu já trabalhei, eles têm uma receptividade maior por parte do nosso trabalho, foi aqui em Abaetetuba, eles não medem dificuldade em ajudar nesse trabalho da EMATER”. (Entrevistado “CO 1”).

A SEMAS (Secretaria Municipal de Assistência Social) foi uma das secretarias de grande importância neste projeto, porque trabalhou com a atualização dos cadastros do CADÚNICO, e é responsável pela identificação social, que ajuda na seleção das famílias, pois as pessoas que não têm o CAD único são encaminhadas, pela Cooperativa, para esta instituição, sendo atendidas dentro da possibilidade de agenda.

E a COODERSUS, por sua vez, é responsável pela equipe técnica para acompanhar as famílias selecionadas, repassando informações dos trabalhos desenvolvidos para a SEAD através da SIATER. Essas redes que se apresentam, ora como apoiadores ou não dessa política, formam uma arena, no sentido de que esta é entendida como um lugar de confrontações concretas de atores sociais em interação acerca de questões comuns. Um projeto de desenvolvimento é uma arena [...]. Arena possui um conteúdo descritivo mais forte que o de campo (DE SARDAN, 1995; p. 178). Assim, as redes que se formam enfatizam ainda mais o papel do Estado e do movimento social, por ser uma política que destaca essas formas de organização que visivelmente vai se ter a formação de arena.

3.5 O PAPEL DO ESTADO E DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA PNATER

Na representação da ação da Política de Assistência e Extensão Rural no território Quilombola vale ressaltar que o Estado tem importante papel nessa efetivação, no que se refere à prestação dos serviços, buscando desenvolver um trabalho de igualdade e de oportunidades nas atividades econômicas e cultural das comunidades tradicionais. Daí essa intervenção estatal, norteada pelos princípios da lei e da chamada pública como documento burocrático e norteador da ação. Também os Movimentos sociais Quilombolas, são de grande valia pois, formados por

²⁷Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP's) foi um documento criado para identificar o agricultor familiar nas áreas rurais, o documento dá acesso a políticas como o crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e aos programas de compra pública, como o de Aquisição de Alimentos (PAA) e o de Alimentação Escolar (PNAE). Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/03/declaracao-de-aptidao-ao-pronaf-da-acesso-as-politicas-publicas>

Associações que possui ato legal através do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), tornando-se a voz das comunidades, dialogando com o Estado, com as instituições que desenvolvem o trabalho de ATER, funcionando como parte fiscalizadora dos serviços.

3.5.1 O papel do Estado no que se refere à ação da política de ATER

A promoção de políticas públicas para comunidades tradicionais não surge por acaso, mas sim por meio de várias lutas e reivindicações sociais que percorreram décadas. E foi a partir de 2003, com a criação do Programa Brasil Quilombola,²⁸ que várias políticas foram previstas para esses povos, como: a ATER. Pierre Miller e Yves Surel (2002; p. 13) apontam que as políticas públicas apresentam-se como quadro normativo de ação que é formada por um conjunto de medidas concretas que constituem a substância “visível” da política. É algo recorrente de recursos financeiros, intelectuais, reguladores e materiais. [...] Ela é também constituída de “produtos”, isto é, de *outputs* reguladores (normativos), financeiros, físicos.

Nessa premissa, ocorre a integração de todos esses aspectos para formar o que realmente ele chama de quadro normativo, pois, em qualquer que seja a ação, precisa desses requisitos para ser verdadeiramente vista como ação. Ele ainda incrementa que esta deve ser pensada como necessidade de um determinado povo e espaço (território), e assim fazer o processo de legalidade. “O Estado apresenta como fator externo de reconstrução da localidade, determinando as fronteiras para determinadas políticas e com maior ou menor sucesso estabelecendo uma lógica territorial de identidade”. (ANJOS, 2006; p. 41).

Como “O território é fundamental para a reprodução de sua existência e manutenção de sua identidade” (CASTRO, 1998; p. 12), é um dos elementos constituidores e de suma importância para garantir a sobrevivência e manutenção das condições adequadas para a existência das identidades socioculturais de uma comunidade tradicional. (CAETANO *et al.*, 2017, p. 14). Nessa perspectiva é que ocorrem as políticas públicas nos lugares mais distantes; mas isso não significa âmbito de bondade do Estado, mas, sim, uma intensa corrente de lutas em movimentos da sociedade civil.

Dessa maneira, reflete-se que toda e qualquer política deve ser analisada através de políticas públicas de forma não somente no processo de ação, mas o que está atrelado na sua própria elaboração, para que se tenha, de fato, a compreensão do seu verdadeiro objetivo. Gramsci (2000), ao se referir a políticas públicas, traz para o debate a opinião de que estas correm de forma dialética entre sociedade política e sociedade civil, ambas permeadas por uma

²⁸ Programa Brasil Quilombola. Agenda Social Quilombola (Decreto 6261/2007)

relação de identidade e distinção. Pode-se dizer, também, que as políticas públicas são tudo aquilo que os governos escolhem fazer ou não fazer (OLIVEIRA *et al.*, 2010, p. 168); mas, sem dúvida, há uma luta por direitos em que o Estado precisa dar a sua contribuição para que as ações cheguem aos espaços mais distantes. E a criação de projetos para a sociedade é que faz com que as ações sejam regulamentadas e efetivadas.

Os autores Caetano *et al.* (2017, p. 14) colaboram com a ideia de que as políticas e projetos devem ter o entendimento de sua constituição, das suas ações, sua formação, sua identidade e realidade social vivida pela comunidade ao longo de sua história, por se tratar de uma questão de valores, que também são simbólicos para com o ambiente, associado às questões de identidade local. (MARTINS; PAIVA; ALMEIDA, 2016, p. 05). Por isso, é importante a participação dos grupos sociais junto ao planejamento político, para que sejam inseridos no projeto público o reconhecimento e valorização do saber local, pois são conhecimentos que merecem ser levados em consideração e o Estado tem papel relevante nesse processo.

Tudo isso para se fazer entender que a reflexão das ações vai se dar diretamente a quem está recebendo tal política, portanto, não pode ser pensada tão somente no “desenvolvimento” ou “modernidade”, mas nos atores sociais que se encontram nessas comunidades tradicionais. Na percepção de Rodrigues *et al.* (2011), as políticas de desenvolvimento são algo contraditório, em que se apoia políticas de reparos sociais para um determinado grupo, em nome do dito “desenvolvimento”. Essa é uma crítica, que remete à reflexão do “olhar” a quem está sendo direcionada a política.

Trata-se, definitivamente, de interrogar-se sobre o funcionamento da democracia, a partir do momento em que a dimensão técnica da ação pública aumenta fortemente, a tal ponto que termina por colocar-se o problema da reintegração do cidadão na “rede da decisão”. Ou seja, quem deve pensar sobre a necessidade de uma política é o cidadão, que reconhece o seu maior imperativo. Se ela for pensada por outros, não trará efeitos contundentes, a não ser um ato de participação social, como de verdade deve ocorrer na política pública, mas se encontram delimitadas segundo sua inscrição em um território dado e/ou um setor socioeconômico, tornando-se esta última noção, pouco a pouco, o principal modo de distinção. Por isso, é necessário fazer a definição de um problema, enquanto dificuldade pública, como aspectos mobilizadores a todos os grupos referentes a tal problemática. E então acionar a esfera governamental para incluir na agenda.

Nesse caso, o Estado tem um papel muito importante no agendamento da política. Para Souza (2015, p. 41), atualmente, o Estado surge na perspectiva de um estado mínimo, pensando

em políticas sociais conquistadas no período do bem-estar social, pois, na realidade, o Estado é máximo para o capital [...]. Esse autor chama a atenção sobre a lógica neoliberal que torna o mínimo para as políticas sociais e distribuição de renda, e máximo para a intervenção do capital, que se concentra nas mãos de poucos. Para Marx e Engels (1998), o Estado nasce do antagonismo de classe. E é através desse antagonismo que também se pode ter as ações sociais.

Mas, para falar sobre o Estado, é preciso compreender como este é formado; e Souza (2015) destaca o conceito desenvolvido por Aristóteles, que analisou a estrutura política, o funcionamento dos órgãos políticos e classificou as formas de governo existentes naquele momento, apesar dos fundamentos e subsídios que essas experiências forneceram, aplicá-las a sociedades complexas (SOUZA, 2015, p. 25). No Estado absoluto, a autoridade é consensualmente entregue a um corpo legislativo e a um monarca, para que criem e imponham leis visando a preservação e representação dos interesses dos governados. E onde a sociedade civil entra nessa discussão, já que as políticas públicas são interesses diretos dos mesmos?

Enquanto Marx faz o desfecho da sociedade civil que coincide com a base material (contraposta à superestrutura em que estão as ideologias e as instituições), Gramsci fala do momento em que a sociedade civil é superestrutural. A sociedade civil representa o momento da etnicidade, através do qual uma classe dominante obtém o consenso, adquire legitimidade; o Estado representa o momento político estritamente entendido, através do qual é exercida a força. [...]. O Estado nasce para colocar ordem na sociedade, pois é preciso ter limites nos conflitos. (ENGELS, 2002, *apud* MONTAÑO, 2011; p. 41). Sendo assim, a sociedade é parte integrante da formação do Estado que contribui para o desenvolvimento econômico das diversas classes. Enfim, para entender o Estado é preciso fazer análise e reflexão desde o seu surgimento, compreendendo o papel principal que ele tem no âmbito das Políticas Públicas, em que uma delas é no contexto da agricultura familiar, a ATER.

Assim, vários órgãos que estão ligados ao Estado estão presentes no aspecto do desenvolvimento da política de ATER, que vão contribuir para o serviço do que se chama “extensão”. Mencionado anteriormente, com a fundação da Secretaria de Políticas de Promoção de Igualdade Raciais, em 2003, muitas das políticas públicas foram realizadas para os quilombolas, uma vez que estas “preveem iniciativas de coordenação, monitoramento e avaliação das ações governamentais voltadas para as comunidades quilombolas” (GUIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA QUILOMBOLAS; p.11). E, também, no Decreto nº 4887/2003 que “Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, de que trata o art. 68” da CF, que também faz referência a ATER;

Art. 20. Para os fins de política agrícola e agrária, os remanescentes das comunidades dos quilombos receberão dos órgãos competentes tratamento preferencial, assistência técnica e linhas especiais de financiamento, destinados à realização de suas atividades produtivas e de infraestrutura. (DECRETO N° 4887/2003)

Entende-se que a expressão “receberão dos órgãos competentes” os remete ao Estado, visando demonstrar que essa secretaria está diretamente ligada com o apontamento dos direitos dos quilombolas, que desenvolvem suas atividades sendo financiadas pelas políticas públicas, a exemplo, a PNATER. A SEPPIR tem acompanhado e estimulado a instituição de Comitês Gestores Estaduais, até o presente momento, para que os quilombolas possam ter acesso.

Também, um órgão representante do Estado que está ligado diretamente com o serviço de ATER é a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) da Casa Civil da Presidência da República. Foi criado em 2016 pelo decreto n° 8.780, com a Extinção do Ministério de Desenvolvimento Agrário, em conjunto com o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) que coordena o Programa de “responsabilidade conjuntamente de ações para sua execução: a oferta de serviços de assistência técnica e extensão rural é responsável pela transferência de recursos financeiros não reembolsáveis diretamente às famílias beneficiárias”²⁹. (PORTAL DO GOVERNO). Para que isso ocorra é preciso que as famílias estejam cadastradas no CAD único organizado pelo MDS, pois através desse órgão, após a seleção dos beneficiários, serão repassados o valor de R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais) no próprio cartão do Bolsa Família.

As referidas ações são articuladas com o objetivo de apoiar a estruturação produtiva das famílias rurais mais pobres e o desenvolvimento do projeto produtivo de cada uma, para que ampliem ou diversifiquem a produção de alimentos e as atividades geradoras de renda. (PORTAL DO GOVERNO). Portanto a missão da SEAD é:

“Promover a política de desenvolvimento do Brasil rural, a democratização do acesso à terra, a gestão territorial da estrutura fundiária, a inclusão produtiva, a ampliação de renda da agricultura familiar e a paz no campo, contribuindo com a soberania alimentar, o desenvolvimento econômico, social e ambiental do país” (PORTARIA SEAD N° 424/2017).

Como se está falando de papel e representações de órgãos ligados ao Estado, veja-se que com a extinção do MDA, é perceptível o retrocesso no que diz respeito ao Desenvolvimento

1.1 ²⁹Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/simulacao/fomento/index.php>

da agricultura familiar, sendo criticado pelo próprio Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável.

[...] Mostra, um olhar equivocado, ao confundir o papel desempenhado exemplarmente pelo MDS no âmbito do desenvolvimento social e o papel exercido ao longo destes anos pelo MDA, cujas políticas levadas a cabo inserem-se especialmente no âmbito da melhoria e ampliação da produção agrícola do país, levando em conta não preceitos meramente produtivistas e voltados para a obtenção de lucro pela exploração da terra e daqueles que a cultivam, mas, sobretudo, tendo como princípios a inclusão social, a produção sustentável e a ampliação da qualidade de vida dos agricultores e agricultoras do Brasil. (CONDRAF, S/A; p. 01)

Essa crítica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável sobre a extinção do MDA mostra as políticas como a de ATER, cujo objetivo não é apenas o aumento produtivo pensando no financeiro, mas na qualidade de vida das pessoas que têm ligação direta com a terra. É também o órgão fiscalizador das ações, através do SIATER (sistema Informatizado de ATER), sendo necessário o credenciamento das entidades.

E, no continuar da situação, observe-se que, entre os órgãos envolvidos, se encontra o INCRA, instituição que foi criada para realizar a Reforma Agrária, manter o cadastro nacional de imóveis rurais e administrar as terras públicas da nação. É responsável também pela regularização fundiária dos quilombolas, tornando, assim, as políticas territoriais possíveis. A instrução normativa 59/2009, destacada pela competência deste órgão, versa que:

Art. 5º. Compete ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA a identificação, o reconhecimento, a delimitação, a demarcação, a titulação e o registro imobiliário das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, sem prejuízo da competência comum e concorrente dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 57/2009)

O artigo 31 faz referência às articulações entre os setores que estão diretamente ligados com a política de ATER para os quilombolas;

Art. 31. O INCRA, através da Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária (DF) e da Coordenação Geral de Regularização de Territórios Quilombolas (DFQ), manterá o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR e a Fundação Cultural Palmares informados do andamento dos processos de regularização das terras de remanescentes de quilombos. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 57/2009)

O importante nessa situação é a compreensão de que o INCRA atua diretamente nas políticas para Assentados da Reforma agrária; entretanto, é perceptível o seu envolvimento quando o coordenador de projetos da ARQUIA fala sobre a conquista da ATER no território, sendo o maior projeto de ATER para os quilombolas.

Essa política de ATER se deu através de uma articulação entre o movimento social e o INCRA. A gente tinha conhecimento que as políticas públicas elas rolavam tudo por

dentro do INCRA, então, neste período, a gente achou um parceiro que conseguiu sentar lá na cadeira junto ao assessor do presidente do INCRA em Belém; e agente conseguiu articular com ele alguns projetos de ATER para a comunidade quilombola e foi a partir dali que se conseguiu fazer a primeira articulação a nível de Brasília, já que o INCRA tem acesso a todos os Ministérios, foi a partir dali que houve uma busca por uma demanda, e aí feita outras articulações, feita lá por cima, foi conseguido designar um projeto específico para comunidades quilombolas de Abaetetuba. (ENTREVISTA, MQ2).

Nesse aspecto, representado na fala do coordenador de projetos da Associação, é explícito que existe uma relação, na possibilidade de que as políticas de ATER ocorrem por uma demanda social, em que existem lutas dos movimentos.

3.5.2 O papel dos movimentos sociais (ARQUIA) diante da ATER quilombola

As lutas dos movimentos sociais são frequentes, tanto a nível nacional quanto local. São formas coletivas que têm contribuído bastante nas conquistas relacionadas às políticas públicas. E esses movimentos se organizam em;

Associações, sindicatos, partidos, movimentos sociais, organizações profissionais, atividades culturais, meios de comunicação, sistema educacional, parlamentos, igrejas etc. Essa conjuntura social representa expressivamente uma sociedade que busca apoio diante do governo, ou seja, da instituição política. Sendo necessário o Estado cumprir com seu dever. (GRAMSCI, 1996, *apud* MONTAÑO, 2011; p. 43).

Não se pode ser néscio a ponto de acreditar na bondade dos representantes do Estado, pois os movimentos sociais sempre apresentaram papéis importantíssimo na inclusão de demandas dos povos tradicionais relacionados às políticas públicas; não é de hoje que esses atores se integram para fazer valer os direitos dos Agricultores Familiares para o fortalecimento dessas políticas e também para a valorização das ações locais.

Os territórios Quilombolas das ilhas de Abaetetuba, especificamente o Arapapuzinho, vêm sendo representados pelos movimentos sociais quilombolas, a ARQUIA (Associação dos Remanescentes de Quilombo das Ilhas de Abaetetuba). Gohn (2008) chama esses movimentos de identitários, usualmente pertencentes às camadas populares, dentre os vários exemplos dessa camada, tem-se os afrodescendentes.

Esses movimentos sociais sempre atuam de forma positiva nas comunidades, por apresentarem não só o vínculo com a terra e a questão socioeconômica, mas também na luta pelo direito de viver com dignidade, por acesso à educação, à saúde e à cultura. “Essas lutas têm assumido – não apenas de resistência, mas também de luta por direitos: reconhecimento de suas culturas e da própria existência, redistribuição de terras em territórios de seus ancestrais”

(GOHN, 2008; p.440); é luta por emancipação e por políticas públicas territoriais, com a valorização dos povos e saber existentes nas ditas “comunidades tradicionais”.

Diante disso, percebe-se que a organização coletiva tem uma força, ou resistência muito maior, não deixando que as situações de descaso do Estado permaneçam sem serem postas em ponto de debate. Mas, infelizmente, quem se põe à frente desses coletivos, em muitos casos, perdem a vida nessa luta. Uma luta de direitos por uma “nova” condição de vida, por um sistema menos opressor.

E é nesse novo modelo de Movimento Social que a ARQUIA busca dar aos seus associados e população da comunidade em geral “A condição de sujeito de um novo modelo de fazer política dos novos movimentos sociais, que têm seu maior emblema na “afirmação positiva” de suas atividades transparentes centradas na ação coletiva” (GOHN, 2011). Pois, a luta por política pública é algo relevante nas conquistas territoriais; entretanto, o acompanhamento no momento da efetivação desta é indispensável pelo fato de que os benefícios são para as famílias que estão dentro do território para o qual essa política foi destinada, como forma de reparações sociais.

Quando a ARQUIA foi fundada, alguns dos objetivos eram administrar as terras dos Quilombos, buscar projetos para a geração de renda e resgatar a cultura afro-brasileira. O primeiro presidente foi o sr. Gersino, do rio Genipaúba, que conseguiu vários projetos, como: a obtenção de uma “rabeta” para monitorar as comunidades Quilombolas, minicursos de manejo do açaí, piscicultura, criação de galinhas brancas e gigantes negras, porcos e viveiros de mudas, entre outros projetos que não chegaram a ser concluídos, como é o exemplo da fábrica de polpa de açaí no Genipaúba. Desde então, percebe-se que a visão socioeconômica estava lançada, foi nessa mesma gestão que alguns quilombolas foram contemplados com o PRONAF A, ocorrido no ano de 2004, com o recurso destinado ao manejo de açaí.

A “nova” coordenação, que permanece até a data de hoje (2018), tem como presidente o senhor Edilson da Conceição Corrêa, de 60 (sessenta) anos e outros representantes, como: Isaias Rodrigues (coordenador de projetos); Benedito Batista (secretário); Vera Lúcia (tesoureira); Esmelino Caripuna (coordenador de esporte); Manoel de Jesus (Duca); Domingos Pinheiro (Coordenador de Patrimônio) (Bico); D. Maria da Luz; D. Cesarina; e, o Sr. Benilson, que também fazem parte da coordenação. Assim está formada a coordenação da associação, sendo que cada um desses representantes pertence a uma comunidade quilombola das ilhas de Abaetetuba.

Segundo o Sr. Edilson, a luta da associação “é uma luta de muitos anos, buscando esses direitos porque durante 350 (trezentos e cinquenta) anos fomos escravizados, e só nos deram

trabalho e bordoadá” (MQ1, 2017). Essa é uma fala de indignação do presidente da associação, pois, realmente, só quem viveu esse processo é que sabe o quanto que os negros ficaram à margem da sociedade. Ele também afirma que “hoje a luta é pelo reconhecimento das culturas quilombolas e políticas, na busca de melhoria para nossas vidas”. Ou seja, esse movimento social não está interessado apenas na regularização das terras, mas em projetos que visam a melhoria de vida.

Desse modo, os atuais representantes da ARQUIA conseguiram a efetivação de vários projetos do Governo Federal, como luz para todos e a permanência dos cursos de manejo sustentável, e iniciaram a luta pelo projeto “Juventude Rural”, que tencionava capacitar os jovens para fazer a mediação entre a produção e o respectivo beneficiamento e venda, levando-os não só para o mercado de trabalho, como também para o acesso ao crédito, para que pudessem desenvolver sua autonomia financeira. Entretanto, foi um projeto que não chegou a uma ação concreta, apenas ficou nas reuniões e formações.

Em relação à educação, conseguiram a inserção de muitos jovens e também dos adultos no Processo Seletivo Especial Quilombola (PSE), que já inseriu aproximadamente 200 (duzentos) jovens das comunidades quilombolas nas universidades federais. Outro benefício relevante foi a Escola Quilombola Santo André, localizada no Baixo Itacuruçá, que atende mais de 300 (trezentos) alunos de várias comunidades da proximidade.

Compreende-se que são várias as lutas e promessas de políticas públicas, contudo, o coordenador de projetos da associação há 10 (dez) anos, o sr. Isaías Rodrigues, já faz destaque em forma de comemoração por essas conquistas coletivas, a saber: projetos na produção de mudas, criação de porcos, galinha, piscicultura, manejos de açazais envolvendo produção, projeto na área de agroecologia (roça sem fogo) e projetos em parceria com o SEBRAE. “Fizemos exposição de um trabalho sobre o reaproveitamento do resíduo líquido da mandioca, aproveitado para fazer sabão e outros derivados” (Entrevistado MQ2). Ele ressalta que as conquistas deveriam ser frequentes, mas, infelizmente, não é tão fácil fazer articulações das políticas.

Não é pertinente fazer, aqui, um debate sobre todas as lutas da ARQUIA, mas cabe, sim, apresentar sua representação no campo de ação perante essas políticas públicas, uma vez que o destaque é a ATER no território quilombola. E está descrito no documento normativo da nova ATER a representação dos movimentos sociais, algo de grande importância na construção histórica desse “novo” modelo de Assistência Técnica, em que os extensionistas se interessam pela vida do agricultor (SCHMITZ, 2005).

Com essas explicações, faz-se um recorte sobre essa conquista dos quilombolas em Abaetetuba. Foi em meio a uma crise do território quilombola, por um período de mais ou menos 04 (quatro) anos, com a inadimplência cometida pelo Imposto Territorial Rural (ITR), que chegou a R\$ 18.000.000,00 (dezoito milhões de reais). Isso teve repercussão nacional, foi luta intensa para que as comunidades quilombolas saíssem dessa dívida, e a ARQUIA estava em meio a essa situação. Criou-se a lei 13.043/14, que até então não existia, para isenção das comunidades quilombolas do ITR (Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural), em que “[...] foi outra articulação então que tivemos que reunir com a fundação Pró-Índio em S. Paulo, buscar pareceria com o escritório para poder resolver essa questão. Foi feita uma articulação entre o movimento social e o INCRA”. (Entrevistado MQ2).

Após esse momento nebuloso, ocorreu a Chamada Pública quilombola no final de 2014, em que participaram as instituições para desenvolver o serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural, e a COODERSUS foi a contratada. A partir de então, a associação passou a praticar o papel de trazer informações do enlace da política para as famílias nessa ação, verificando como as atividades estavam sendo desenvolvidas no local de atuação com o vínculo comunitário que faz a mediação.

CAPÍTULO 4 – SABERES E PRÁTICAS NA AGRICULTURA FAMILIAR QUILOMBOLA: UM OLHAR NA AÇÃO DA CHAMADA 006/2014 DO PRONATER

Antes da chegada da ATER, os quilombolas do Arapapuzinho já desenvolviam as atividades do cultivo da mandioca e do açaí, e que ambas atividades são muito importantes no processo econômico e cultural da comunidade, este capítulo faz referência as duas atividades expressas no trabalho, assim como aos extensionistas, mediante à sua formação e ao contexto de aplicação desses conhecimentos adquiridos nos amplos processos de estudos. Pois, entende-se que os conhecimentos tradicionais sempre foram de suma importância para os povos, que não dispõem de recursos tecnológicos para o desenvolvimento das atividades agrícolas nos espaços locais, dos grupos familiares que precisam manter-se diariamente. Assim como há a compreensão de que não se está falando de qualquer política, mas de política que tem um diferencial.

Esses extensionistas foram preparados para estar em campo? Até onde isso pode ser benéfico aos quilombolas? Quem são essas famílias que estão sendo atendidas?

Essas reflexões estão sendo trabalhadas no decorrer deste trabalho, e são necessárias para a compreensão de uma política que tem todo um passado e de um povo que tem uma luta histórica, os Quilombolas.

4.1 QUILOMBOLAS: PARA ALÉM DO CONCEITO, AS PRÁTICAS NA AGRICULTURA

Para se compreender tudo o que está sendo discutido até agora, vai-se destacar o caminho histórico sobre a formação desse “agrupamento” chamado quilombola. No Brasil, a escravidão ocorreu nos séculos XVII e XVIII, mas com a resistência do povo negro à escravidão, formou-se os quilombos. Para Gomes (2015), “quilombo” é um conjunto de cativos que fugiam da escravidão imposta pelos luso-brasileiros, formando uma vila de camponeses negros e mestiços”. Por outro “[...], consiste em grupos que desenvolveram práticas cotidianas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos e na consolidação de um território próprio”. (O’DWYER, 1995; p. 01, *apud*, SOARES, 2017; p.07). A partir de então, tem-se a etimologia Quilombolas. Na descrição de Gaspar (2011), quilombolas são os atuais habitantes de comunidades negras rurais, formadas por descendentes de africanos escravizados, que vivem, na sua maioria, da agricultura de subsistência em terras doadas, compradas ou ocupadas há bastante tempo.

Reforça-se ao dizer que esses se organizaram em grupos étnicos, constituídos por negros que se refugiaram para poder manter seus traços culturais e principalmente a sua liberdade,

formando o que hoje se conhece por comunidades quilombolas. Para Faoro (2001; p. 231), “Os negros, crioulos e mulatos conquistam os postos, com a indignada censura do branco”. Foi a luta e organização que fez com que o negro, apesar da repressão social, buscasse, através das fugas, a sua liberdade e formação de um território que fosse também a sua propriedade.

Fernandes (2004; p. 367) coloca que uma das situações agravantes que o negro ainda sofre é o racismo. O racismo de cor toma a situação efetiva de precariedade social do negro como “prova empírica” de sua suposta inferioridade (FAORO, 2001; p. 119). Mesmo que tentem inferiorizar os negros quilombolas, ainda se luta para mostrar o contrário. E uma das formas de resistir a essa sociedade escravocrata, foi formar os grupos na consciência de conquistas a liberdades. Munanga traz o significado mais específico sobre quilombola:

A palavra quilombola tem a conotação de uma associação de homens, aberta a todos sem distinção de filiação a qualquer linhagem, na qual os membros eram submetidos a dramáticos rituais de iniciação que os retiravam do âmbito protetor de suas linhagens e os integravam como co-guerreiros em um regimento de super-homens invulneráveis às armas de inimigos. (MUNANGA, 2001; p. 25).

Assim, hoje o reconhecimento como quilombola se dá pelos grupos que se autodeclaram, através de identidade e cultura afro-brasileira, e contam com as organizações diretas de militâncias sociais que travam lutas diárias pelo reconhecimento fundiário, pois somente assim passam a ter direito de usufruir de alguns projetos direcionados aos quilombolas, que desenvolvem o processo de reprodução socioeconômica de seu modo de vida, a partir da agricultura familiar. Meneghetti e Souza (2015, p. 17) classificam a agricultura familiar em categorias sociais rural brasileira. [...] na organização do trabalho se dá a inter-relação entre a produção e o consumo, sendo a família, ao mesmo tempo, produtora e consumidora (MOTA; SCHMITZ; FREITAS, 2012; p. 05).

As atividades são desenvolvidas junto com pais, filhos e parentes próximos, em que são usados muitos conhecimentos empíricos, que Altieri (2004) coaduna em denominar de “princípios da agroecologia, em que a preservação e ampliação da biodiversidade dos agroecossistemas é o primeiro princípio utilizado para produzir autorregulação e sustentabilidade”. Daí a “A agroecologia foi definida como um novo paradigma produtivo, como uma constelação de ciências, técnicas e práticas para uma produção ecologicamente sustentável” (LEFF, 2002; p. 36). Dessa maneira, esses agricultores desfrutam da utilidade dos vegetais, tanto para o consumo como para a fertilização do solo, o modo de plantar, o conhecimento de safra dos frutos; sabem também definir as fases da lua para o plantio e os tipos de vegetais que conseguem desenvolver em cada estação do ano. Leff (2002; p. 42) completa que a “A Agroecologia convoca a um diálogo de saberes e intercâmbio de experiências; a uma

hibridação de ciências e técnicas; a uma interdisciplinaridade”, que requer um conhecimento duplo.

Dessa maneira, os quilombolas preservam a sua cultura, que é de suma importância para o fortalecimento da identidade que prevalece no saber diário. Haesbaert (1999; p. 78) faz uma relação de identidade e território, dizendo que: “Toda identidade territorial é uma identidade social definida fundamentalmente através do território”, e, ainda enfatiza que “[...], uma identidade que apresenta aspectos básicos para sua estruturação, que faz alusão ou referência a um território, tanto no sentido simbólico quanto mais concreto”.

Entretanto, volta-se a instigar sobre um dos aspectos das questões de base política da ATER sobre a agricultura familiar, por uma das atividades mais antigas no meio rural, basicamente desenvolvida de forma coletiva, baseada, na maior parte das vezes, em uma agricultura orgânica, agroecológica, sem uso de insumos agrícolas.

[...] a exploração familiar corresponde a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família. A interdependência desses três fatores no funcionamento da exploração engendra necessariamente noções mais abstratas e complexas, tais como a transmissão do patrimônio e a reprodução da exploração (LAMARCHE, 1993; p. 15 *apud* FINATTO; CORREA, 2011; p. 284).

É uma agricultura não capitalista que agrega o cultivo de vários produtos, ou seja, desenvolve a policultura, com característica bem definida por Finatto e Correa:

A presença da mão-de-obra do grupo familiar na execução das atividades agrícolas é fundamental para caracterizar uma unidade produtiva como familiar. Agregam-se a este fator, os elementos que, muitas vezes, a lógica familiar engendra, como: descentralização na gestão da unidade, presença de relações de ajuda mútua entre os agricultores e, em grande parte dos casos, o sentimento de pertencimento à terra e ao lugar onde vive. (FINATTO; CORREA, 2011; p. 284).

Essa configuração se assemelha aos quilombolas da referida comunidade, pois em visitas a algumas famílias é possível analisar os grupos familiares no mesmo espaço de produção, em busca da sustentabilidade. “O ser humano só vive em função da existência dos recursos ambientais e naturais, porque é da natureza que saem os produtos variados que terão utilidade direta na vida desses povos” (LIMA 2012; p. 111). Caso contrário, não seria possível fazer uma relação de identidade e meio ambiente, que perpassa pelos saberes empíricos que atravessam séculos de existência e contribui para a vida nas comunidades.

São formas de sobrevivência em comunidades tradicionais, a exemplo o Arapapuzinho, que vive mais do cultivo da roça e do manejo de açaí desenvolvido pelo grupo familiar. Essa forma de agrupamento se dá pela necessidade de desenvolver atividades de sobrevivência, já que esses indivíduos não dispõem de capital financeiro para desenvolver tal atividade.

Então, são inúmeras as atividades que eles desenvolvem utilizando poucos recursos financeiros, tomando sempre como base a empiria para fazer o plantio e cultivo na agricultura, conhecimentos adquiridos e transmitidos de pai para filho. Isso perpassa muito pela cultura e pelo processo de identidade coletiva. A cultura dota os homens de um conjunto de operações cognitivas, consciente e inconsciente, orientando as ações e os discursos na vida cotidiana (MOTA, 2011), porque viver em lugares de difícil acesso requer técnicas pessoais para sobrevivência, e todos os conhecimentos são válidos.

4.2 DE PAI PARA FILHO: OS SABERES TRADICIONAIS QUILOMBOLAS

Todos os conhecimentos são importantes para a sociedade e ajudam na construção da história e cultura de um determinado povo, como a valorização e reconhecimento das ações e das experiências dos indivíduos. Segundo Vannucchi (1999; p. 21), “a cultura não existe em seres genéricos, em situações abstratas, mas em homens e mulheres concretos, pertencentes a esse ou aquele povo, a essa ou aquela classe, em determinado território [...]”. Assim, o autor supracitado traz para a reflexão a ideia de pertencimento, ou seja, vivenciar a cultura é pertencer a algo dentro da sociedade. A cultura passa a ser compreendida como o campo no qual os sujeitos humanos elaboram símbolos e signos, instituem as práticas e os valores, definem para si próprios o possível e o impossível, o sentido da linha do tempo (CHAUÍ, 2008; p. 57).

Nas comunidades³⁰ quilombolas, a cultura pode ser vista como resistência, manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos, assumindo suas identidades. Porém, Stuart Hall (1997) afirma que as identidades culturais estão em processos de mudança, através da “globalização”. Mudanças estas que estão incluídas na chegada da política de luz para todos. A energia elétrica trouxe alguns processos de mudanças para o território quilombola, a saber, a utilização de eletrodomésticos como geladeiras, lavadora de roupas, ventiladores e eletroeletrônicos. Os próprios marceneiros passaram a utilizar ferramentas elétricas. Sem dúvida, o autor faz um bom apontamento, mas é importante destacar a possibilidade de fortalecimento da identidade dos grupos sociais apresentados nos projetos de desenvolvimentos sustentáveis, vindo a somar, nesse sentido, com os quilombolas. Consequentemente, “[...] a construção da identidade se faz no interior de contextos sociais que determinam a posição dos agentes e, por isso mesmo, orientam suas representações e suas escolhas” (CUCHE, 1999; p.

³⁰ A marca da *comunidade* é a indivisão interna e a ideia de bem comum; seus membros estão sempre numa relação face-a-face (sem mediações institucionais), possuem o sentimento de uma unidade de destino, ou de um destino comum, e afirmam a encarnação do espírito da comunidade em alguns de seus membros, em certas circunstâncias. (MUNANGA, 2000).

182); o autor continua dizendo que, além disso, “a construção da identidade não é uma ilusão, pois é dotada de eficácia social, produzindo efeitos sociais reais”.

Para a garantia de sobrevivência e manutenção da cultura, os quilombolas ainda desenvolvem algumas atividades dentro do aspecto de subsistência, fazendo cria de animais nos quintais, como os suínos (porcos) e aves (galinha, peru, pato etc.), além do uso de frutos do extrativismo (principalmente do açaí), e de frutas e verduras cultivadas também em pequenos espaços ao redor da casa, assim como as ervas medicinais, conhecidas nas comunidades como remédio caseiro. O cultivo do alimento também acontece nas roças com o plantio da mandioca e da macaxeira, entre outros alimentos.

Mas nesse debate, traz-se os aspectos da cultura em relação à manifestação socioambiental dos quilombolas inseridos no desenvolvimento sustentável, com respeito à diversidade ecológica. “Estas comunidades e povos têm em comum uma íntima relação com a natureza, e sua forma de vida e cultura estão diretamente relacionadas a ela. Esta simbiose entre cultura e natureza é que marca a identidade de cada uma destas comunidades [...]” (SOUZA FILHO, 2017, p. 12).

A valorização do meio ambiente leva em conta ações que deem alternativas de desenvolvimento de diálogo com a cultura local, possibilidades e fortalecimento econômico, conservando as diversidades biológicas e culturais como alicerces para a melhoria das condições de vida dessas comunidades. Logo, há a necessidade de reconhecer que essas comunidades possuem uma diversidade de práticas, manifestações culturais, territoriais e sociais que não podem ser homogeneizadas [...] (CAETANO *et al.*, 2017, p. 13). E, ainda, segundo Nunes (2013), as manifestações da questão socioambiental podem vinculá-las ao modo de produção capitalista, por entender que este tem intensificado cada vez mais suas contradições, impondo a degradação ambiental e social. Mas, isso não está atrelado a comunidades tradicionais, com a presença dos pequenos produtores.

Se considerarmos o saber local como uma forma de organizar e expressar uma determinada concepção de mundo, nos aproximaremos cada vez mais de uma postura que implique distinguir mais claramente as maneiras como tais grupos de indivíduos vivenciam os acontecimentos e transformações que ocorrem em sua volta, a partir de sua própria perspectiva (TAVARES, 2003, p. 22).

São formas adaptativas de vida em relação aos meios naturais, que cada grupo, dependendo do meio em que vive, apresenta as suas formas estratégicas de sobrevivência. E desde muito cedo, esses trabalhos vão fazendo parte da vida das próprias crianças que acompanham seus pais nas atividades. Enfatizado quando se perguntou com quem os

quilombolas aprenderam as atividades de manejo de açaí e cultivo de mandioca, tem-se as seguintes respostas;

Com meu pai (...), lá na colônia, minha amiga, lá era produção, farinha do canto da casa no outro, nas alturas, naqueles tempo os paneiro eram empalhado, paneiro, paneirada de um alqueire, meio alqueire, a gente passava ali mês inteiro plantando (agricultor), meu pai tinha um regatão nós enchia de tudo que era produto da colônia (lima, laranja, limão, pupunha, milho, arroz, mandioca, macaxeira, anajá, tucumã, bacuri, bacuri-açu, castanha, tudo quanto era coisa, acará). E agora, tudo o que eu me lembro eu quero, plantar caroço de lima eu posso não comer, porque para dá vai levar 05 (cinco) anos, mas meus netos vão comer, casado com tangerina, tudo eu já plantei, tangerina... é, talvez eu vá comer elas já estão tudo assim (tamanho médio), meu limão não demora muito, eu estou tirando. Meu pai era um colono lá nas cabeceira do Itacuruçá. Lá, naquela comunidade onde é o campo Nazaré, hoje é uma comunidade do Seu Procópio. (Entrevistado AQ1, 75 anos).

O vínculo com o passado é muito forte presente na fala do entrevistado, para o qual ficou o aprendizado. E, partindo das lembranças e do aprendizado do agricultor quilombola, a terra é cultivada com o aproveitamento possível da área, apresentando uma diversidade de cultivo que deixa claro que todo o saber adquirido com o pai permanece presente na sua maneira de cultivar; porém, com algumas mudanças quando ele se refere a “paneiros empalhados”, pois hoje é comum a utilização de sacos plásticos para o armazenamento da farinha.

Outras entrevistadas dizem o seguinte:

Aprendi com a minha mãe, quando eu me entendi a minha mãe trabalhava na roça e neste tempo, a partir que a pessoa já dava conta de caminhar para roça, já ia junto. Na questão do açaí, a gente fazendo parte destas palestras foi que eu aprendi, porque, para falar a verdade, eu nunca tinha trabalhado com o açaí, mas, agora... (com fato particular ocorrido com a filha), mas eu já tinha um pouco de conhecimento porque eu assistia palestra, os encontros, teve um tempo aí atrás que andaram dando um curso de manejo de açazal e, por exemplo, quando eu tava muito atarefada eu não trabalhava, mas eu ia assistir as palestras do açazal. (Entrevistado AQ2, 56 anos)

Com meus pais, desde pequena eu e meus irmãos ia para a roça com eles, a gente estudava e quando não tinha aula a gente ia para a roça, quando a gente já dava conta já ia jogando o pau da maniva na vala, era o que a gente conseguia fazer, maiorzinho a gente já ajuntava a mandioca do chão para colocar no paneiro para o meu pai colocar no cavalo. Sacar a mandioca a gente ainda não conseguia, só juntar mesmo. Naquela época só era cavalo, porque agora tem o boi, né, colocava no caçoar, utensílio que era feito de miriti ou tucumã e amarrado com cipó. Colocava esse paneiro no cavalo, e quem tinha um cavalo naquela época era considerado, agora, é mesmo quem tem um búfalo e uma carroça. Então, a gente ajudava nessa parte. (Entrevistada AQ3, 30 anos)

Marcada por situações diferentes, a entrevistada aprendia o trabalho na roça acompanhando os pais, e o manejo do açaí, em cursos e palestras. De fato, não era comum o manejo do açaí, e, sim, o extrativismo; pois, antes de ganhar mercado, esse fruto era apenas de cunho cultural, usado no complemento das refeições, ou sendo a única refeição (grifo da pesquisadora).

Esse saber perpassa por muitas gerações. As crianças, segundo a entrevistada AQ 3 (30 anos), não estando na escola, estão junto aos pais no mesmo ofício, fazendo o que der conta; nesse caso, não significa que estão desenvolvendo trabalho infantil, mas sim uma forma de continuar aprimorando a referida atividade.

Ao contrário do agronegócio, que utiliza de grandes máquinas, tanto para a colheita quanto para transportar os produtos cultivados, na comunidade esse transporte é feito utilizando o búfalo ou jumento. Infere-se que a entrevistada expressa a riqueza para quem tem um búfalo, verdadeiramente observada essa situação, porque quem não dispõe desse transporte precisa negociar com quem o possui.

Deduz-se que o saber que é transmitido de “pai para filho” tem contribuído imensamente com o trabalho da agricultura familiar, que sustenta tantos outros.

4.2.1 A roça de mandioca: saberes e subsistência

Quem vive na comunidade de Arapapuzinho sabe contar muito bem sobre o trabalho desenvolvido na roça. Desde muito cedo, as crianças acompanham seus pais, avós, para esse ofício, que representa uma cultura, um efetivo trabalho, muito comum para esses quilombolas. É importante destacar que estamos falando da roça de mandioca, uma das atividades que por séculos vêm sendo desenvolvidas pelas famílias. Pois, a farinha de mandioca é indispensável na alimentação desses quilombolas, tanto no almoço, quanto no lanche³¹ e também no jantar.

A roça é organizada como uma espécie de ciclo na comunidade, sendo que o primeiro plantio geralmente é no mês de maio; e, o segundo ocorre em setembro. É preciso fazer o processo de limpeza da área, antes de dezembro, para não sofrer possíveis perdas de produção. Para isso, o clima é de grande importância, pois, quando chove muito, há a possibilidade de apodrecimento da mandioca. Existem diversas formas de organização em relação aos lotes de cultivo e de associação em torno do trabalho na roça que, sinteticamente, pode-se ver no QUADRO 1, abaixo:

³¹ Esse lanche na utilização da farinha é o famoso mingau com açaí, vinho de buriti, o caribé, mingau baré e até mesmo em complemento com frutas como o inajá, tucumã, pequiá, bacuri etc. Recorre de uma variedade alimentícia de âmbito natural (observação da pesquisadora).

QUADRO 1: O trabalho da roça como forma de associação no Arapapuzinho

ASSOCIAÇÃO, MEEIRO?
<p>Ocorre o seguinte:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Quem possui uma área maior de terra, vai dividindo em pequenos lotes para produzir o tempo todo. E faz o que estes chamam “meia”. • O dono chama um grupo familiar, que faz todo o processo de derruba, queima, limpeza. Quando é para plantar, é dividido o espaço e cada um faz o seu plantio e os demais trabalhos. • Outra forma é o dono fazer todo o trabalho e depois chamar o grupo familiar para fazer as capinas e a colheita para a fabricação, também na “meia”. • Ou é chamado um grupo para fazer só a colheita, o processo de fabricação da farinha e o pagamento é feito com a farinha, mas já não chega a ser dividido pela metade.

Fonte: Organização de Rosenilda Botelho Gomes (2018)

Durante o ano todo, é feito o plantio das roças em pequenos lotes. De lá, é tirado para o consumo e também para a venda. O desenvolvimento do trabalho na roça apresenta um período para a colheita de 08 (oito) a 12 (doze) meses. A seguir, será apresentado, passo a passo, o trabalho desenvolvido pelos agricultores quilombolas no Arapapuzinho;

a) Inicia-se na escolha da área, onde o terreno pode ficar próximo ou nem tanto da residência familiar. A terra, de preferência, não deve ser muito argilosa e nem baixa, devido à facilidade de alagamento, para que não haja perda de produção; o excesso de água concentrada no local causa alagamento que contribui no processo de apodrecimento da mandioca. Sendo que a espécie de mandioca utilizada pelos agricultores na comunidade não é resistente à água e à umidade.

b) Na sequência do trabalho, e, diga-se de passagem, é um trabalho intenso, em que os quilombolas fazem a derruba da mata (contemplar FIGURA 9, abaixo). E esse processo, à machadada, é a tecnologia utilizada, ou seja, a ferramenta que predomina nessa fase do serviço. Geralmente, junta-se um grupo para fazer o trabalho de derruba, sendo: pai, filho, esposa, parentes próximos. Entretanto, já existem famílias que contratam o serviço de pessoas que dispõem de motosserra para fazer a derruba, que acontece com maior agilidade. Mas, o comum ainda é a derruba tradicional realizada com as machadadas.



FIGURA 9: A derruba para o cultivo da mandioca.
Fonte: Rosenilda Botelho Gomes (pesquisa de campo, 2017).

c) Após a derruba, no período de um a dois meses que variam o tempo de sol, é feita a queima (olhar FIGURA 10, abaixo); no entanto, se chover não é possível tocar fogo (olhar o tempo antecipadamente para queimar as ramas mais finas, as folhas). O fogo se torna uma ferramenta de limpeza, e também é cultural desses produtores que não têm acesso às novas tecnologias; é um conhecimento transmitido de geração em geração. A limpeza da área, através do fogo, é responsável pela produção de fertilidade que sobra da queima dos nutrientes provindo da mata (CABRAL, 2013). Ainda, o mesmo autor argumenta que na Amazônia o uso do fogo é tradicional e de difícil substituição, pois se trata de um método barato e acessível aos locais mais remotos da região. Pode-se destacar que o uso de fogo é cultural, e essa substituição não ocorre em velocidade de tempo. Através da queima, acontece o afofamento da terra, um processo que também deixa a raiz endurecida. E quando não queima tudo, é feita a coivara – quando a roça tem muito entulho e junta tudo num monte e põe fogo novamente.



FIGURA 10: Processo de queima no cultivo da mandioca.
Fonte: Rosenilda Botelho Gomes (pesquisa de campo, 2017).

d) Após quinze dias, é realizada a retirada dos restos de madeira da queima; aproveita-se a lenha, que é vendida para os oleiros ou carvoeiros, já que na própria comunidade existem locais onde é produzido o carvão, que é vendido para os comércios locais e para os marreteiros. E, dependendo da disponibilidade do agricultor, no máximo em dois dias as toras são cortadas para lenha; e, enquanto um corta, outros carregam para ser transportadas nos búfalos.

e) Plantio: esse tem seu ato inicial na escolha das manivas (testemunhar FIGURA 11, abaixo), que são retiradas de outras roças que estão em andamento, seja do próprio agricultor ou de conhecido. Os agricultores fazem um corte diagonal na maniva, preparam as cavas e vão jogando os pedaços dentro destas; nesse caso, não existe alinhamento, planta como dá para plantar, não existe uma metragem de um pé para outro. A espécie mais plantada é a pacajá e a pescada, mas nada impede que se plante outras espécies.



FIGURA 11: Seleção de manivas para o plantio de uma nova roça.
Fonte: Rosenilda Botelho Gomes (pesquisa de campo, 2018).

f) Capina: geralmente é feita de duas a três no total, que ocorre mais pela manhã, quando a temperatura se encontra mais baixa, contribuindo para que o trabalho seja proveitoso; e, à tarde são feitas outras atividades que ajudam na economia da família. A ferramenta utilizada é o terçado.

g) Retirada da mandioca: no período de dez a doze meses, as mandiocas são arrancadas com a mão ou com o facão, e colocadas em aricás (paneiros feitos de tala de jupati, buriti ou arumã), que são fabricados artesanalmente pelas mulheres da comunidade; ou em basquetas de plástico (perceber FIGURA 12, abaixo). Depois é transportado no jumento ou no búfalo (observar FIGURA 13, abaixo) para a casa de farinha, comumente conhecida como retiro. Essa retirada da mandioca acontece conforme a necessidade do agricultor. Se a mandioca for retirada no período certo (um ano ou mais), é possível se ter uma produção maior. Contudo, quando a colheita acontece com a mandioca ainda pequena, o trabalho é maior no momento de descascar e a produção é menor.

É um processo árduo em que todo trabalho na roça desenvolvido pelos agricultores quilombolas, está voltada para a cultura da mandioca em relação a produção de raízes, com fins de produzir a farinha, e seus derivados como a goma, o tucupi, farinha de tapioca etc. Mas como a produção é pouca o produto mais fabricado é a farinha d'água.



FIGURA 12: As quilombolas fazendo a retirada da mandioca em aricás.
 Fonte: Rosenilda Botelho Gomes (pesquisa de campo, 2017)



FIGURA 13: A) Uso do búfalo e carroça para o transporte de mandioca para o “retiro”; B) e C) Quilombolas na colheita da mandioca na comunidade.
 Fonte: Rosenilda Botelho Gomes (pesquisa de campo, 2018).

No QUADRO 2, abaixo, está representado, de forma resumida, como ocorre o desenvolvimento dessa atividade, mostrando o período, a mão de obra e os utensílios de cada etapa.

QUADRO 2: Desenvolvimento da prática do cultivo da mandioca

Ação/Prática	Mão de obra (quem faz?)	Como fazem?	Utensílios utilizados
Roçagem	Familiar	Cortam-se as áreas de capoeira para a desocupação, através da derruba.	Machado e terçado
Queima e a limpeza	Familiar e/ ou contratada	Depois de uma semana é feita a queima	Uso do fogo
Plantio	Familiar e/ ou contratada	Faz-se a retirada dos retos de madeira, ou seja, a lenha, principalmente, para fabricar o carvão.	Machado, motosserra e terçado
Roçagem	Familiar	É feita a roçagem para que a maniva não venha competir com outros vegetais. Nesse caso, pode ser feita até três roçagens no período de crescimento das manivas.	Terçado
Colheita	Familiar	No período da colheita, é arrancada a mandioca, beneficiada e levada para ser colocada no poço.	Terçado, enxada e foice
Fabricação da farinha	Familiar e/ ou contratada	Descasca-se a mandioca, prepara-se a massa, passa-se no tipiti, depois pela peneira, e em seguida vai ao forno.	Terçado, faca, tipiti, peneira, forno e rodo.

Fonte: Organização de Rosenilda Botelho Gomes (pesquisa de campo, 2017 e 2018)

As casas de farinha, conhecidas como retiro, são espaços protegidos com folhas de murumuru, que contêm espinhos para que animais não adentrem. Edna Castro (1998; p. 05) afirma que “nas sociedades ditas ‘tradicionais’ e no seio de certos grupos agro extrativos, o trabalho encerra dimensões múltiplas, reunindo elementos técnicos com o mágico, o ritual, e, enfim, o simbólico”. Existem dois modelos de retiro nos espaços onde são desenvolvidos todo o processo de fabricação da farinha na Comunidade Quilombola do Rio Arapapuzinho, a saber: os quais são cobertos com palhas, chão de terra batida, desprovidos de paredes; e, outros, que se pode chamar de modernos, começando pela cobertura, que já é de telhas; mas ainda continua sendo de chão batido e sem paredes.

Os retiros também se diferem pelos utensílios (artefatos). Uns têm o forno de cobre, o rodo, o caititu, a peneira, o tipiti e o poço de alvenaria para colocar a mandioca para a fermentação. Nesse forno, o dono cobra uma taxa para quem precisar usá-lo, sendo necessário levar apenas a lenha para a torragem da farinha. Outros possuem o forno que pode ser de cobre

ou alumínio, mas não dispõe dos demais utensílios. Então, quem precisar usá-lo deve levar os apetrechos necessários. Mas, o poço ainda é em forma de vala, e se alguém precisar realizar uma espécie de permuta, usa o forno em troca de um pouco de farinha, ou ajuda no mutirão na manutenção do retiro.

Quando o retiro está em área que pode sofrer inundações, tanto pela chuva, quanto pela maré lançante, esses indivíduos preparam o jirau para descascar a mandioca (considerar FIGURA 14 (B), abaixo), e depois passar no caítitu, caso seja retirada a goma para tapioca, ou descascar a fermentada que é retirada do poço, e, logo em seguida amassada e colocada no tipiti (atentar à FIGURA 14 (A), abaixo) para extrair o líquido que, passando por uma fusão, é vendido como tucupi.

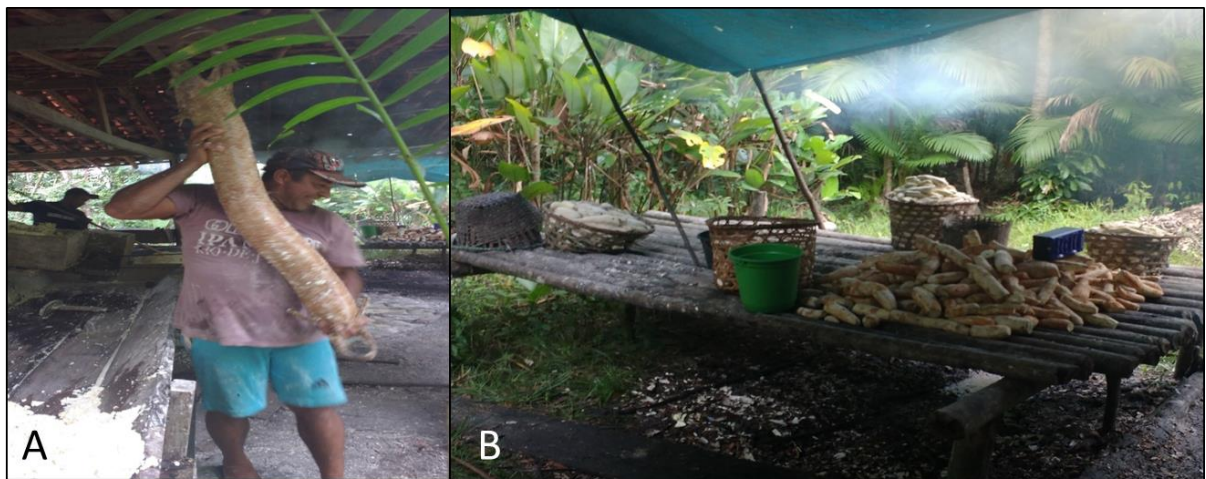


FIGURA 14: A) processo de enchimento do tipiti; B) jirau com mandioca beneficiada.

Fonte: Rosenilda Botelho Gomes (pesquisa de campo, 2018)

Cada etapa requer uma habilidade, um saber, pois são processos que podem comprometer um produto que se esperou o ano todo para poder produzir. Desse modo, foi percebido em campo que algumas pessoas já têm habilidades para certos serviços ou etapas; como é o caso daqueles que sabem encher os tipitis, mas não conseguem fazer o manuseio; a massa volta toda e pode haver desperdícios. Assim como no momento de peneirar a massa de mandioca, na maioria das vezes são as mulheres que fazem esse trabalho (presenciar FIGURA 15 (A), abaixo). Em seguida, é feito o processo de torrar a farinha, em que é necessário dar o ponto no forno (relacionado à temperatura), não deixando queimar ou encruar (farinha mal cozida).



FIGURA 15: A) processo de peneiração da massa de mandioca; B) torragem da farinha.
Fonte: Rosenilda Botelho Gomes, (pesquisa de campo 2018)

Após a torragem (apreciar FIGURA 15 (B), acima), a farinha é retirada do forno para fazer o processo de esfriamento, no caixote de madeira (admirar FIGURA 16, abaixo), e com uma cuia alguém vai mexendo a farinha, para que não fique concentrada a temperatura (está alta); pois, caso o contrário, pode ocorrer a queima da farinha. Essa é uma forma de manter a qualidade do produto, quer dizer, farinha torrada, boa para o consumo e excelente para vender.



FIGURA 16: Processo de esfriamento da farinha.
Fonte: Rosenilda Botelho Gomes (pesquisa de campo, 2018).

De forma mais representativa, percebe-se na FIGURA 17, abaixo, as etapas de fabricação de farinha nos retiros desenvolvidos pelos quilombolas no Arapapuzinho.



FIGURA 17: Fluxograma das etapas de fabricação de farinha na comunidade quilombola do Rio Arapapuzinho

Fonte: Elaboração de Rosenilda Botelho Gomes (pesquisa de campo, 2017 e 2018)

Enfim, todo o trabalho desenvolvido na roça e na fabricação de farinha requer tempo e força. Mas, também é nesse trabalho que ocorre o encontro, em que se canta, se conversa etc. Lá está presente o coletivo de homens e mulheres que trabalham e, ao mesmo tempo, se distraem (uma forma de diversão). A todo momento alguém conta os “causos”, os fatos recentes da comunidade, as piadas, as brincadeiras e as lamentações. Para alguns ou algumas, é uma espécie de bico (complemento de renda).

4.2.2 Manejo do açaí: do extrativismo ao cultivo

Na comunidade Quilombola do Arapapuzinho, a extração do açaí é realizada de forma artesanal, em que todas as atividades são manuais, desde o processo do plantio até a comercialização. Além disso, é uma tradição em que o conhecimento empírico é transmitido de pais para filhos. Sendo que no período de safra ocorre maior produção; já na entressafra, a produção é pouca ou quase inexistente. O período da entressafra³² corresponde aos meses de janeiro a julho, representando uma baixa produção de açaí, sendo mais voltada para o consumo. Já a safra corresponde ao período de agosto a dezembro, retratando maior produção para comercialização, sendo que os meses de setembro a dezembro reproduzem a maior e melhor produtividade, pois é nesse período que o açaí está em alta. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (2012) denomina esse período de setembro a dezembro, de pico da safra, que é justamente quando os frutos estão pretos e tuíras (de cor acinzentada), chamado de “cabelo de velho”.

E é também no período da safra que as palmeiras estão carregadas de cachos (muitos cachos em um estipe só), apresentando frutos em cores diversificadas: frutos verdes (cor verde), os quais estão em começo de desenvolvimento; paraus (mistura das cores verde e negra no mesmo fruto), apresenta-se em processo de amadurecimento; pretos (cor preta), que estão maduros e prontos para coleta. E o tuíra (cor cinza), que apresenta o ápice da maturidade, é o preferido, tanto pelos agricultores, quanto pelos consumidores, devido à qualidade do vinho.

De acordo com Nogueira (2005; p. 20), “a partir da década de 1990, a produção de frutos de açaizeiro, até então proveniente da exploração extrativa, passou a contar, também, com a participação de açaizais nativos manejados e cultivados”. Isso quer dizer que os agricultores da comunidade não apenas retiram (extraem), mas começam também a cultivar – plantar e limpar. É importante destacar que a produção de açaí na referida comunidade acontecia somente em

³² Entressafra Intervalo entre uma safra e outra, entre um período de colheita e o próximo. [Agricultura] Período em que determinado produto agropecuário deixa de ser produzido, o que provoca aumento do seu preço no mercado. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/entressafra/>

área de várzea, mas passou, também, para as áreas de terra firme, a partir do cultivo manejado, influenciado pelos cursos de manejo de açaí oferecidos pela ARQUIA, em convênio com a EMATER e a UFRA. Já na área de várzea, sempre houve o extrativismo desse fruto, que passou a ser cultivado com os cursos de manejo do açaí.

Mediante o exposto, serão destacados os três processos principais que ocorrem dentro da produção do açaí na referida comunidade:

a) **Coleta ou apanha:** Esse processo nada mais é que a extração do fruto in natura, realizada principalmente nas primeiras horas do dia (ao amanhecer), no horário de seis às dez horas, no máximo. Porque depois que passa das dez horas a árvore esquenta, dificultando tanto a subida, quanto a descida com o cacho dos frutos. De acordo com Reis (2010), a colheita dos cachos de açaí é feita pela manhã ou no final da tarde, para evitar perda excessiva de água e fermentação dos frutos. Mas, para os agricultores, a preocupação centra-se nas condições necessárias para subir e descer nas árvores.

E para extrair o açaí, os agricultores são representados de forma diversificada, envolvendo tanto os homens, quanto as mulheres, em idades variadas (adolescentes, jovens e adultos). Os que utilizam tecnologias artesanais para subir nas palmeiras, usam a peconha, que é feita da própria folha da palmeira do açaí e também da saca de fibra, a qual é enrolada, e em seguida dá-se dois nós na ponta em forma de círculo. E para armazenagem dos frutos é utilizada a rasa (paneiro fechado, feito de arumã); o facão, o terçado e a faca de pão, para fazer o corte do cacho, lembrando que esses últimos são instrumentos mais avançados (atuais), utilizados no processo da coleta.

b) **Debulha e catação:** Após o processo de colheita (apanha) dos cachos das palmeiras, ainda dentro dos açaizais, são realizadas as operações de debulha e de catação: a primeira está relacionada à liberação dos frutos nos cachos; e a segunda está na seleção, que tem muito a ver com a coloração e condição do próprio fruto. A seleção do fruto é feita à medida que os mesmos vão caindo na rasa, em que são retirados os que não servem para a produção, ou seja, os frutos secos e verdes, os quais são descartados no solo mesmo, restando na rasa apenas o fruto preto, demonstrado na FIGURA 18.

É relevante destacar que nesse processo não são utilizados plásticos ou lonas para fazer a debulha, esta acontece diretamente no solo.

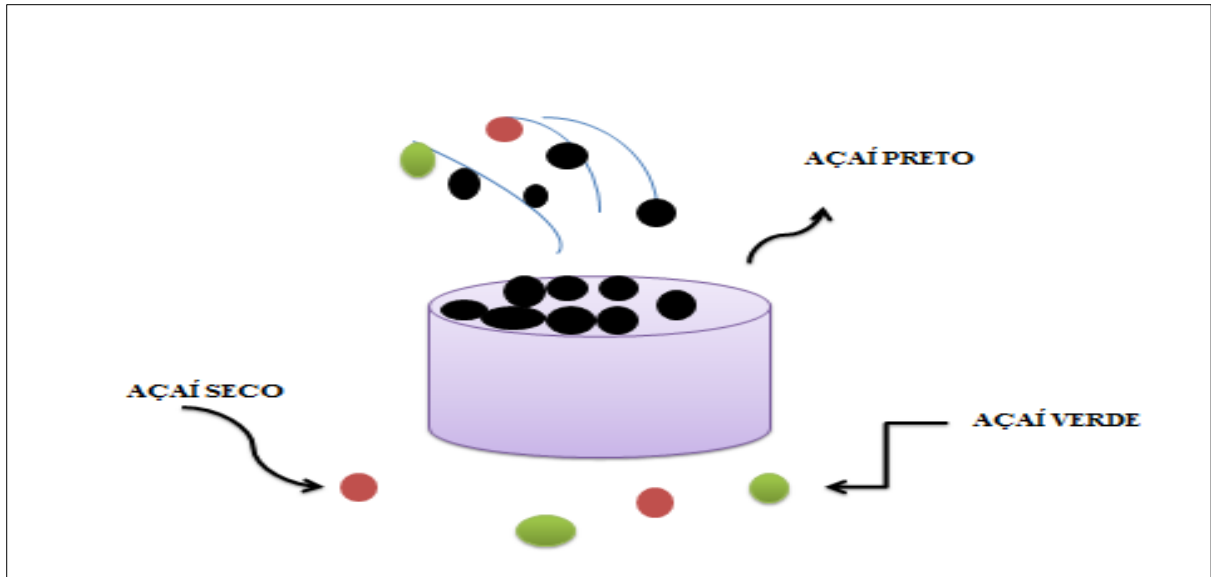


FIGURA 18: Desenho demonstrativo da seleção dos frutos de açaí.

Fonte: Elaboração de Rosenilda Botelho Gomes (pesquisa de campo, 2017 e 2018).

c) Comercialização: O processo de comercialização acontece de duas maneiras: uma é por meio dos atravessadores, os quais pegam a produção na comunidade, passando de casa em casa dos agricultores; nesse caso, o transporte são as rabetas, que passam para os barcos maiores, que, por sua vez, repassam para as carretas, que seguem para o destino final do açaí. A outra forma de comercializar o açaí é direto na feira de Abaetetuba, transportado pelas rabetas que carregam os passageiros, os quais pagam um real por rasa; essa venda acontece constantemente no mercado local para os batedores. Esse esquema está exemplificado, de forma resumida, no fluxograma da FIGURA 19, abaixo.

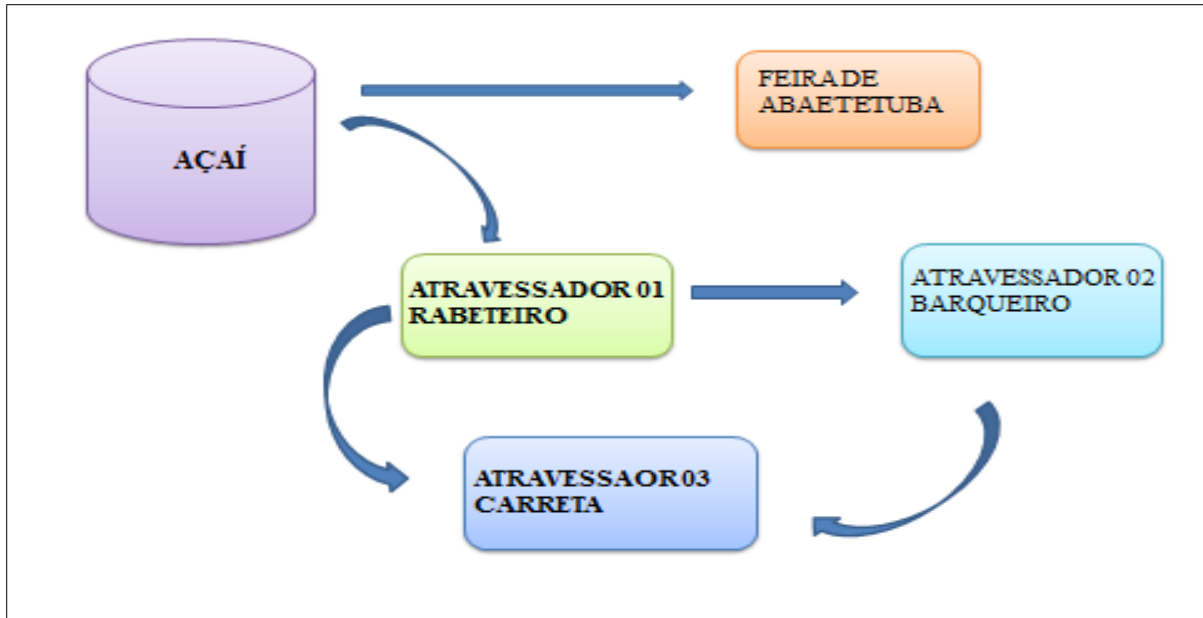


FIGURA 19: Representação do fluxograma do processo de comercialização do açaí na comunidade.

Fonte: Elaboração de Rosenilda Botelho Gomes (Pesquisa de campo, 2017 e 2018).

No entanto, a produção do açaí na Comunidade do Rio Arapapuzinho, até o período de 2005, apresentava uma importância apenas para o consumo, isto é, um alimento que complementava outros. Segundo Oliveira (2002), em se tratando do “vinho do açaí”, este é consumido com farinha de mandioca, associado ao peixe, camarão ou carne, constituindo-se no alimento básico para as populações de origem ribeirinha. Pois era comum o açaí secar no açazeiro e cair, porque não tinha valor comercial. Hoje, o interesse maior é aumentar a produção para comercialização. Diante desse contexto, e a partir da pesquisa de campo, pode-se perceber que todos os produtores entrevistados já desenvolveram diferentes tipos de prática de manejo na área de várzea e na terra firme.

1 – Retirada das coropotas: Uma prática de manejo que vem acontecendo atualmente, caracteriza-se com a retirada das coropotas secas das palmeiras. Nesse processo, são retiradas as coropotas mais antigas (chamadas folhas secas), as quais cobrem as bonecas do açaí que estão localizadas na região do palmito, para que a árvore do açazeiro se desenvolva mais rápido e produza com a mesma intensidade. Essa prática tem como intuito favorecer um melhor desenvolvimento dos cachos e o aumento da produtividade (HERRAIZ; RIBEEIRO, 2013). Apesar de ser uma forma de agilizar a produção do fruto, este desobedece ao processo natural de maturidade dos cachos.

2 – Limpeza: É o processo de retirada das palmeiras mais altas, que estão improdutivas, em que os agricultores realizam o reaproveitamento do palmito que são comercializados

(constatar na FIGURA 20, (A), abaixo). Ainda está inserido, nessa limpeza, a retirada de algumas árvores que estão atrapalhando, de certa forma, o crescimento ou desenvolvimento das palmeiras (ver FIGURA 20, (B), abaixo). Também é feita a retirada das folhas secas de açáí, que ainda estão presas nas palmeiras, como forma de libertar a árvore e as bonecas. Nesse processo, são utilizados como ferramenta a machada e o terçado, sendo que os homens são quem mais desenvolvem essa prática. E isso acontece no período do mês de janeiro a fevereiro, constantemente na entressafra, quando a produção do açáí está em baixa.

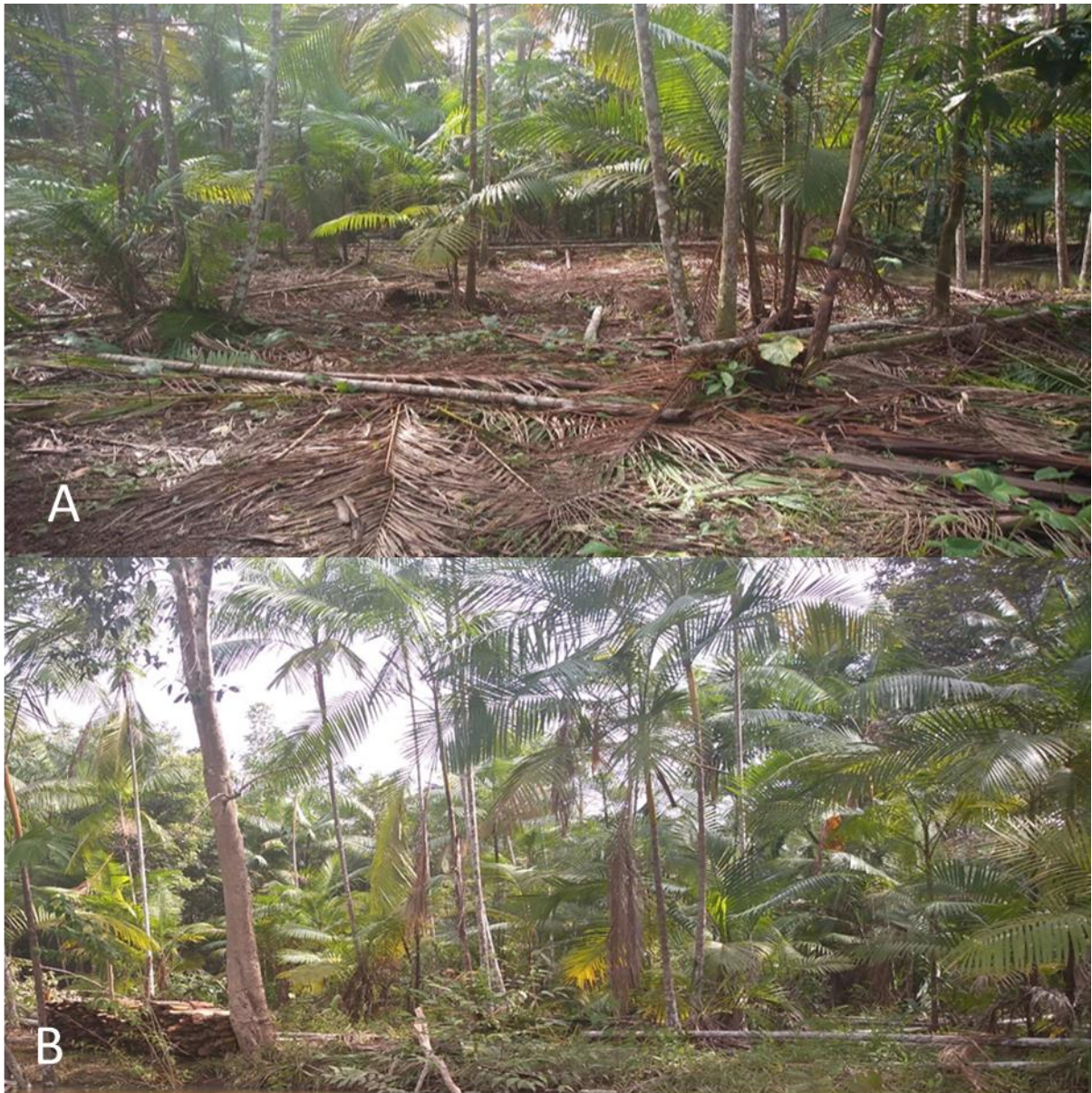


FIGURA 20: A) e B): açáizal manejado na Comunidade Quilombola do Arapapuzinho.
Fonte: Rosenilda Botelho Gomes (Pesquisa de campo, 2018).

3 – Plantio e transplântio: É uma prática desenvolvida no período de janeiro a junho, também na entressafra, aproveitando o tempo chuvoso, que é propício para o desenvolvimento das mudas. Estas, na maioria das vezes, são retiradas de locais onde estão em excesso e sobrando; mas, é lógico, que tem toda uma escolha, para se cultivar mudas bonitas e aparentemente saudáveis. O processo do plantio ocorre em locais desocupados, ou seja, em espaços que não têm a presença de palmeiras. É o que Azevedo (2015) nomeia como prática de enriquecimento. Esse é um processo de transplântio de mudas, em que se retira as mudas existentes em uma área (inclusive nativas) e planta-se as mesmas em outra área, que apresenta a inexistência de palmeiras, formando uma grande concentração de açazeiros.

4- Roçagem: A roçagem é uma prática, também, muito recorrente nas áreas de várzea dessa comunidade, onde são retiradas as árvores de pequeno porte, que, segundo os agricultores, não possuem valor comercial, principalmente a tiririca (*Cyperus rotundus*), uma espécie de capim cortante, limpando os pés das árvores e abrindo caminhos para facilitar a colheita e escoação. Segundo Herraiz e Ribeiro (2013), a limpeza dos açazeiros acarreta maior facilidade de produção, devido à abertura da mata para aumentar a luminosidade e a retirada de cipós e cupins, que podem danificar e atrapalhar o desenvolvimento da palmeira. Isso acontece principalmente no mês de dezembro.

5- Desbastes dos estipes: A prática de desbaste dos estipes é um processo em que são retirados os mais altos, que apresentam baixa condição de produção, e deixados os mais baixos, que apresentam uma boa produção. A função dos estipes jovens é a de substituir os estipes adultos ou serem aproveitados para a produção de palmito (AZEVEDO, 2010); é uma prática bastante desenvolvida, devido possibilitar a manutenção do açazeiro ativo.

A partir da exposição do QUADRO 3, tem-se a percepção não só das formas de manejo, mas, de maneira geral, mostra-se, também, como está a organização do trabalho nas etapas referidas, em que os produtores trabalham tanto com a mão de obra familiar, quanto com a contratada. Todavia, essa relação de trabalho entre familiar e contratada depende do tipo de atividade (coleta, plantio e limpeza) que é desenvolvida pelos produtores e a intensidade da sua produção.

QUADRO 3 Desenvolvimento da prática do manejo do açaí

Ação/Prática	Período	Mão de obra (quem faz?)	Como fazem?	Utensílios utilizados
Plantio e transplante de mudas	Janeiro a junho	Familiar	Retiram-se as pequenas árvores (mudas) de uma área que tem muito e planta-se em outra área onde não tem.	Enxada, foice, terçado e ferro de cova.
Roçagem	Dezembro (fim do verão)	Familiar e/ou contratada	São retiradas as árvores de pequeno porte que, segundo os agricultores, não possuem valor comercial, principalmente a tiririca (<i>Cyperus rotundus</i>).	Terçado e machado
Retirada das coropotas	Dezembro	Familiar e/ou contratada	É feita a retirada das folhas secas de açaí que ainda estão presas nas palmeiras.	Machado, motosserra, terçado e corda.
Desbaste dos estipes	Janeiro a junho	Familiar e contratada	Retiram-se os estipes mais altos que já não estão produzindo ou que estão produzindo em pequena quantidade.	Machado, terçado, foice e corda.
Limpeza	Agosto a dezembro	Familiar e contratada	Modo tradicional (um apanha e outro debulha ou apanha-se e debulha).	Faca, rasa, peconha, chapéu, sapato, camisa e plástico.

Fonte: Rosenilda Botelho, (pesquisa de campo 2017 e 2018)

Quando houve referência à coleta dos frutos, observou-se que os agricultores trabalham com a mão de obra familiar, desenvolvendo suas atividades juntamente com sua família, e que só contratam mão de obra externa no período de pico da safra. No que diz respeito ao plantio, o trabalho é entre família. Já na limpeza, a mão de obra utilizada pode ser familiar e contratada, dependendo se a limpeza for pesada.

De certa forma, os trabalhos desempenhados na produção do açaí são realizados principalmente pelos membros das famílias, caracterizando esses açaicultores na categoria agricultor familiar, conforme definição de Funk *et al.*, (2006):

A agricultura familiar caracteriza-se por certos princípios gerais de funcionamento, nos quais o proprietário acumula as funções de administrador e trabalhador, é dono de seus próprios meios de produção. Ainda, a mão-de-obra utilizada é eminentemente familiar, a não ser nos períodos de safra, em que se necessita de mais braços para trabalhar. Esses agricultores produzem em suas propriedades tudo o que necessitam para sobreviver, e o excedente é vendido para conseguir uma renda extra. (FUNK *et al.*, 2006; p.53).

Isso é recorrente com os agricultores do Arapapuzinho, uma vez que eles desenvolvem sua produção com sua própria família, dentro do seu terreno e contratam mão de obra de fora apenas no período da safra, principalmente na época de coleta do fruto.

4.3 A AGRICULTURA QUILOMBOLA E OS AGENTES DE DESENVOLVIMENTO: A MEDIAÇÃO ENTRE O CONHECIMENTO TÉCNICO-CIENTÍFICO E OS CONHECIMENTOS LOCAIS

No processo de desenvolvimento das atividades na comunidade a partir da ATER, quem ficou responsável pela mediação do serviço foi a COODERSUS, cujos extensionistas são formados na academia, em oposição aos quilombolas que, como descrito no item 3.2, trabalham na agricultura familiar a partir de saberes não acadêmicos. À vista disso, como diz criticamente Paulo Freire, "[...] Ninguém sabe tudo, assim como ninguém ignora tudo". "O saber começa com a consciência do saber pouco (enquanto alguém atua). Pois, sabendo que se sabe pouco é que uma pessoa se prepara para saber mais". (FREIRE, 1983; p. 29). Com esse alerta intelectual de Paulo Freire, reconhece-se que todo momento é propício para aprender novas coisas, mas, acima de tudo, de aprender todo dia com a diversidade em que se vive, principalmente por se tratar de um mundo plural.

Em se tratando da extensão rural em comunidades tradicionais com conhecimentos técnico-científicos, mediados pela COODERSUS (considerar FIGURA 21, abaixo), "[...] o agente de desenvolvimento tem uma dupla função: o 'porta-voz' dos conhecimentos técnico-científicos e mediador entre esses conhecimentos técnico-científicos e os conhecimentos populares" (SARDAN, 1995; p. 10). Desse modo, essa responsabilidade está atrelada à mediação desses agentes.

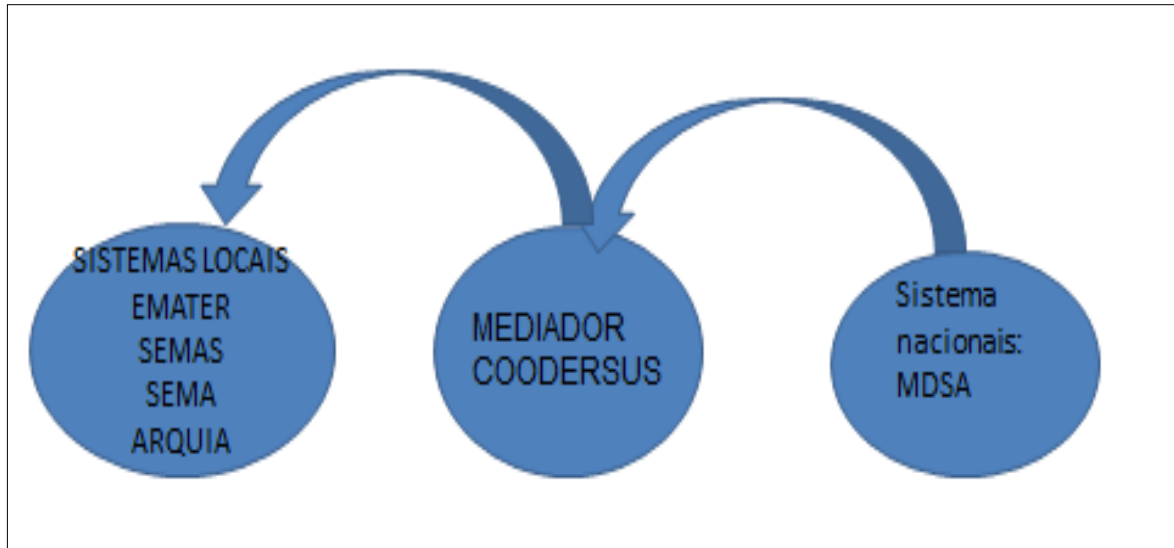


FIGURA 21: Configuração da mediação da política: território e Sistema Nacional.

Fonte: Rosenilda Botelho Gomes (adaptado a partir de ANJOS, 2009).

Para se fazer esse trabalho de mediação, são necessárias articulações com outros setores ou até mesmo atores que se tornam indispensáveis para a ação da referida política. E esses agentes de desenvolvimento, sob a sua forma operacional (seja pela atividade comum dos serviços técnicos ou pelo viés, em geral, privilegiado de "projetos") [...] constituem a interface incontornável entre um "projeto" e os seus "destinatários" (SARDAN, 1995; p. 04). Pode-se chamar de relação direta com contemplados com a política.

4.4 A REPRESENTAÇÃO DOS AGENTES DE DESENVOLVIMENTO NO TERRITÓRIO QUILOMBOLA

Foi em 2016 que os agentes de desenvolvimento, na representação da COODERSUS, chegaram à comunidade de Arapapuzinho para expandir o serviço de Assistência Técnica, um amplo desafio de uma nova modalidade da ATER, em que o Governo Federal, estrategicamente, faz as Chamadas públicas para desenvolver ação técnica para um determinado povo e território; “este é um dos elementos constituidores e de suma importância para garantir a sobrevivência e manutenção das condições adequadas para a existência das identidades socioculturais de uma comunidade tradicional” (CAETANO, 2017, p. 361).

Logo, faz-se necessária a compreensão do território que, na percepção de Haesbart (2004; p. 01), tem a ver com “poder”, mas o poder como representação simbólica, invisível, o qual só pode ser exercido com a cumplicidade [...], enfatiza Bourdieu (2003; p.7-8). Assim, um território tem sua representatividade, e Haesbart (2004; p. 01) chama atenção nesse poder não

apenas “político”, mas concreto de dominação, no sentido de apropriação. Para essa ação, as instituições do serviço de ATER são contratadas, “[...] ao serem gerenciados por uma instituição privada ou pública que, através de um contrato de gestão, fecha-se uma demanda específica e, conseqüentemente, essa instituição passa a administrar os recursos públicos [...]” (SILVA, 2013; p. 161). Compreende-se que há um custo/benefício para a aplicação dessa ação, e se torna indispensável uma seleção de entidades.

E para a aplicação dessa Assistência Técnica e Extensão Rural para o território quilombola do Baixo Tocantins, a COODERSUS, num período de três anos, recorrente ao contrato com o Governo Federal, organizou uma seleção com a responsabilidade de fazer um processo diferenciado de educação do qual essa nova ATER tem, como a pedagogia da ATER (CHAMADA nº 06/2014).

Para o Movimento social quilombola (ARQUIA), essa política foi a que mais abrangeu os quilombolas; mas, ainda que se diga que é uma política de grande abrangência territorial, a Chamada 006/2014, apresentou-se uma meta de 2.000 (duas mil) famílias quilombolas, no entanto, segundo o coordenador da COODERSUS, essa meta baixou para 1.500 (mil e quinhentas) famílias, ou seja, um corte de 25% no orçamento para atender essas famílias. O coordenador da Chamada explica o seguinte:

"Encontramos dificuldades, muitas famílias não se enquadravam de acordo com os critérios que rege o Plano Brasil Sem Miséria, muitos têm renda acima de R\$ 85,000 (oitenta e cinco reais) por pessoa; outro também foi o acesso às comunidades, nossas estradas amazônicas que são os nossos rios, então tínhamos um tempo estipulado na busca ativa das famílias” (Entrevistado CO1).

Quando o coordenador faz essa colocação sobre as dificuldades em encontrar as famílias com o perfil exigido pelo projeto do Governo Federal, na verdade, ele faz referência à busca ativa, dentro da atividade de mobilização, que, de imediato, foi muito difícil. Mas, não somente pelo fato das famílias não se enquadrarem, pois, ao observar a realidade da comunidade do Arapapuzinho, algumas dessas famílias se enquadravam; entretanto, ficaram sem ser contempladas com a ATER mais pelo fato do cronograma desta já vir com um período fechado para cada atividade. Portanto, “é fundamental o contato direto com a comunidade por parte daqueles que elaboram as políticas públicas e os projetos de redefinições territoriais” (CAETANO *et al.*, 2017, p. 360). Quando se trabalha com o elemento tempo, em lugares que se desconhecem, algo fica sem ser feito, ou feito de qualquer jeito. E, mesmo estando no mercado há 20 (vinte) anos, não significa que não encontrará dificuldades em sua ação. A organização de cronograma já vem pronta para desenvolver as atividades, as quais, em sua maioria, também já estão programadas e devem se manter no processo de acompanhamento da

própria demanda no SIATER (Sistema de Assistência Técnica e Extensão Rural), criado em 2014. Mesmo assim, tudo isso já apresenta algumas críticas relacionadas a essa organização dos cronogramas, devido à realidade da comunidade.

Essa cooperativa conta com técnicos na formação de nível superior (agrônomos, engenheiro florestal, pedagogo, assistente social, biólogo) e em nível técnico (piscicultura, avicultura, meio ambiente, entre outros). Entretanto, na função de extensionista, como relata, abaixo, uma das técnicas.

"[...] por mais que a gente tenha uma formação, mas a gente acaba desenvolvendo técnicas em outras áreas, porque isso demanda do profissional da ATER, que ele tenha um conhecimento em várias áreas (multidisciplinar), não fica focado só na sua formação, pois na hora que a gente chega na casa de um agricultor, compreendendo que ATER é isso, uma visita, uma consultoria ao agricultor, você chegando na casa dele, você não sabe se ele vai ter a ação produtiva voltada para a criação ou para a produção, você faz a visita e ele vai dizer qual é a necessidade dele, é aí que entra a questão do conhecimento, vamos dizer, multidisciplinar. Você não pode ficar preso à sua formação, mas entender um pouco de cada área agrícola e pecuária. (Entrevistada ET1, 2018).

Essa dimensão não abarca todos os técnicos, pois muitos ainda não fazem esse tipo de exercício, uma vez que em suas formações acadêmicas ocorre que, segundo Silva (2013; p.159), "As instituições de ensino realizam um exercício de catequese enviesada e padronizada pelo conceito da inovação tecnológica na agricultura". O fato é que é um conhecimento à luz das teorias, seja ela de evolução, desenvolvimentista, tecnológica, entre outras teorias, à luz do "melhor" ou que muitos autores chamam de "padronizados", "testados", "comprovados".

No que tange à multidisciplinaridade relatada pela extensionista, esta mostra que não se pode ter um conhecimento restrito apenas à formação técnica que cursou, pois pode ser surpreendido (a) com o que cada família vai apresentar na UPF's, já que nessa ATER o produtor é participativo, não em um plano fechado, mas buscando atender a cada realidade.

Tomando como exemplo, na comunidade pesquisada, há famílias que optaram por duas atividades, uma de manejo de açaí e outra de cultivo de roça; ou seja, como o *fomento* é dividido em duas parcelas, foi possível desenvolver as duas atividades. Isto posto, o extensionista se encontra de fato a explorar as duas opções, entre outras coisas.

4.5 DIMENSÃO TÉCNICA: AS NORMAS, AS TÉCNICAS E AS PRÁTICAS

No abranger da dimensão técnica, não é possível deixar de lado os três principais fatores que contribuem, ou não, para uma prática de extensão segundo a proposta de Paulo Freire, tanto na obra *Extensão ou Comunicação*, quanto na *Pedagogia do Oprimido*, em que ele chama

atenção sobre o aspecto "dialógico", que parece ser simples, mas ao mesmo tempo complexo, quando se fala nesse aspecto, visto que existem influências de saber, que descarta qualquer possibilidade de diálogo; portanto, traz-se para a compreensão as três apresentações na vida dos extensionistas, que são: as normas, as técnicas e as práticas.

4.5.1 Conhecimentos técnicos: mediadores da política de ATER

Nesse aspecto, quando chegam as políticas de desenvolvimento, muita coisa passa a acontecer no território, e essas transformações ora podem ser positivas, ora podem ser negativas, dependendo de qual ângulo que se enxerga. Dessa forma, o olhar se volta aos povos tradicionais que recebem essas políticas, a exemplo da PNATER, que tem uma estrutura legislativa, dentro da ação do serviço de ATER, desenvolvido pelos extensionistas: agrônomo, engenheiro ambiental, etc.

Pois é em torno do território, suas nuances, curvas, recursos e imaginário que a comunidade se constitui, se refaz. É nesse cenário que as políticas governamentais e os projetos com comunidades ribeirinhas devem priorizar um aprender com as representações sociais próprias de cada comunidade, buscando assim o entendimento de sua constituição, das suas ações, sua formação, sua identidade e realidade social vivida pela comunidade, ao longo de sua história (CAETANO *et al.*, 2017, p. 14).

Ao se referir a esses profissionais chamados de extensionistas (técnicos), Paulo Freire, no livro *Extensão ou Comunicação*, chama atenção sobre o principal conceito dessa expressão, que tem como repercussão a troca de saberes, e que o camponês não é depósito de informação, mas agente de conhecimento (FREIRE, 1983). Ou seja, que o técnico não vai encontrar pessoas vazias, sem saberes, mas, sim, agentes de mudança, e cabe a ele se inserir no processo de transformação, conscientizando-os e conscientizando-se ao mesmo tempo (FREIRE, 1983).

Os extensionistas passam a [...] conhecer práticas e representações de diferentes grupos que, ao longo do tempo, elaboraram um profundo conhecimento sobre os ecossistemas, o que lhes garantiu, até hoje, a reprodução de seu sistema social e cultural (CASTRO, 1998, p. 05). É no dia a dia que os povos tradicionais, por exemplo, os quilombolas, vão criando técnicas de sobrevivência, usando principalmente os recursos que estão ao seu redor.

Dentre as diversas formas de vida dos quilombolas, é muito comum o contato com respeito e valor às memórias que transitam sob a fala dos povos tradicionais. A relação destes com a natureza se manifesta no seu próprio vocabulário e nos termos que usam para traduzir sua vivência e adaptação aos ecossistemas (CASTRO, 1998; p.07). Certamente, o homem em sua relação com o meio ambiente passa a ter técnicas diferenciadas de cuidar, de zelar e, principalmente, de se defender e ter acessibilidade aos recursos que lhe darão referências de

vida. Paulo Freire discorda que seja extensão, mas ato de comunicação, pois o camponês, como ele sempre recorda em seus escritos, não é passivo de conhecimento, ao contrário, detém conhecimento. Ele também continua afirmando que o homem é homem e o mundo é histórico-cultural na medida em que, ambos inacabados, se encontram numa relação permanente, a qual o homem, transformando o mundo, sofre os efeitos de sua própria transformação (FREIRE, 1983). Assim como Diegues (1983; p. 30) completa, afirmando que “O homem está dentro da natureza, e essa realidade não pode ser abolida. Ela não é um meio exterior ao qual o homem se adapta. O homem é natureza, e a natureza, seu mundo”, com todas as representações simbólicas representadas em um território; mas, nessa realidade, não se pode fugir da dependência que os quilombolas têm com o meio natural.

As atividades desenvolvidas pelos quilombolas na agricultura familiar são de longas datas; entretanto, estes passaram a ter um contado com a assistência técnica dos chamados agentes de desenvolvimento³³, e, nesse encontro de saberes, possivelmente ocorre um choque cultural, principalmente pela diferença cultural, os quilombolas, por possuírem o saber tradicional, e os extensionistas, o técnico-científico. Diegues (1983; p. 30) adverte para a seguinte classificação:

[...] o homem natural, selvagem, sem família, ciência ou religião, sem lógica e detentor somente de um pensamento simbólico e mítico; e, de outro lado, o homem domesticado, em plena posse dos poderes intelectuais, sociais, técnicos e científicos. O primeiro é um ente distante de nós, primitivo, inferior (como também o camponês, ou a mulher, a criança); o segundo, um ser superior, distante da natureza. (DIEGUES, 1983; p. 30).

Por se tratar de saberes que, em sua maioria, são tomados com preconceito, “A ideia de que o único saber rigoroso e verdadeiro é o saber científico faz com que os outros conhecimentos não tenham validade, causando, assim, o ‘epistemicídio’, que é a morte dos conhecimentos alternativos”. (NETO, 2011; p.03). Contudo, Santos (2007; p. 29 *apud* NETO, 2011; p. 03) propõe uma nova forma de pensar e fazer ciência, a “ecologia dos saberes”. Ele consiste na promoção de diálogos entre o saber científico ou humanístico que a universidade produz e saberes leigos, populares, tradicionais, urbanos, camponeses, provindo de culturas não ocidentais que circulam na sociedade. Logo, ambos enriquecem os saberes que trarão melhores resultados e qualidades de vida em todos os aspectos, culturais, sociais e ambientais.

Trazendo para uma interpretação bem próxima do que seja essa vivência cultural, Clifford Geertz (2008), diz que [...] a diversidade de costumes no tempo e no espaço não é

³³ [...] o papel dos agentes de desenvolvimento não pode estar reduzido àquelas vinculações institucionais, [...] seu papel incorpora as contribuições resultantes da socialização profissional para o exercício da mediação política e cultural (MEDEIROS, 2012; p. 247).

simplesmente uma questão de indumentária [...] a humanidade é tão variada em sua essência como em sua expressão, o que autoriza dizer que, dependendo do lugar ou espaço, estará o ser humano vivendo o que está em sua essência, conforme a sua relação direta com os objetos da vida cotidiana. O que não se pode definir que vá existir uma única cultura, o que Geertz *ibidem* alerta sobre o “padrão da cultura”. Isso aqui não quer dizer que não se tenha que conviver com outros conhecimentos, mas é uma cautela de que existe uma variação cultural. As nações são sempre compostas de diferentes classes sociais e diferentes grupos étnicos e de gêneros (HALL, 2011; p. 61-62). Ele segue o pensamento que, em vez de refletir as culturas nacionais unificadas, dever-se-ia ponderá-las como constituindo um dispositivo discursivo que representa a diferença como unidade ou identidade, perfeitamente colocada, pois, na verdade, quando se lança um olhar no ângulo de 360°, já se percebe que não há como fazer unificação cultural, mas trazer para os escritos o devido valor de cada uma.

4.5.2 As normas na vida extensionista

A priori, é importante dizer que a norma se refere ao conhecimento em aspecto padrão nas academias. Na formação dos conceitos estruturados nas áreas de conhecimento do plano curricular dos cursos das diversas áreas que compõem um grupo de integrador em um trabalho de ATER, necessariamente, precisa-se apresentar formação em pelo menos uma área de conhecimento, ponto para o enquadramento de um currículo para apresentar a uma constituição, para o ato legal de contratação

Quando se trata de profissionais das mais diversas áreas, estas se estendem de uma forma que inicia na trajetória das profissões que procuram atender o mercado, e que está diretamente ligada à formação. Os extensionistas não são diferentes, precisam de uma formação para atuarem no campo desse trabalho.

As instituições de ensino realizam um exercício de catequese enviesada e padronizada pelo conceito da inovação tecnológica na agricultura. Esta educação que suscita e difunde a inovação não produz somente “coisas”, ela produz também homens. Ela modifica as atitudes destes, suas relações, o nível de suas aspirações, e facilita sua adesão e sua participação na conjectura do moderno, condição fundamental para difusão tecnológica, em detrimento às exigências e às necessidades da produção e do trabalho familiar. (SILVA, 2013; p.159)

O autor continua dizendo que é "indispensável (equipe de ATER com conceitos integradores) para que possam perceber e interpretar as diferentes realidades agrárias e agrícolas do diverso tecido social da produção familiar" (SILVA, 2013; p. 159). Compreende-se que os trabalhos são diversos e que requerem para além da formação uma habilidade. O autor traz à

lembrança esse mundo plural, com realidades que exigem do trabalho do extensionista, um olhar específico para situações que diferem umas das outras. Na Chamada 006/2014, o corpo técnico deveria conter as seguintes formações:

Cada equipe será composta por um (a) Coordenador (a) de nível superior para um grupo de até 15 (quinze) técnicos (as) de campo, dos quais: a) Obrigatoriamente, no mínimo 80% dos técnicos de campo devem ter formação em Ciências Agrárias e afins; b) Os demais técnicos de campo devem ter formação em Ciências Sociais, Humanas e/ou Biológicas, preferencialmente com experiência em projetos com comunidades quilombolas e/ou outros povos e comunidades tradicionais; e, c) No mínimo, 01 (um) técnico com formação em Ciências Agrárias deverá atuar em cada município (CHAMADA 006/2014).

Essas formações, principalmente dos técnicos de campo em **Ciências Agrárias**, pertencem a essa área e estudam a melhoria, a preservação e o aumento produtivo dos recursos naturais, sendo um estudo multidisciplinar, o que, segundo Pimentel *et al.* (2008), é uma formação que contempla o Estágio de Vivência, o dia a dia das comunidades e a Residência Agrária, que prevê a alternância de Tempo Escola (TE) e Tempo Comunidade (TC), baseada nos princípios da Pedagogia da Alternância. Vale ressaltar que não basta conhecer somente as teorias, que não deixam de ser importantes, mas, por conseguinte, deve-se ter contato com as práticas, formando em ambas situações, teoria/prática.

Outra formação é a de **Ciências Sociais**, que trabalha na área de serviço social, no caso, o assistente social se prepara para desenvolver atividades coletivas e individuais. No coletivo, orienta sobre as políticas públicas nos aspectos de direitos a serem respeitados (orientação sobre benefícios sociais, educação etc.); e, no individual, realiza conversas que contribuem para que as pessoas possam se integrar na sociedade; esses são só alguns exemplos, dentro da gama de importância do assistente social. Para isso, cabe ter uma boa formação, principalmente de atender às especificidades de comunidades tradicionais. Santos e Lusa (2014) descrevem o trajeto histórico do trabalho de quem faz o Serviço Social e apresentam um novo momento, que traz como perspectiva o método histórico-crítico dialético, e se posicionam a favor da justiça social e da emancipação da classe trabalhadora. A principal perspectiva é entender o grupo social ao qual está atendendo e propor ações concretas de melhorias, principalmente sociais.

Nas **Ciências Humanas** e/ou **Biológicas** tem a presença do pedagogo (formação em pedagogia), que desenvolve atividades com as crianças, no momento formativo das ações coletivas na comunidade. Esse profissional também requer habilidades múltiplas, assim como quem é das humanas e biológicas, que precisam compreender a relação homem-natureza e a percepção sobre a afetividade do homem com o meio natural.

Por fim, chega-se a formação com **curso técnico integrado ao ensino médio (técnico agrícola)**, que vem atuar em atividades de extensão, assistência técnica, associativismo, pesquisa, análise, experimentação, ensaio e divulgação técnica, entre outros (FINATA, 2015). O **Agropecuário**, técnicos de nível médio, são capazes de exercer atividades técnicas que lhes permitam participar de forma responsável, ativa, crítica e com criatividade na solução de problemas na área de produção e transformação vegetal e ou animal, e de conservação do meio ambiente (SITE IFPA GOIANO).

É um quadro funcional interdisciplinar, multidisciplinar, que busca corresponder às situações no campo de ação. Japiassu (1975) destaca a palavra “*démarche*”, que aborda os problemas do ponto de vista comum. A metodologia da interdisciplinaridade em ponto comum, outro reduzido ao horizonte do saber relevante ao espírito epistemológico. A interdisciplinaridade exige que o pesquisador seja curioso, trabalhe em equipe e tenha gosto pelo novo. Com os diversos tipos de metodologia já descritos, é interessante dizer que a pesquisa orientada pode ocorrer em forma de cooperação, que revela em nível de teoria e prática.

O conceito de transdisciplinaridade foi sendo forjado nos congressos que buscavam uma definição para essa nova forma de integração dos saberes. Nessa abordagem não pode haver especialistas transdisciplinares, mas apenas pesquisadores animados por uma atitude transdisciplinar. O desafio da transdisciplinaridade é gerar uma civilização, em escala global, que, por força de um diálogo intercultural, se abra para a singularidade de cada um, para a inteireza do ser. (SOUZA *et al.*, s.d.)

O extensionista rural deve assumir a posição de educador/a não formal, colaborando na identificação de problemas e no planejamento da solução destes. Aqui também se destaca a importância do trabalho interdisciplinar, que pode ser desenvolvido, já que agora há a presença de vários saberes (SANTOS *et al.*, 2016). Muitas das áreas de estudo sofreram alteração no plano de curso; mesmo assim, existe uma certa dificuldade em se formar um profissional interdisciplinar.

4.5.3 As técnicas a partir da formação

Na formação, os profissionais são direcionados a compreender conceitos, teorias, expressões com vocabulários científicos, ou seja, são direcionados a conhecimentos de âmbito escolar, sem, porém, se munirem apenas do tecnológico, e nem orgulhosamente pensarem que somente os seus conhecimentos sejam mais importantes. Sem dúvida, deve ocorrer a troca de experiência, pois "Se o educador é o que sabe, se o educando são os que nada sabem, cabe àquele dar, entregar, levar, transmitir o seu saber a estes. Saber que deixa de ser "experiência

feita" para ser de experiência narrada ou transmitida" (FREIRE, 1983; p. 33). Nesse sentido, deduz-se que os quilombolas já possuem o saber sobre o trabalho na agricultura, e em muitas outras coisas, por esse motivo é que os técnicos precisam ouvir e complementar. Para tanto, segundo a coordenadora da Chamada, ocorreu o seguinte;

"Primeiro, para a contratação foi feita uma análise dos currículos pela COODERSUS, que, após, foi a entrevista com cada candidato, para verificar os perfis de cada um e cada uma. E, depois, veio uma equipe do MDA fazer a formação que também ajudou nesse processo de seleção. Nessa mesma formação, alguns não ficaram para trabalhar. Foi um momento muito importante. Os técnicos que participaram da formação perceberam que seria uma Chamada diferenciada, que, na verdade, iria ter contato com povos que têm cultura diferenciada" (Entrevistado ET2, 2018).

Num primeiro momento, foi feita essa formação, a seleção, em que muitos dos extensionistas não são os mesmos no momento atual, os que foram preparados, diga-se orientados. Logo, nem todos conseguem ter o perfil que foi almejado no início da Chamada. A formação se torna também indispensável, já que os agricultores esperam uma fala diferente, para que realmente sejam reconhecidos enquanto técnicos. Caporal (2003) adverte para três situações que se encontram na formação profissional de um extensionista;

Esta primeira carência na formação limita a capacidade do profissional vir a ter uma visão holística da realidade na qual vai atuar, o que minimiza sua possibilidade de ter uma compreensão da agricultura a partir dos princípios básicos dos processos naturais.

A segunda grande carência na formação dos profissionais das ciências rurais e agrárias está relacionada com a distância abstrata com que se trata o homem-agricultor. Em geral, se estuda muito sobre as máquinas e os insumos, mas muito pouco sobre o homem e o papel decisivo que tem na agricultura e no manejo dos recursos naturais.

Em terceiro lugar, e como consequência dos aspectos anteriormente considerados, as disciplinas que tratam dos aspectos da vida do indivíduo, de suas relações, da sociedade onde ele vive, trabalha e atua, costumam ser desviadas em sua importância, e inclusive costumam ter muito menor peso no conjunto do programa de formação.

Mesmo assim, existe a possibilidade para quem se dispõe ser um profissional com diferencial, de se preparar a cada visita em campo, com o intuito realmente de exercer a profissão e mostrar novas possibilidades ao agricultor.

4.5.4 Práticas dos extensionistas em campo

É na prática que esses profissionais vão se deparar com realidades que, em muitos casos, não condizem com as orientações que estes receberam nas instituições de ensino, pois, de fato, a realidade expõe uma diversidade que o processo de formação não consegue atender, a diversidade social e cultural, mesmo apresentando um debate que inclui o respeito pelo saber

tradicional, a partir do embasamento teórico da pedagogia de ATER, referenciada na Chamada; a distribuição das atividades, representada na TABELA 2, abaixo, e as ações referentes ao trabalho que deve ser desenvolvido com as famílias; então, não se tem um controle geral de tudo, pois se trata de limites expressos nas ações.

Todavia, nem tudo o que se aprende na academia será possível desenvolver em campo. Pois, percebe-se que as formações atendem, em sua maioria, a classe dominante. Entretanto, a realidade exige uma prática, utilizando as “metodologias participativas, pesquisa-ação, investigação-ação participante, orientação pedagógica construtivista e humanista, visão holística e sistêmica” (BROSLER *et al.*, 2009; p. 04). À vista disso, as atividades podem contemplar os agricultores que dispõem de poucos recursos e espaços pequenos nas UPF’s. As orientações ficam na situação de o “olhar a realidade”.

[...] respeitar o saber tradicional, executando o que democraticamente foi decidido pelos agentes sociais envolvidos e beneficiários; compreender a racionalidade (limites e possibilidades) dos sistemas agrários de produção locais, a fim de conhecer as restrições com as quais os agentes locais se defrontam, bem como, dar preço às alternativas que usam para superar essas restrições. (SILVA, 2013; p. 159)

TABELA 2: Representação das atividades que devem ser desenvolvidas na ATER quilombola

Tipo de atividade	Quantidade total de famílias	Número de atividade do mesmo tipo
Mobilização	2000	1
Diagnóstico	2000	1
Atividade individual-2 horas	1800	9
Atividade individual-4 horas	2000	1
Atividade Coletiva-4 horas	302	4
Atividade Coletiva-8 horas	800	8

Fonte: Chamada quilombola nº 006/2014.

Não obstante, a metodologia conforme a Chamada deve seguir os princípios, objetivos e diretrizes da Política Nacional de ATER – PNATER. Os “Fundamentos teóricos, orientações e procedimentos metodológicos pensando na ação, com base na pedagogia de ATER” (CHAMADA 006/2014), que, segundo o documento:

Foi elaborado no âmbito da Rede Temática de Metodologias Participativas de Ater, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), com o apoio da Agência de Cooperação Alemã (GTZ), que viabilizou a participação do Instituto Paulo Freire e

teve a orientação da Coordenação de Relações Institucionais e Gestão do Sistema Brasileiro de Ater (SIBRATER), do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (DATER), da Secretaria de Agricultura Familiar (SAF). (BRASIL / MDA, 2010; p. 07).

E com a participação do Instituto Paulo Freire, que se apresenta como referência de uma ação laborativa, a partir da experiência na educação popular, mais especificamente com a crítica contundente tecida pelo próprio Paulo Freire, que alerta para o equívoco conceitual da palavra extensão, que sugere que os conhecimentos estão apenas na forma geradora da pesquisa, levado, transferido (FREIRE, 2003); é como se o conhecimento não estivesse também com o agricultor.

Esse documento ainda enfatiza que cabe a esse intermediário “estabelecer a relação com a construção do conhecimento: a liberal e a dialética”. O comportamento do extensionista não se dá somente pela força da instituição. Há nesse contexto uma história de vida, de formação, uma trajetória e uma perspectiva de futuro que atuam também como “estruturas incorporadas”. (DUART, 2012)

Os papéis do extensionista de caráter público podem ser:

- Regulador ou coordenador da ação de outros agentes, inclusive privados;
- Negociador ou mediador entre os interesses do Estado e a diversidade de interesses dos agricultores;
- Difusor de inovações tecnológicas modernizadoras de todas as fases dos processos produtivos agropecuários, mas, também, facilitador de formas de gestão, articulação e negociação de atividades não-agrícolas, mas vinculadas ao rural (turismo, artesanato, etc.);
- Agente de desenvolvimento (comunicador, moderador, educador, articulador, negociador) local. (Projeto ASBRAER / SAF-MDA, 2007; p. 31)

Diante dessas colocações, pode-se também entender como a COODERSUS vem desenvolvendo a Assistência Técnica e Extensão Rural no Arapapuzinho, onde a mediação é feita pelos agentes de desenvolvimento, em que é bem percebido que os técnicos apresentam formações diversas; ora estão em campo fazendo a orientação técnica, ora estão no escritório fazendo os serviços administrativos, organização de documentos, envios de relatórios, entre outros.

Sardan (1995) acrescenta, ainda, que os agentes de desenvolvimento têm consciência do seu papel de mediador; ele chama de “porta-voz” da "competência técnica". Para isso, a abordagem pedagógica é essencial nesse trabalho, que trata de uma conquista. Porém, perguntou-se aos técnicos: **De que forma estava ocorrendo a orientação técnica?**

[...] A ATER é uma inovação da orientação técnica; a gente já orienta que o agricultor não use mais o sistema de fogo, então a gente faz a lavoura branca, a gente cita como atividade a lavoura branca que, o que vai acontecer, ele vai preparar de forma mecanizada ou manual, [...]. Tudo isso é vistoriado pelo técnico, o técnico tem esse contato com a área de produção que é para justamente ver se é preciso fazer o processo

de calagem ou adubação anterior ao plantio [...], ter um controle do que ele tem com gasto com insumo e do lucro que ele tem com a criação ou produção. E o açaizal não é diferente, porque a gente sabe que no inverno ele não consegue ter tanta força, pela falta do manejo, a partir do momento que você faz o manejo, você já consegue ter uma produção no inverno, ela não é tão alta quanto no verão (no período da safra), mas já se tem uma produção também durante o inverno; e aí, já nas áreas de terra firme, a gente orienta que seja no período de inverno o plantio para aproveitar a água, [...]. Também a gente orienta que seja feito o controle da produção, e aí a gente coloca que cada apanha, façam anotações em relação às rasas que são vendidas e as rasas que são consumidas pela família, para que no final a gente consiga ter uma produção. Nas áreas de terra firme que é feito o replantio, a gente orienta que siga um espaçamento de 5x5 entre as mudas e também que possam ser inseridos outros tipos de plantios dentro desse açaizal: o cupuaçu, o cacau, a banana, que aí não fique preso só a produção do açai, porque a gente sabe que eles dependem muito. (Entrevistado ET4)

A existência dos mediadores do saber está presente através dos extensionistas, os quais são mencionados por Sardan (1995) como agentes de desenvolvimento, que devem levar os conhecimentos técnico-científicos ao encontro dos conhecimentos populares, do outro; ou seja, este deve "casar" com aquele. Veja-se isso como o "bem comum", que irá dar oportunidade de ter uma vida de qualidade, socialmente mais adequada aos padrões que exige uma sociedade capitalista.

CAPÍTULO 5 – NO CHÃO, A AÇÃO: A ATER NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DO ARAPAPUZINHO

Este último capítulo tem por objetivo mostrar os fatos percebidos no campo durante a pesquisa, tendo um olhar amplo da situação que envolve a tríade da ação em campo: os quilombolas, movimento social e a orientação técnica. Dentre esses resultados, está a resistência dos quilombolas diante da orientação técnica, o fortalecimento da agricultura local, os possíveis conflitos diante do encontro entre os conhecimentos técnico-científicos e os saberes locais, ou conhecimento tradicional, as relações de poder, existentes. Pois, “Subestimar a capacidade criadora e recriadora dos camponeses, desprezar seus conhecimentos, não importa o nível em que se achem tentar “enchê-los” com o que aos técnicos, lhes parece certo, são expressões, em última análise, da ideologia dominante” (FREIRE, 1981, p.26), entretanto, os quilombolas se opõe a desenvolver os atividades apenas com o conhecimento científico. Entendemos que esta reação está atrelado ao conhecimento tradicional por operar com unidades perceptuais chamadas qualidades segundas, coisas como cheiros, cores, sabores... (CUNHA 2007, p.79). A todo momento está se aprendendo algo com meio natural, e os equipamentos que estes dispõe. Assim, as colocações da coordenação do Movimento Social Quilombola, quanto dos agricultores deixam explícitos sobre as relações de saberes a partir do trabalho técnico na Comunidade.

5.1 OS QUILOMBOLAS DIANTE DA ORIENTAÇÃO TÉCNICA

É “no chão” do campo de ação que, de fato, ocorrem os acontecimentos, onde realmente a política chegou, e é na base que se apresentará os impactos provocados por todo o trabalho que vem sendo desenvolvido na comunidade quilombola. Para Miller e Surel (2002), na própria construção de uma matriz cognitiva ocorre um processo de poder, pelo qual um ator faz valer e afirma seus próprios interesses, sendo que, na maioria, há uma intenção que, no caso, é o objetivo diante do desenvolvimento das atividades inseridas no cronograma da Chamada Pública de ATER para a população quilombola do Arapapuzinho.

Para isso, fez-se necessário ouvir os quilombolas que estão diretamente ligados ao desenvolvimento das atividades. E, quando se pergunta **como os técnicos estão orientando**, consegue-se a seguinte resposta:

Eles vieram me orientar sobre o trabalho da roça [...], falam de uma tal roça que não queima, mas eu nunca fiz assim, sempre queimamos. [...] outro é o espaço de uma maniva para outra que deve ser de dois metros de distância de um pé para o outro, mas

também é difícil, porque nosso pedaço de terra é pequeno. Eles falam que vai dar mais, que a mandioca fica maior, que vai aumentar a produção. Pode até ser, mas ainda estamos acostumados do nosso jeito. Nós ficamos mais atentos na parte de higiene que eles falaram também, porque antes a gente não prestava muita atenção nessas coisas. (Entrevistada AQ4, 30 anos)

Uma das falas da agricultora se refere à alternativa para a *transição agroecológica* do cultivo da mandioca, “uma tal roça que não queima”, que mesmo sendo visto como uma alternativa ambientalmente correta, não chega ser um anseio dos quilombolas. Cabral (2013; p. 02) argumenta que na Amazônia o uso do fogo é tradicional e de difícil substituição, porque se trata de um método barato e acessível aos locais mais remotos da região. Não chega a ser uma imposição dos técnicos, mas uma opção que não poderia ser desenvolvida.

Na formação sobre essa alternativa de roça, os agricultores presentes buscavam compreender sobre o funcionamento, outros já tinham esse conhecimento, entretanto, vários argumentos foram apresentados, e um deles tem uma pressão maior que é “o fazer de muito tempo, o saber adquirido pelos antepassados”, em que a agricultora fala “ainda estamos acostumados do nosso jeito”. Assim, trazendo para uma interpretação bem próxima do que seja essa vivência cultural, Clifford Geertz (2008) [...] explica que a diversidade de costumes no tempo e no espaço não é simplesmente uma questão de indumentária [...] a humanidade é tão variada em sua essência como em sua expressão. Isso permite dizer que, dependendo do lugar ou espaço, o ser humano estará vivendo conforme a sua relação direta com os objetos da vida cotidiana. O que não se pode definir é que vá existir uma única cultura, Geertz (*ibidem*) alerta sobre o “padrão da cultura”. Isso não quer dizer que não se tenha que conviver com outros conhecimentos, mas é uma precaução de que existe uma variação cultural.

Mesmo sendo uma forma ecologicamente correta, a roça sem fogo é algo longe da realidade desses quilombolas. Caporal (2003) chama atenção que essa transição agroecológica em curso indica a necessidade de construção de conhecimentos sobre distintos agroecossistemas e variedades de sistemas culturais e condições econômicas, o qual ele se reporta como “a ecologização da agricultura” (CAPORAL, 2009). O agricultor não deixa de desenvolver a atividade, mas a aperfeiçoa, pois, “A Agroecologia proporciona o conhecimento e a metodologia necessários para desenvolver uma agricultura que é ambientalmente consciente, altamente produtiva e economicamente viável” (GLIESSMAN, 2000; p.54). Isso tem que ser levado em consideração, mas esse “novo modelo” não está na solicitação da comunidade que prefere continuar desenvolvendo do seu próprio jeito.

Isto posto, durante o trajeto de ida ao campo de pesquisa, foi identificado como anseio dos quilombolas, observado em campo, uma espécie de maniva que fosse resistente à água, devido à perda de produção causada pelo apodrecimento das mandiocas.

No que tange à questão higiênica, na fabricação da farinha, existe uma fala da agricultora que deve ser frisada “nós fica atenta na parte da higiene”, ou seja, existe algo que está sendo deixado para eles que é um alerta para uma melhor higienização; isso é mencionado pelo fato da própria assessoria técnica querer um produto com higiene, com melhor benefício, pensando na comercialização.

Outra agricultora que aderiu ao manejo do açaí, respondendo à mesma pergunta feita anteriormente, manifestou-se da seguinte forma:

Olha, eles já vieram duas vezes em casa falando que era para manter a limpeza do açazal, tirar as árvores altas, muitos paus altos que ficam no meio do açazal. Só deixar aqueles, como o ingazeiro, o falcoeiro, essas árvores que não pode tirar. Também para deixar na touceira até três açazeiros. Porque deixa e tira as produtivas do açaí. Antes o manejo era feito do jeito dele, quando dava para pagar alguém, ele pagava. Todo final de safra preparava o açazal, tirava árvore alta que não aguentava ninguém, mas muitas dessas coisas a gente fazia. Quando eles falam da lonjura de um pé para o outro, isso seria se terreno fosse feito o replantio, mas isso não dá para fazer, mas eles gostaram da forma como estava limpo o nosso açazal”. (Entrevistada AQ5, 45 ANOS).

Ambas as falas demonstram *Resistência* dos quilombolas diante da orientação técnica. Essa resistência está diretamente ligada a forma como esses quilombolas desenvolvem os trabalhos das atividades em questão, preservando a sua cultura, através dos conhecimentos herdados de seus ancestrais. Algo que fica marcado nas falas das agricultoras é o seguinte: “Quando eles falam da lonjura de um pé para o outro [...] isso não dá para fazer”. Pois, não existe uma medida específica. Para além de uma política, um modo de vida. Diegues (2000) explica que isso é uma forma de *reconhecer-se* como pertencente a um grupo particular que possui identidade própria.

Tanto na roça, quanto no açazal, não foi feito o plantio usando o alinhamento como explicado pelos técnicos (olhar FIGURA 22, abaixo), primeiro por seguirem seus próprios conhecimentos, e, segundo, por que o açaí é nativo, onde cai a semente, lá germina, devendo-se, então, levar em consideração o manejo. “Os atores, por meio de seus sentimentos, exprimem visões de mundo, explicitam categorias, classificam e codificam a realidade social”. (MOTA, 2011; p.242). Trata-se de algo concreto, a prática do agricultor, levando sempre à percepção de “o que tenho, e o que devo fazer”; isso de fato chama-se realidade.



FIGURA 22: Plantio de maniva sem a orientação técnica na Comunidade Quilombola do Arapapuzinho.

Fonte: Rosenilda Botelho Gomes (pesquisa de campo, 2018)

Essas resistências têm algumas explicações apresentadas pelo próprio agricultor, principalmente a medida, que foi colocada por eles como um empecilho para seguir essa orientação. De acordo com os agricultores, a área é pequena; isso é verdadeiro, pois dentro da comunidade de Arapapuzinho, como mencionado no item 2.4, as famílias que iniciaram o povoamento na localidade, hoje, aumentaram significativamente, já existem vários grupos familiares, que levaram os antigos moradores a dividirem suas propriedades em pequenas áreas com filhos, netos, tornando-se cada vez mais subdivididas. Então, apesar da resistência sobre a orientação técnica, em determinadas colocações, esses agricultores reconhecem a importância desta para a produção sustentável das comunidades e o fortalecimento das Unidades Produtivas Familiares (UPF's). Assim, indagou-se: **Qual a importância da ATER para você?**

E a resposta foi a seguinte:

Eu acho importante, só que, como eu digo, ainda está muito fraco para nós agricultor, nós precisava, aqui, de uma máquina, no caso você está com pouca terra, aí você não tem como aproveitar esta terra, porque manual você não tem condição de fazer, agora uma máquina para você revirar esta terra... Você tira a mandioca desta terra e quer fazer um outro plantio, plantar a mesma muda de maniva [...], você tinha que ter um tratorzinho destes para poder revirar a terra. Eu tenho essa grotta aqui, poderia mandar fazer o serviço, mas manual não dá para fazer; só limpar, cavar, não dá para manter a água presa para fazer uma criação de pato, porque eu tinha um prazer de comprar a tela e cercar tudinho ela, e jogar pato dentro para criar, o pato é da água, aqui na seca você não pode criar pato, eu tenho três pato aí, se eu soltar, a raposa vem comer, então deixo ele ficar aí, qualquer hora a gente mata e come. (Entrevistado AQ1, 75 ANOS).

Conforme a fala do agricultor, certos anseios passam a fazer parte de suas necessidades, como o uso de maquinário, ou seja, a tecnologia pautada em máquinas de revirar a terra, novas alternativas de equipamento, principalmente pela a idade que este apresenta. Os agricultores

trabalham há décadas de forma braçal, enfrentando grandes dificuldades na execução de suas atividades. “O principal obstáculo apontado é a carência de recursos e o baixo nível de capitalização dos produtores familiares”. (SOUZA FILHO *et al.*, 2017, p. 08), que perpassa pela dificuldade financeira, porque o agricultor esperava da própria política. Nesse caso, há interesse em fazer a transição agroecológica, em um sistema de sustentabilidade e de modernização.

“Ainda está muito fraco”, essa fala vem de alguém que já possui experiência – pela própria idade de prática na agricultura. Está muito claro que deles se esperava mais, entretanto, a própria política tem seus limites, o trabalho dos extensionistas também. O difícil não é introduzir a mecanização ou uso do trator ou outras formas de mecanização, pois mostra uma transição da agricultura itinerante para a agricultura permanente, condicionando uma reorientação do sistema de produção (MOTA; SCHMITZ; FREITAS, 2012); é forma diferente de implementação do trabalho na agricultura, no âmbito mais moderno.

De certo modo, a política está alcançando “*O princípio da orientação técnica*”, que não chega a ser uma novidade. Neves (1987), no artigo sobre as políticas agrícolas e a construção do produtor moderno, enfatiza que as políticas e os programas agrícolas são voltados para o aumento da produtividade e rentabilidade. Está-se diante do sistema capitalista, em que o acúmulo do capital, segundo Marx e Engels (1848), é o principal aspecto desta sociedade, pois “o crescimento, o lucro e o aumento passam a ser, sempre, a missão da ATER, que leva mais do que simplesmente assistência técnica para ampliar a produção. Sozinha, a ATER não se configura em fator determinante, único e soberano para o desenvolvimento ou não de uma área de assentamento, ou mesmo de uma comunidade rural. (FATORELLI & MERTENS, 2010; p.406).

Esse “incentivo em continuar com o trabalho”, a partir do acompanhamento técnico, mostra “a situação de marginalidade em que vive a maioria da população rural brasileira, causada pelo seu subdesenvolvimento econômico do país” (MA, 1960; p. 26). Nesse sentido, vê-se a carência de políticas públicas para agricultores familiares. Muitos dos incentivos são acanhados, mostram o quanto é dificultoso ter uma produção, mesmo mínima.

É importante porque nos beneficiou, nos dá esse incentivo de continuar com esse trabalho, como trabalhar para a gente aprimorar mais, para aumentar a nossa produção, melhorar o modo de trabalho; para mim foi importante (Entrevistada AQ3, 30 ANOS).

Nessa situação, o grande desafio está em ter um equipamento de tecnologia que ampare o trabalho do agricultor. Mas o ensejo de fazer uma roça ou manejo de açaí, em período de

grande dificuldade financeira, passa a ser um demonstrativo de oportunidade, trazendo algumas situações que podem ser as quais permitem verificar: **Quais benefícios e/ou malefícios a ATER trouxe para suas famílias?**

Só veio contribuir. Foi uma ajuda muito grande, pela primeira vez que veio algo assim, a gente não esperava, a gente fez o cadastro e as pessoas falavam, será que vem? Com tantas coisas que já prometeram e nunca vem. Graças a Deus veio, ajudou muito, por que a gente vive do trabalho dele (marido), a gente não tem condições, então foi muito bom. (Entrevistada AQ5, 45 ANOS).

[...] Os benefícios vão vir com o tempo, pois, como escolhi manejo, então a minha renda vai aumentar, porque o nosso açáí vai aumentar. Vejo também que muitas pessoas aqui no Arapapuzinho estava acabando o plantio de roça, esse projeto veio trazer benefício, porque agora a gente vê o tanto de farinha que está saindo daqui, que antes a gente estava comprando lá fora, então ele veio beneficiar as nossas famílias desta forma, porque eles não queriam mais plantar, eles não estavam mais plantando porque eles não tinham condição, então esse projeto veio ajudar muito. (Entrevistada AQ6, 44 ANOS).

Não se encontra na fala das agricultoras algo que representasse o malefício; pelo contrário, só contribuições, benefícios. A própria falta de credibilidade do Estado Nacional sobre as políticas públicas mostra que o país não estava e nem apresenta o seu melhor ângulo do cenário político, fazendo com que os quilombolas não acreditassem na efetivação da política de Assistência técnica. Pela condição financeira, os quilombolas veem na ATER uma oportunidade de transformação social (não como cultural), no desenvolver das atividades, no incentivo à produção, dando possibilidade ao trabalho, já que o momento não os permitia ter o cultivo, o plantio e até mesmo o manejo. Percebe-se que a pobreza é uma herança histórica, constitutiva do capitalismo, em que a sociedade brasileira passa a depender das políticas públicas. Essa herança marca, até as datas de hoje, a própria dependência.

A própria agricultora destaca que algumas pessoas tinham deixado de fazer a roça, mas tiveram o apoio do Fomento, e voltaram a cultivá-la. É claro que no decorrer da pesquisa observou-se agricultores que não vivem sem seu pequeno plantio nas roças, e outros que já estavam parando com a referida atividade. O Plano Brasil Sem Miséria visou promover a inclusão produtiva da população extremamente pobre. O eixo de Inclusão Produtiva se dividia entre as estratégias para o meio rural (BRASIL, 2016). Ressalta-se que existe uma norma dentro da aplicação do Fomento; caso o agricultor não empregue a primeira parcela no trabalho rural, automaticamente não recebe a segunda. Com isso os produtores buscaram investir o valor no trabalho aderido.

Nota-se que a produção da mandioca, assim como o açaí, constitui a base econômica dessas famílias na comunidade, e é definida como uma das cadeias produtivas de importância econômica para o território de valor econômico, social e cultural. Quando as famílias deixam de produzir, sem dúvida terão que comprar de segundos, terceiros, dificultando ainda mais a parte econômica das famílias. Ferreira e Guedes (2008) se referem à política de ATER como uma forma de consolidar a estratégia de desenvolvimento rural sustentável. Para isso, nada melhor do que usar métodos de educação participativa, ou seja, usar de técnicas que possibilitem a participação das pessoas em processos educativos não formais, no intuito de fortalecer os princípios da educação como processo de ensino-aprendizagem na construção de sujeitos críticos e participativos.

É esperado que um investimento como a política nacional de Assistência Técnica, tenha tido alguma influência nesse sentido; assim, perguntou-se: **a ATER influenciou nas atividades produtivas desempenhadas pelo seu grupo familiar?**

Influenciou, sim, porque a gente não tinha como fazer uma roça nesse momento, e com o fomento isso podemos fazer. Posso dizer que foi tudo de bom. (Entrevistada AQ8, 30 ANOS).

[...] entendo que a questão da terra não pode ficar parada, isolada. Então incentivou e ajudou por que a limpa deu para levar mais longe. (Entrevistada AQ8, 56 ANOS).

Influenciou, sim. Podemos fazer o trabalho sem estar se enrascando com o dinheiro, pois saíamos para fazer o serviço e sabíamos que a gente ia ter o que comer. (Entrevistada AQ9, 49 ANOS).

Os tipos de influência estão ligados diretamente ao financeiro, servindo como estímulo à produção de alimentos para o autoconsumo e a geração de renda, por intermédio da venda dos excedentes da produção. Vale ressaltar que, dentre os papéis dos técnicos, o de maior relevância é o convencimento do aumento produtivo, caso contrário, não tem fundamento a aplicação de uma política como a de ATER nesse território. Essa nova conjuntura do agricultor moderno (SILVA, 2011; MATOS, 2011; NEVES, 1987), pensando na agricultura moderna, será discutido com mais detalhes no item seguinte.

Os agricultores veem no *fomento* transferência direta de recursos financeiros não reembolsáveis e da disponibilização de prestação de serviços, (SEPPPIR, 2013), uma forma de apoio ao desenvolvimento das atividades e nas orientações como ato educativo; tudo o que desconheciam, como, por exemplo, o conhecimento de políticas públicas, CAR, entre outros assuntos. Também desenvolveu o fortalecimento da agricultura diversificada, mas as duas opções mais pedidas nas atividades, em sua maioria, foram o açaí e a roça de mandioca. Silva

(2011) faz uma retrospectiva desta forma: “[...] vários momentos de oscilações em termos de crescimento econômico e desenvolvimento, concomitantemente com agressões ao seu meio ambiente”. Mas não é esse o objetivo descrito na lei de ATER; o documento passa a ideia de valores; econômico, social e cultural sem desgastar a natureza.

Sobre a situação que, desde o início, se discorre a respeito da agricultura familiar, foi importante saber-se o destino dos produtos, fazendo a seguinte indagação: **A produção é para venda ou consumo?**

Tenho que tirar para o consumo, porque eu tenho filho/filha, neto, bisneto. Às vezes você tem uma farinha que, para sair daqui, você vende a três reais o quilo, na produção está 90,00 a cabeça, para eu deixar de ficar com essa farinha e vender e ter que comprar a R\$ 5,00, de R\$ 4,00 ou de R\$ 6,00 reais o quilo, então é mais pro consumo. Quando dá para vender umas duas cabeças, a gente vende, mas eu prefiro deixar porque eu mando pros meus filhos para Belém, para Marudá. (Irmão, neto, nora, filhos e filhas). (Entrevistado AQ1, 75 ANOS).

Como a gente não tem um capital grande, nem toda vez dá para vender, mas quando a gente está enrascado, põe a mandioca, a gente vende um pouquinho que é para comprar a comida, que é para a gente fazer aquele trabalho. Por exemplo, neste ano, o inverno foi brabo, então nem todo mundo tem roça que dê para vender, porque muito apodreceu (mandioca). Já o açaí, como a minha filha não tá aí, eu já apanho açaí e vendo, agora no verão tá meio devagar, porque tá barato, mas mesmo assim a gente vai juntando e quando dá para ir, a gente pagar uma diária, aí a gente leva uns dois para apanhar; tem os filhos dela, que quando estão precisando eu também dou para eles, quando o pai não tem condição de comprar um caderno uma outra coisa, eu ajudo ele também. (Entrevistado AQ2, 56 ANOS).

O destino do produto, em sua maioria, é o consumo, devido à consciência de se desfazer de seus produtos por valores mais baixos e depois ter que comprar mais caro. É uma herança cultural, dentre a produção, fazer a distribuição entre membros da família. Segundo, Danichewcz e Maçaneiro (2016), o trabalho nas pequenas propriedades tem uma perspectiva de vida pela sustentabilidade do grupo familiar. “Mesmo com a diferenciação existente entre os agricultores familiares, eles têm em comum que, na organização do trabalho se dá a inter-relação entre a produção e o consumo, sendo a família, ao mesmo tempo, produtora e consumidora” (MOTA; SCHMITZ; FREITAS, 2012; p. 05). Esses são fatores determinantes na vida cultural do Arapapuzinho, que perpassa pela produção e forma de trabalho, mas inclui o consumo à sustentabilidade. O modo de viver típico, o estilo de vida comum, o ser, o fazer e o agir de determinado grupo humano, desta ou daquela etnia, é cultura (VANNUCCHI, 1999). Bem pouco se pensa na lucratividade, mas na distribuição em que os membros familiares comunguem do produto, a exemplo a farinha.

O pouco que é vendido (excedente), pensando na possibilidade de manutenção de materiais necessários para os membros, citado na entrevista, em que a entrevistada, em sua fala, traz um elemento muito empregado nas situações recorrentes à sociedade capitalista, o tocante financeiro, “como a gente não tem um capital grande”, torna-se explícito que, em relação à diferença de classe social, que se mede pelo capital, o termo “enrascado” é uma maneira de expressar a dificuldade financeira; “essa é uma dinâmica social a construções lógicas e históricas de reconstrução da realidade” (FERNANDES, 2008; p. 15). A própria realidade apresenta um resquício de uma vida socioeconômica difícil, que transpassa os séculos, expondo as dificuldades apresentadas. “Tais carências colocam essas comunidades em situações de desamparo dos poderes públicos” (OLIVEIRA, 2012; p. 30). Assim, os quilombolas “vivem como podem”, com a missão primordial da nova extensão rural pública que, desde a perspectiva social, deve ser a de contribuir para o desenvolvimento de modos de vida sustentável, particularmente para aqueles grupos sociais com poucos recursos e oportunidades (CAPORAL, 2003; p.07).

Para a inclusão produtiva, várias atividades foram implementadas na política nacional de ATER, já descrita anteriormente; logo, era necessário a participação dos agricultores; então, a pergunta foi: **Participa das formações disponibilizadas pela equipe técnica?**

Participo sim, mas não de todas, participei do manejo de açaí, foi muito boa, aprendi tanto, também uma do CAR, e outra que falava dos nossos direitos, alguns projetos do governo federal (políticas públicas). (Entrevistada AQ3, 30 anos).

Toda reunião que eles vêm fazer, estou lá presente. A última que teve já estou esquecida, eles falaram da importância da DAP e de um documento aí que a comunidade tem que ter, o CAR. (Entrevistada AQ9, 45 anos).

Nas falas das entrevistadas, é perceptível que houve participação, mas nem todos compreendem como formação, e, sim, como uma reunião. Essas ditas reuniões são partes formativas, com os temas citados: “CAR”, “POLÍTICAS PÚBLICAS”, “DAP”. Muitas dessas formações já estavam definidas na Chamada Pública, outras foram acordadas na própria comunidade como parte interessada do tema, como o manejo de açaí. Os extensionistas trouxeram o curso “roça sem fogo-lavoura branca”.

Isso se chama formação e informação; a maioria desses agricultores, como os da FIGURA 23, abaixo, são pessoas que não concluíram o ensino fundamental e ficam desprovidos de informações. É explícito que a ARQUIA muito tem feito em relação a transmitir certos

informes, entretanto, “para conduzir esse processo de conhecimento, o papel do técnico não deve ser de orientador, e, sim, de servidor público [...]” (SILVA, 2003; p.164).

No capítulo III foi apresentada a origem dos conhecimentos para o desenvolvimento das atividades; contudo, a ATER também expôs que tem um diferencial, dessa maneira, perguntou-se: **Com a chegada da ATER, você mudou a forma de desenvolver essa atividade produtiva?**

Não empatou. O que eles orientaram foi mais a parte higiênica mesmo. Tudo bem, só uma coisa que eles falaram que não tinha como fazer é que eles querem que trabalhem com luva. Como é que você vai trabalhar com luva para descascar uma mandioca, como você vai trabalhar com uma luva para preparar uma massa, a luva pro mexedor tudo bem, tem uns que usa por causa do cabo do rodo, isso tudo bem eu concordo, uma toca na cabeça eu concordo, por causa do cabelo, mas a pessoa que vai plantar, descascar, fazer a massa, isso não; tudo bem, mas antes não tinha esse negócio de luva mesmo, agora tem, mas o resto não, eles vieram essa semana mesmo, eles tiveram, olharam e disseram que estava tudo bem, tudo tranquilo, como eles queriam, tá tudo normal, acharam demais bonito, Então empatou com a orientação técnica. Eles falaram sobre o açaí, mas isso eu já faço (puxa as folhas seca para o pé da árvore para fazer o adubo orgânico), então as plantas são iguais a nós, se não cuidar, morre. Ela precisa disso, tem que ter o esterco dela tudinho para ela poder levantar, para ela ter força, senão ela morre, agora pensa numa terra seca como está no verão muito forte, você joga isso (folhagem) no pé, que quando o sereno vem, cai nas folhas, pinga em cima daquele esterco, aquilo vai ficando úmido e vai mantendo a vida dela (planta), se você deixar o pé dela secar sem nada, o sereno vem, cai na terra e passa direto para debaixo da terra, se tem o batume, fica no batume; eles ainda falaram para mim, realmente você sabe tudo. (Entrevistado AQ1, 75 anos).

Eu fiz diferente do que eles queriam, da forma como eles queriam, a gente tinha que meter um trator, mas a gente não tem, então tivemos que queimar. Eles queriam que tivesse um trator para poder tirar o mato e também que desse a distância de um metro. (Entrevistada, AQ10, 21 anos).

Seu Joaquim, pela própria experiência, expressa muito bem o trabalho da agricultura, então a palavra “empate”, mostra que, mesmo os técnicos tendo uma formação, o agricultor também tem, por isso, Freire (1969) fala sobre o fato de ser indispensável ao ato comunicativo, para que este seja eficiente, o acordo entre os sujeitos, reciprocamente comunicantes. Porque trata de uma comunicação, mostra perfeitamente nas falas sobre a propriedade como eles lidam com situação que não os permitem ter uma irrigação, “sereno vem, cai nas folhas”, “fica no batume”.

São práticas de expressão de amor pela forma de cuidar das plantas, assim, Carneiro e Santos (2016) dizem que os saberes e práticas tradicionais têm que ser valorizados, proporcionando a troca de conhecimentos entre as famílias e os técnicos, sendo norteados pelo tipo de assistência técnica, a autodeterminação, a autonomia e o etnodesenvolvimento. “O saber ambiental muda o olhar do conhecimento e, dessa forma, transforma as condições do saber no mundo da relação que estabelece o ser com o pensar e o saber, com o conhecer e o atuar no

mundo” (LEFF, 2009; p.18). Não é por caso que o entrevistado dá uma espécie de orientação do saber fazer; a aproximação com a natureza é algo muito intenso, que busca alternativas para cuidar das plantas, mesmo sem dispor de recursos tecnológicos. As medidas são simples e ambientalmente corretas, sem exagero, sem desperdícios com grande ousadia.

Para além do pensamento produtivo, ao mesmo tempo é preciso entender que é uma política que trabalha com pessoas, grupos tradicionais, o que exige comprometimento e respeito, não sendo algo muito simples. Perguntou-se: **Como você avalia o trabalho dos técnicos?**

Já que o agricultor passa a ter uma relação próxima, dispõe de informações, dados pessoais, que são necessários para esse trabalho, e, ao mesmo tempo, o agricultor espera informações que correspondem ao que se chama de lidar com “humanos”, “diversidade”.

Na fala deles, pode-se depreender o seguinte:

Tem uns técnicos que, não vou generalizar, são bem atenciosos; mas tem uns que a ignorância mora ali; têm pessoas, sim, boa no projeto, no caso das empresas que são responsáveis, mas têm pessoas que não. (Entrevistado AQ11, 44 anos).

Tem uns meninos bons, mas tem uns meninos aí que exageram, que não têm como fazer do jeito que eles querem, sobre esta medida de plantio de açaí, eu não concordo com nenhuma medição deles, essa medida aí é para quem tem muita terra, para quem, por exemplo, tem grande área, porque se eu for fazer uma medida dessa, isso eu falei para eles, que se eu fazer uma medida dessa, meu terreno vai dar para plantar dez pés de açaí, porque quatro metro de um pé para outro é muito longe, o açaí, dois metros, dois metros e meio é o suficiente, quando você olha que ele está fechado, vê qual que está mais fraca e tira e deixa ficar aquela que está mais bonita. Então essa distância, eu falei para eles, não tem condição porque a terra é pouca. (Entrevistado AQ1, 75 anos).

Os técnicos não são avaliados somente pelo fato de orientar (conhecimento técnico), mas também pela própria maneira de tratar o agricultor. Quando a agricultora diz que “tem uns que a ignorância mora ali”, mostra que, nesse caso, não estavam preparados para estar em campo; uma situação é fazer o trabalho no escritório, somente com documentos; outra, é estar frente a frente com pessoas que enfrentam os mais diversos contextos diários. Por isso que Freire (1983) chama a atenção sobre a importância do diálogo com humanismo verdadeiro. É necessário que o extensionista tome consciência do seu papel de mediador, que não deve ser desenvolvido somente com “competência técnica” (MEDEIROS & MARQUES, 2012; p.249), mas com uma afinidade com os agricultores, as chamadas relações interpessoais.

Neves (1987) diz que no processo de modernização da agricultura, a partir das relações sociais, vai existir o conflito de interesses, o jogo de interesses das forças políticas. Os *conflitos de ideia*, dentro do aspecto de que “isso eu já sabia”, mas que o “novo” conhecimento é

importante, é verdadeiro. “Tem uns meninos bons, mas tem uns meninos aí que exagera, que não tem como fazer do jeito que eles querem”; “eu não concordo com nenhuma medida deles”. A percepção de diferença de um técnico para outro depende muito da preparação, pois essa parte do “exagero”, conseqüentemente, vem da própria orientação da política, o crescimento produtivo.



FIGURA 23: Curso sobre o cultivo da roça sem fogo.
Fonte: Rosenilda Botelho Gomes (pesquisa de campo, 2018).

O extensionista está na posição de quem ensina (contemplar FIGURA 23, acima), logo, o aprendiz está sendo o quilombola, entretanto, o agricultor também se manifestou sobre a atividade, a maneira como aprendeu e como faz o trabalho, mas o olhar do agricultor sobre a orientação técnica recorreu a uma curiosidade, em que o extensionista apresenta como avaliar uma maniva que está propícia para novo cultivo, sem presença de fungos, o que foi algo que chamou muito a atenção dos quilombolas, assim como no açaí. Enquanto que as outras etapas, principalmente a preparação do solo e o plantio, não suscitaram tanto interesse.

5.2 A PERCEPÇÃO DA ARQUIA MEDIANTE A ORIENTAÇÃO TÉCNICA NA COMUNIDADE

A persistência do movimento social – ARQUIA, representante de lutas coletivas, reivindicação de participação no processo de desenvolvimento das comunidades quilombolas das Ilhas de Abaetetuba, sempre almejou os povos que vivem tradicionalmente, para que estes possam ter direitos e, ao mesmo tempo, como diz Freire (1980), sejam sujeitos conscientes da

realidade como agentes de transformação. Pois, as organizações coletivas foram e continuam sendo a forma mais eficaz de reivindicações para a tomada de consciência. Nesse aspecto, considerando cada passo que foi a ATER na comunidade quilombola de Arapapuzinho, tornou-se indispensável compreender o caminhar das ações na percepção do movimento social quilombola.

A ARQUIA foi a articuladora do processo da política de ATER no território quilombola. Muitos dos esforços estão diretamente ligados a esse movimento, os representantes ficam atentos às situações ocorridas na ação da política; reúnem, explicam sobre cada etapa, ou seja, são as pessoas mais próximas, tanto dos agricultores quilombolas, quanto da instituição que está desenvolvendo a ATER no território. Anjos (2006) explica que a associação se torna o elo da conexão entre esses dois mundos tão distintos, o da comunidade e o do Estado. Existe uma influência que não pode ser descartada, e as pessoas sempre cobram de que lado a associação está.

Diante dessa inquietação, coube, então, saber, **como o movimento quilombola avalia a importância dessa política para o território?**

Pois é, a gente percebe que as informações são muito necessárias, e, hoje, os nossos agricultores já têm acesso aos dois conhecimentos, os que eles sabem que são deles e os que são dos técnicos. Eles já falam de agricultura consorciada, apesar deles ainda não estarem trabalhando, mas já têm consciência disso, de diversificação de produção, já se fala em meio ambiente, em trabalhar em área degradada, uma série de benefício que trouxe o projeto, que hoje a gente fica muito feliz em ouvir. Por exemplo, aqui em casa, hoje largaram a olaria e estão na roça, como eles participam da reunião e falam de coisas que nunca tinha ouvido falar. É uma coisa muito boa, que está dando certo e vai dar certo. (Entrevistado MQ1).

O entrevistado A1 apresenta, como importância na ação, o fato de receber os dois conhecimentos (técnico-científico da orientação técnica e o tradicional, saber do cotidiano quilombola). Cunha (2007) leva a entender que ambos os saberes são formas de procurar entender e agir sobre o mundo. A autora compara com obras abertas, inacabadas, sempre se (re)fazendo. Mostra a variedade da concepção do saber. Para Latour (1994), o conhecimento é como o Estado, fruto da ação humana. Essa é uma das formas de revelar que nada pode ser conhecimento se não for comprovado, ou seja, advindo da própria prática.

Uma das expressões que o entrevistado usa para integrar esses saberes é “a agricultura consorciada”. Trata-se da "Associação de plantas com diferentes hábitos de crescimento, [...] permite um melhor uso dos recursos ambientais, tais como nutrientes, água e radiação solar. A combinação de cultivos permite utilizar ao máximo os recursos ambientais." (ALTIERI, 2004; p. 181). Assim, percebe-se que realmente alguns agricultores fizeram o plantio da mandioca,

da macaxeira, do milho e também do açaí, em meio desses cultivares (ver FIGURA 24, abaixo), com a justificativa de que a roça é de corte e queima, e o processo de recuperação e crescimento da floresta ocorre nos “primeiros 15 a 20 anos, após o abandono da área cultivada, quando a taxa de crescimento da capoeira diminui os estoques de nutrientes do solo”. (PEDROSO JÚNIO; MURRIETA; ADAMS, 2008; p. 157). Assim, o agricultor faz melhor reaproveitamento do solo a longo prazo, e não fica preso a um cultivo único. Outro fator está no mercado do açaí, vendido *in natura*.

Essa diversificação na agricultura faz a diferença, e inclui o melhoramento da sustentabilidade e valorização do agroecossistema. Quando na comunidade deixam de desenvolver a atividade oleira e passam para a roça, para o açaí (observar FIGURA 24 (A e B), abaixo), demonstram um dos grandes aspectos da política, visto como positivo.

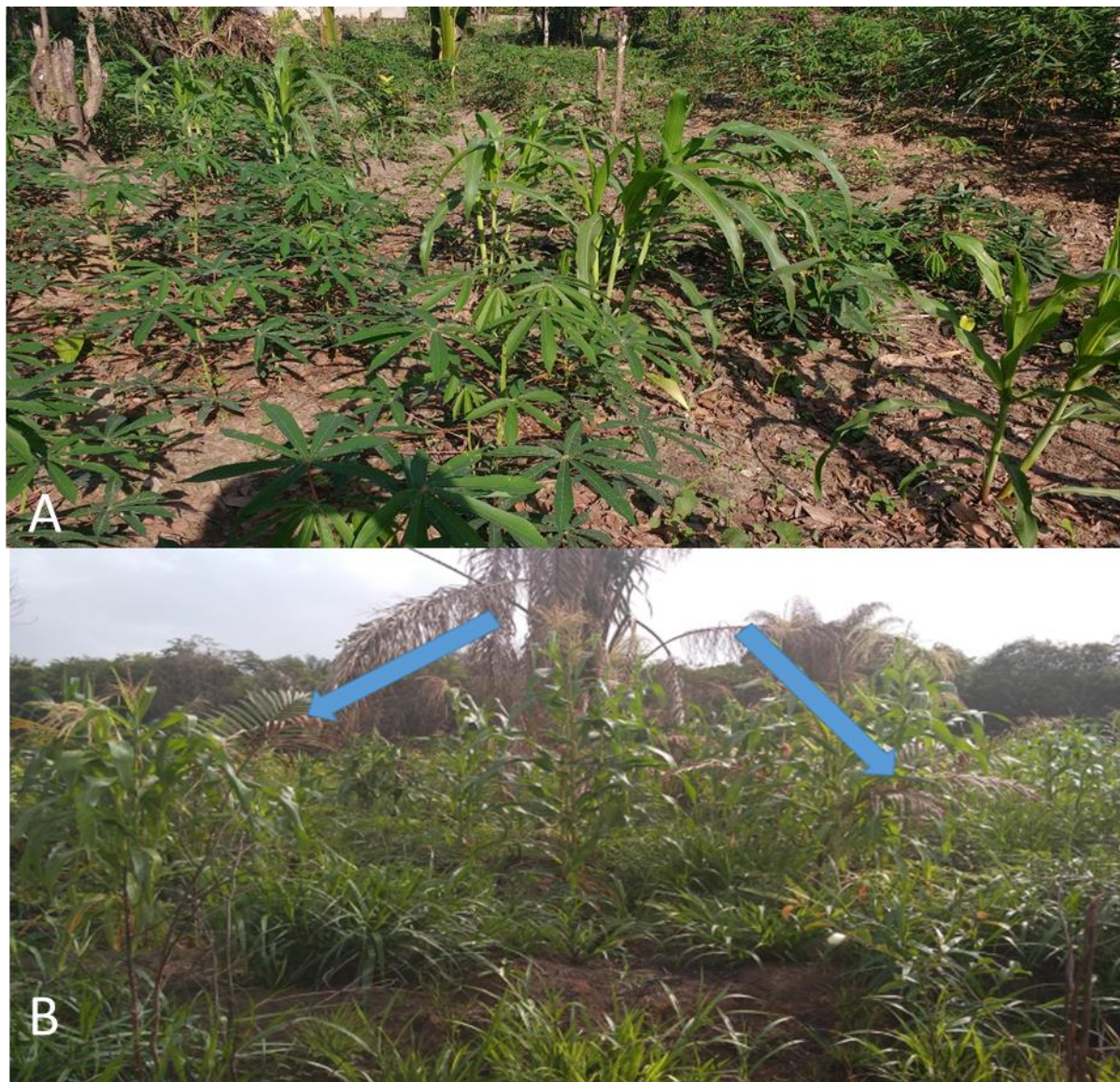


FIGURA 24: A) cultivo da mandioca, macaxeira e milho; B) inserção do açaí na roça de mandioca.

Fonte: Rosenilda Botelho Gomes (pesquisa de campo, 2018).

Dos diversos papéis que a associação desempenhou, um deles está direcionado ao acompanhamento das ações, tendo como estratégia verificar se realmente o trabalho estava ocorrendo conforme apresentada a Chamada 006/2014. No mais, a pergunta se deu sobre a forma como a ARQUIA vem acompanhando essa política:

A gente acompanha na medida do possível, como, por exemplo, na reunião que eles vêm fazer, verificar se está dentro daquilo que a gente quer, que a gente espera. A gente vê que, na empresa, têm pessoas muito capazes, que estão capacitadas, são agrônomos, e outros de outras formações que já vêm de outros locais, já trabalharam em diversos municípios com outros agricultores, então já vêm como uma experiência acumulada durante esses anos. [...]. (Entrevistado MQ1).

Nós, da ARQUIA, participamos da reunião para a gente falar, quanto para ouvir como é que está se dando o desenrolar das coisas. Eu, particularmente, quando vou nesses encontros, claro, não tive oportunidade de estar em todas as comunidades, mas em partes eu tenho ido. Então, faço minhas colocações, tanto como entidade, quanto pelo meu conhecimento que eu tenho de agricultura, então, às vezes eu até coloco a minha experiência. E o papel que eu tenho dentro dessas reuniões, especificamente, é de incentivo [...]. (Entrevistado MQ2).

A grande dificuldade de acompanhamento dos movimentos sociais está principalmente no apoio financeiro, mas percebe-se que, mesmo assim, tanto o presidente quanto o coordenador de projetos acompanham, quando isso acontece, as atividades no território quilombola na “medida do possível”. Por esse motivo, é que muitas das políticas públicas no Brasil não apresentam resultados, ou, às vezes, não são executadas como se especifica nas normas. (Miller & Surel, 2002).

A participação ou acompanhamento requer tempo livre, algo bem complicado para quem precisa fazer outros trabalhos. Logo, pode-se identificar que, mesmo com todas as dificuldades e limites, a associação se fez presente. Gohn (2011), expressa que o movimento social atua na conscientização da sociedade. Nas palavras do entrevistado A2, fica esclarecido que o mesmo, nas reuniões, faz colocações sobre o seu conhecimento, quanto às experiências que possui. Esse tipo de representação social salienta uma característica de afinidade, tanto de membros da associação, como de agricultores, destacando-se a questão do incentivo.

Segundo o discurso do primeiro entrevistado, este se encontra satisfeito; visto como um dever cumprido, relata a efetividade dentro da expectativa. Essa conotação que o movimento expressa do serviço da ATER na comunidade, ocorre através dos profissionais que estão atuando; todavia, nem todos conseguem ter realmente uma boa atuação.

Nesse contexto, mesmo já tendo uma discussão prévia a respeito, por uma compreensão melhor, traz-se ainda à ótica o seguinte questionamento: **O nível de responsabilidade da empresa é bom?**

Sim. Até mesmo porque eles precisam cumprir certos requisitos, mandar relatórios, mandar foto e tudo mais. A responsabilidade deles é boa, porém, todo projeto tem seus problemas, e um dos problemas que vêm enfrentando, que chega a atingir nós da ARQUIA, foi algumas coisas que eles não souberam conduzir no projeto. Primeiro pelo levantamento de demandas, não houve um controle, inicialmente começaram pela DAP, tiraram as primeiras DAP, não valeu; fizeram a segunda, e muita gente deixou de fazer porque, para elas, era só para quem não tinha feito, tinha gente que não tinha DAP e, por final, tive que fazer dois, três cadastros para tirar a DAP, e não tem a DAP; por isso não está no projeto. Eles precisam é de família com porcentual muito grande (que tem necessidade), está no perfil, mas não foi incluso no projeto, porque isso foge do nosso controle da entidade, porque é do administrativo da empresa, no caso, da cooperativa. Então, essas informações, os danos já foram percebidos com o projeto em andamento. Então, nós detectamos e pedimos uma reunião com a cooperativa [...], para ver se a gente consegue algumas correções. E são coisas assim que a gente não conseguiu fazer, mas que faz parte do projeto. A gente

sabe que não adianta dizer que tem dez, vinte anos de experiência, que não vai cometer erro, que vai. O grande impasse que hoje a gente tem na empresa, tem um estresse, é sobre o coordenador (COODERSUS), que ele tem uma visão muito relativa de achar que tudo está certo. Nós já fomos várias vezes pro embate com ele sobre o que é erro técnico para o que é erro administrativo. Então, nisso ele não concorda pela minha posição, achando que eu não tenho conhecimento e achando que tudo que o técnico faz está certo, aí a gente teve esse problema aí, e o resultado de toda essa situação está aí; mas, ruim com isso, pior sem isso. Então, a luta é para endireitar. (Entrevistado MQ2).

É evidente, na fala do entrevistado, que a dinâmica inicial da entidade executora dos serviços de ATER na comunidade teve falhas, que comprometeu famílias que se enquadravam no Programa, mas que, infelizmente, não foram contempladas. Muitos conseguiram reverter essa situação; outros, nem tanto.

“O grande impasse que hoje a gente tem na empresa, tem um estresse, é sobre o coordenador”. A partir desse enunciado, pode-se constatar a presença de conflito, que leva a entender que nem tudo vive de acordo com a situação; mas, o conflito, segundo Simmel (1983), tem caráter positivo e apresenta contribuições às unidades sociais. Faz parte das inquietudes que tem o ser, em não aceitar tudo que lhe é imposto; quanto mais conhece as ações, maior possibilidade de desacordo. “Cabe ressaltar que o conflito é parte da condição humana; não é sempre bom ou sempre ruim, entretanto, todo o conflito traz consigo a possibilidade de mudança e transformação, seja para duas pessoas, uma comunidade ou vários países” (TRETIM & PIRES, 2012; p. 159). A parte positiva do conflito está na arguição de ter o reajuste das falhas que o entrevistado apresenta, em fazer correções dos erros que acontecem nas ações da ATER quilombola.

Outra evidência é a *Relação de poder* que existe entre técnicos e agricultores, encontrada nas operacionalidades dos conhecimentos, tendo em vista que cada qual apresenta uma forma distinta sobre o como é visto o desenvolvimento das atividades. O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo (BOURDIEU, 2006; p. 14). Trata-se de uma forma de convencimento sem violência, no que Fernandes (2004) apresenta a reflexão; contra a ideia da força, a força das ideias, assim consuma a forma de convencer; mas, se de um lado os técnicos apresentam o ato de poder, o controle da ação sobre os quilombolas, pela forma que a política se estrutura, daqueles que desenvolvem o trabalho dentro da orientação dada pelos trabalhadores de ATER; por outro lado, vê-se os quilombolas que vivem no que a autora chama de sociedades complexas, que, além de pertencer a territórios tradicionais, possuem uma identidade de pertencimento.

No que se refere a conhecimentos técnico-científicos e tradicionais, que vêm sendo debatidos como eixo central da pesquisa, busca-se saber com a ARQUIA: **A orientação técnica está ocorrendo dando valor ao saber tradicional dos quilombolas?**

Não temos tido conflitos, a única dificuldade está na orientação da agroecologia, porque algumas pessoas, seguindo o calendário agrícola, o período de roça vai até dezembro; mas que dezembro a roça tinha que estar queimada, que no máximo tinha que começar em novembro. Então, nesse período, houve um atraso, e o técnico acabou achando uma solução, fez um projeto agroecológico, uma roça sem fogo. Então, houve um impacto muito grande, vai contra o que os agricultores sabem, por que não houve um repasse bom de informação, a metodologia. Esta deveria ser feito primeiro uma apresentação do que vem ser um projeto agroecológico, quais os resultados e dificuldades, a partir dali. O cara ia assistir e o palestrante iria fazer a colocação, os resultados de produção, a diferença da queimada e não queimada. Depois, se quando o técnico precisasse fazer a fala, o agricultor ele já sabia o que é o benefício, este estava preparado diferente de chegar e falar, tem que fazer uma roça sem fogo, como, por exemplo, eu não sei qual a vantagem. Em forma que foi equivocada. (Entrevistado MQ2).

Levanta-se a dificuldade dos agricultores quilombolas em aceitar o projeto agroecológico, bem destacado no item 4.1 pelos próprios agricultores. Os estilos de agricultura deverão ser compatíveis com a heterogeneidade dos agroecossistemas, levando-se em conta os conhecimentos locais, os avanços científicos [...] (CAPORAL, 2009; p. 284). Mesmo usando de estratégia metodológica, como a orientação individual e os cursos, não houve uma aceitação sobre esse modelo de cultivo.

O impacto dessa mudança foi evidente nas falas dos associados, que até concordam com essa transição, mas, na prática, isso se resumiu em resistência. O coordenador de projetos discorre sobre como deveria ser a parte metodológica que, possivelmente, poderia ter dado mais resultado sobre a transição almejada na política.

Ao analisar a ação da política, foi importante buscar compreender o seguinte: **Houve mudanças nos quilombolas a partir da chegada da ATER?**

Com unanimidade, as respostas foram as seguintes:

[...] trouxe uma oportunidade das pessoas terem informação que não tinham nas oficinas que apresentam, como direitos sociais, políticas públicas, CAR, enfim. O conhecimento é uma das coisas que traz um resultado a médio e longo prazo, que eles não sabiam e isso valeu sobre a importância da DAP. E o conhecimento, empoderamento, além de aprender a gerenciar seu próprio negócio [...] (Entrevistado MQ2).

A informação, conhecimento, juntou com o que se tinha e com os que os técnicos trouxeram ainda, porque eles têm uma metodologia, simples de se entender, de se trabalhar, não só a questão de produção, mas de tantas outras coisas que eles informam, como a parte social, por exemplo, agora que está se ouvindo falar em CAR na televisão e nós já temos o nosso CAR há muitos anos, e quando alguém vir falar sobre os nossos agricultores já estão informado sobre o CAR, o que é DAP, para que

serve e o porquê disso aí. Eles trabalham com as crianças, com as mulheres, com as famílias, então foi uma série de coisa de suma importância, principalmente para hoje, a época que a gente vive. (Entrevistado MQ1).

O apontamento levantado pelos entrevistados sobre as mudanças, destacam “oportunidade”, “conhecimento”, “empoderamento”, “informações”. Cada expressão tenta representar as mudanças encontradas pelos agricultores. Vale ressaltar que se menciona a oportunidade, de fato, a negação de direitos aos quilombolas atravessa gerações, não chegando a atender as mínimas necessidades; entram na apresentação de mudanças, pois quem de verdade não deseja ter uma oportunidade, mesmo quando elas são mínimas?

O conhecimento, dito como mudança, fortalece que o saber dos agricultores não está sendo representado; referenciado aqui, trata de outros conhecimentos (técnico–científico). O saber tradicional é do cotidiano dos agricultores (senso comum), em que os valores são distintos.

O empoderamento³⁴, principalmente das mulheres que passaram a tomar iniciativa, da forma como iria ser feito o trabalho, quem iria fazer, em sua maioria, gerenciou o processo de produção; mas, é claro que a família fez parte do processo de ação nas atividades escolhidas.

Agora, reportando-se aos representantes do movimento social, indaga-se: Que benefícios ou malefícios são advindos da ação da ATER?

[..]. Embora com os macetes, sempre precisará de tempo para se adaptar. Então, uns absorve como conhecimento, outros não aceita porque isso foi minha avó que me ensinou, disse que é assim. [...] Mas isso são mudanças naturais que precisa e é necessário se adaptar, muitos conhecimentos a gente sabe que já mudou, exemplo a curupira...A gente leva para dá seguimento, mas que a gente precisa de algumas mudanças. (Entrevistado MQ2).

Novamente, a associação se reporta à relação de conflitos, ora como parte negativa da situação, um aspecto chamativo que problematiza a coexistência de situações, passando a compreender o “novo”. O entrevistado entende que a orientação teórica-metodológica é algo que requer tempo para adaptação.

“Extensão Rural Agroecológica”, que seria um processo de intervenção de caráter educativo e transformador, baseado em metodologias de investigação-ação participante, que permitam o desenvolvimento de uma prática social mediante a qual os sujeitos do processo buscam a construção e sistematização de conhecimentos que os leve a incidir conscientemente sobre a realidade, com o objetivo de alcançar um

³⁴ A participação ativa das mulheres na política de ATER na comunidade quilombola de Arapapuzinho, possibilitou a elas o gerenciamento do trabalho, independência do orçamento das atividades econômicas, assim como a efetivação dos trabalhos em cada etapa conforme a chegada do fomento, ocorrendo o que Kleba e Wendausen (2009) chama de empoderamento pessoal que possibilita a emancipação dos indivíduos, aumento da autonomia e da liberdade.

modelo de desenvolvimento socialmente equitativo e ambientalmente sustentável, adotando os princípios teóricos da Agroecologia como critério para o desenvolvimento e seleção das soluções mais adequadas e compatíveis com as condições específicas de cada agroecossistema e do sistema cultural das pessoas implicadas em seu manejo. (CAPORAL, 2003; p. 04).

Esse ideal, representado por Caporal, seria uma das formas de se ter maior possibilidade de dar certo, ou de ser mais aceito; mas não que algo está sendo errado. Está-se falando de pessoas que apresentam um diferencial; o que os técnicos mostram como ecologicamente correto, os quilombolas também veem na sua prática.

Compreende-se que, sendo uma política de conflitos que envolve luta social, geralmente se tem expectativa de bons resultados, e que estes sejam efetivos. Assim, indagou-se **quais as Perspectivas e Resultados esperados dessa política?**

Eu, no final do projeto, eu espero que na medida de 30% dos quilombolas estejam comercializados, vendendo o seu produto, tanto agrícola, quanto outros projetos que ele optou, que trinta por cento esteja ganhando dinheiro em cima do projeto que optou, claro que de forma organizada, pois, hoje, a gente tem dificuldade nessa organização. [...] Pois, no final, é importante o conhecimento, trazer a melhoria familiar, a segurança alimentar, que vem trabalhar a questão da identidade e geração de renda. (Entrevistado MQ2).

A gente espera que todos possam tirar bom proveito daqui, o alimento, as pessoas possam ter e vender o excedente, essa é nossa expectativa, essa é a nossa luta, também na questão do açaí a gente pensa, tem um plano de formar uma agroindústria, não só para o açaí, mas para nossas frutas, que se possa trabalhar e beneficiar essa produção, ao invés de vender para natura, que a gente possa nós mesmo beneficiar esses produtos, [...] trabalhar nas comunidades, o selo quilombola nos nossos produtos. Isso é importante, não só pela garantia, mas para agregar valor. A ideia é beneficiar o produto para ter mais rendimento para os nossos agricultores. (Entrevistado MQ1).

Ambos os entrevistados demonstram uma expectativa de continuação do trabalho, mas com intuito do consumo e beneficiamento dos demais produtos para a venda. A comercialização ocorre de maneira mínima, uma vez que o açaí é vendido para o atravessador ou na feira de Abaetetuba³⁵. Mas, essa era uma situação que deveria ter sido sanada, principalmente o beneficiamento do açaí, caso a micro agroindústria, que ficou inacabada na comunidade Quilombola do Genipaúba, tivesse sido colocada em funcionamento, mas, infelizmente, foi mais uma obra que ficou sem conclusão.

A estratégia de comercialização é um desafio, e quando se levanta essa situação, verdadeiramente, é algo a se organizar, porque a agro industrialização é uma das formas de agregação de valor à inserção dinâmica nos mercados. Uma das opções, seria enquadrar no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que se insere nos 30% dos recursos do

³⁵ A venda do açaí na safra, mesmo este chegando de madrugada, sofre uma oscilação de valor, e, em sua maioria, o preço cai, tornando-se tão barato, ao ponto de, muitas vezes, tirar o mínimo da produção.

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE); contudo, tem suas exigências, e muitas dessas comunidades apresentam dificuldades de inserção. Os agricultores familiares podem participar de forma individual ou organizados em grupos informais (com a DAP física), ou por meio de suas organizações formais (associações e cooperativas), com a DAP jurídica (*SITE CANAL RURAL*).

Dessa forma, deve-se salientar que o movimento social, tem seus limites também, não possui de recursos financeiros para fazer um trabalho de acompanhamento das comunidades com intensidade. Mesmo assim, apresenta postura de defesa dos agricultores quilombolas; lutas, resistência, com foco que as políticas públicas atenda as diversas concepção diferenciada, voltadas para o bem comum das famílias quilombolas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O “Estado Moderno de direitos”, busca, de diversas formas, implementar o capitalismo, como ordem ética e estética de organização social e econômica, e a política pública como direito real dos quilombolas que também está associado ao trabalho, à dignidade, à igualdade, à economia solidária, à autogestão e ao etnodesenvolvimento, que chegam através de um mínimo financiamento público, sendo o marco transversal e interdisciplinar estratégico para o desenvolvimento da agricultura familiar. No entanto, mesmo estando em ato normativo que as ações desenvolvidas teriam apoio de fomento, observou-se que se atrasou em diversos momentos o repasse financeiro para a Chamada, perdendo, então, de alguma forma, o calendário agrícola, dificultando a implementação das ações na comunidade.

Na representação do movimento social quilombola, ao acompanhar as ações, pudemos fazer intervenções importantes, principalmente no que diz respeito à inserção de famílias no cadastro, em que muitos já tinham até se conformado em ficar sem participar do projeto; eram famílias que se enquadravam nas regras e estavam de fora. Foi uma das situações de dificuldades que a cooperativa apresentou no início do levantamento das demandas, sendo provocado uma espécie de conflito.

Sobre os encontros de saberes, estes ficaram bastante na teoria, já que os quilombolas, em grande parte, resistem à orientação técnica, pois preferem as formas de cultivo convencionais, localmente estabelecidas; por terem crescido vendo seus pais desenvolverem tal modelo de atividade, e, por outro lado, porque não dispõem de equipamentos, principalmente para fazer o revolvimento do solo. Dessa forma, esse resultado mostra a necessidade de se ter tecnologias socialmente adaptadas, que estejam ligadas e sejam desenvolvidas partindo dos saberes locais, visando sua maior adoção e direcionamento entre os agricultores da localidade.

Em destaque, a partir das falas dos agricultores, depreende-se que o conhecimento que estes possuem é como se fosse algo que emerge naturalmente, a partir de suas práticas. Contudo, em algumas vezes, não se leva em consideração como um saber que deve ser reproduzido ou disseminado de forma ampla, já que era aplicado localmente. E, apesar desses agricultores terem adquirido alguns conhecimentos a partir do trabalho dos técnicos, mesmo assim acabavam seguindo as práticas dos seus antepassados, tanto na implantação da roça, quanto no manejo do açaí.

Em contrapartida, os técnicos reproduziam, em suas formações feitas na comunidade, que o desenvolvimento local e o aumento da produção seriam possíveis a partir do saber técnico

científico. Entretanto, os técnicos não chegavam a desmerecer o saber desses quilombolas, porque, no momento da visita de avaliação, mesmo percebendo que os agricultores tinham feito de forma diferente, eles emitiam o relatório e incentivavam nos próximos processos, principalmente o da higienização e comercialização, como, por exemplo, reportando-se à produção de farinha. Diante disso, a hipótese inicial que embasou este trabalho de pesquisa se confirma em parte, quando relacionamos a valorização do saber técnico-científico em relação às possibilidades de emergência do desenvolvimento local, partindo do olhar dos técnicos.

Portanto, comparada a outras orientações técnicas que algumas famílias já tiveram em 2004, com a adesão do PRONAF (Manejo de açaí), podemos dizer que a COODERSUS, enquanto instituição de serviços, realizou uma espécie de inovação técnica para atender, de forma diferenciada, uma comunidade que trabalha com agricultura familiar e que tem todo um conhecimento empírico, através dos acompanhamentos que não visavam somente melhorar a produção, mas a própria relação homem-natureza, para não perderem o vínculo com a terra, pois, antes de pensar o desenvolvimento, era pensada a sustentabilidade, podendo aproveitar não só os produtos feitos localmente, mas também os seus derivados. Os agricultores apresentaram um manejo distinto, em que era enfatizado a importância de outros cultivares e a diversidade da produção agrícola local.

Também consideramos que as concepções dos agricultores quilombolas, que orientam as diferentes maneiras de fazer com relação às atividades que desenvolvem em suas propriedades (embora algumas delas estejam situadas marginalmente nos sistemas produtivos), podem servir de início para uma reflexão que possa envolver os diferentes atores de desenvolvimento local em torno do tema em questão.

Portanto, diremos que se alcançou cada objetivo da pesquisa, sendo notório que houve incentivo às práticas agrícolas através da política de ATER, pois o agricultor teve possibilidade de plantar, fazer manejo, etc. Muitas famílias até investiram de forma plausível nos recursos creditícios recebidos (fomento); outras, nem tanto, devido a uma série de situações. Dizemos, então, da mesma forma que os quilombolas se expressaram (movimento social e famílias quilombolas), que tiveram a oportunidade de participar de reuniões, formações e até o enquadramento de pessoas no Programa Bolsa Família a partir do cadastro do CAD Único.

Por fim, apresentamos algumas dificuldades para a realização deste estudo. A primeira se refere ao aspecto financeiro, devido à falta de bolsa para manter o transporte e o deslocamento em todas as etapas desta pesquisa. E a segunda tem a ver com a resistência de algumas famílias quilombolas, que, de início, ficaram retraídas, em decorrência de termos feito parte da equipe de ATER no início do projeto. Mas, ao longo da pesquisa de campo, ficou

esclarecido que o objetivo era compreender a ação da política de forma ampla e ao mesmo tempo crítica, não tendo nenhuma ligação com a instituição responsável pelo trabalho de ATER. Dessa maneira, podemos considerar que, mesmo com as limitações, procuramos abordar fatores que descrevem uma realidade vivenciada na comunidade quilombola a partir das ações da PNATER.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 4. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

ANJOS, J. C. G. **No território da linha cruzada: a cosmopolita afro-brasileira**. Porto Alegre: Editora da UFRGS / Fundação Cultural Palmares, 2006.

_____. **Rede Quilombola como espaço de ação política**. 1996. Disponível em <<http://www.ufrgs.br/.../jose-carlos-gomes...anjós/anjós-jose-carlos-gomes-dos-raca-e-pobrez.pdf>>. Acesso em: 11 ago. 2017.

AQUINO, J. R. **Avanços e limites da política de crédito do PRONAF no Brasil (1996-2008): uma reflexão crítica**. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/13/817.pdf>>. Acesso em: 11 ago. 2017.

AZEVEDO, A. A; CAMPANILLI, M.; PEREIRA, C. (Org.). **Caminhos para uma Agricultura Familiar sob bases Ecológicas: produzindo com Baixa Emissão de Carbono**. 1. ed. revisada e atual. - Brasília, DF: IPAM, 2015.

BOECKMANN SILVA, M.; CAPORAL, F. R. Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e os Desafios da Sustentabilidade. **Cadernos de Agroecologia**, v. 8, n. 2, nov. 2013.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 6. ed. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2003.

BRANDÃO, C. R.; BORGES, M. C. A pesquisa participante: um momento da educação popular. **Rev. Ed. Popular**, Uberlândia, v. 6, p.51-62., jan./dez. 2007.

BRASIL. **Chamada Pública DPMRQ/MDA nº 006 /2014**. Brasília, novembro de 2014.

_____. **Constituição Federal Brasileira de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 20 set. 2017.

_____. **Decreto nº 4.885, de 20 de novembro de 2003**. Poder Legislativo-câmara dos deputados. Brasília, DF, 20 nov. 2003; 182º da Independência e 115º da República.

_____. **Decreto nº 4.886, de 20 de novembro de 2003**. Institui a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial – PNPIR e dá outras providências. Poder Legislativo. Senado Federal. Brasília, 20 de novembro de 2003; 182º- da Independência e 116º da República. [Diário Oficial da União de 21/11/2003].

_____. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 08 fev. 2007.

_____. Decreto nº. 4.887, de 20 de novembro de 2003. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 21 nov. 2003.

_____. Decreto-lei nº 4.739, de 13 de junho de 2003. Transfere a competência que menciona, referida na Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 14 junho. 2003.

_____. Decreto nº 7.215, de 15 de junho de 2010. Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – PRONATER. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 16 jun. 2010.

_____. Decreto-lei, nº 6.261, de 20 de novembro de 2007. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 21/11/2007, Página 21 (Publicação Original). Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2007/decreto-6261-20-novembro-2007-563585-publicacaooriginal-87681-pe.html>>. Acesso em: 17 ago. 2017.

_____. **Instrução Normativa nº 57 de 20 de outubro de 2009**. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, de intrusão, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos.

_____. Lei nº 10.678, de 23 de maio de 2003. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 26 maio 2003.

_____. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 11 mar. 2008.

_____. **Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010**, altera a Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências. Brasília, 11 de janeiro de 2010; 189º da Independência e 122º da República. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/DOU/2010/01/12>>. Acesso em: 17 ago. 2017.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Secretaria de Agricultura Familiar (SAF), Grupo de Trabalho Ater. “**Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**: Versão Final: 25/05/2004.

_____. **Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura**. Brasília-DF: MAPA. 172 p.

_____. **Portaria nº 424, de 14 de julho de 2017**. Torna público o Planejamento Estratégico e suas rotinas de revisão e acompanhamento na Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. DOU de 17 jul. 2017.

_____. **Projeto de lei do Congresso Nacional**. Decreta instituída à Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Fundamentos teóricos, orientações e procedimentos metodológicos para a construção de uma pedagogia de ATER**. Brasília: MDA/SAF, 2010. 45 p.

BROSLER, T. M.; OLIVEIRA, E. R. L.; BERGAMASCO, S. P. P. **Métodos na Nova Extensão Rural no Brasil: caminho para a participação, de quem?** In: 48º CONGRESSO Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Campo Grande, 25 a 28 de julho de 2009.

CABRAL, A. L. A.; FILHO, L. O. M.; BORGES, L. A. C. S. Uso do fogo na agricultura: legislação, impactos ambientais e realidade na Amazônia. **Fórum Ambiental da Alta Paulista: Direito Ambiental, políticas públicas e sociedade**, ANAP, v. 9, n. 5. p. 1-13, 2013.

CAETANO, R. F.; SILVA, R. N. P.; ALVES, E. S. O território como elemento constituidor da identidade sociocultural dos povos e comunidades tradicionais: a constituição sócio-histórica da comunidade ribeirinha de São Carlos (Baixo Madeira, Porto Velho/RO). **Revista Saberes da Amazônia**, Porto Velho, v. 2, n. 5, p. 348-363, jul.-dez. 2017.

CALDART, R. A Escola do Campo em movimento. **Currículo sem Fronteira**, v. 3, n. 1, p. 67, jun. 2003.

CAPORAL, F. R. **Agroecologia, Campesinato e História** – ISEC/ETSIAM, Universidad de Córdoba (Espanha), Extensionista Rural da EMATER/RS-ASCAR. Este texto tem como base o Capítulo VIII da Tese de Doutorado do autor. Santa Maria (RS), janeiro, 2003.

_____. **Extensão Rural e Agroecologia**: temas sobre um novo desenvolvimento rural, necessário e possível. Brasília: MDA, 2009.

CASTRO, D. A. Produtos da floresta: usos e sustentabilidade em uma Comunidade Amazônica. **Revista Terceira Margem Amazônia**, v. 1, p. 9-23, 2012.

CASTRO, E. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. **Papers do NAEA**, Belém, n. 92., maio 1998.

CHAUÍ, M. Cultura e democracia. **Crítica y emancipación: Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales**, Buenos Aires, v. 1, n. 1, jun. 2008.

CRISTÓVAM, J. S. S. O Estado Democrático de Direito como princípio constitucional estruturante do direito administrativo: uma análise a partir do paradigma emergente da administração pública democrática. **RJLB**, v. 3, n. 3, 2017. Disponível em: <http://www.cidp.pt/revistas/rjlb/2017/3/2017_03_0575_0604.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2019.

CUCHE, D. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru: EDUSC, 1999.

CUNHA, M. C. **Relações e dissensões entre Saberes tradicionais e saber científico**. In: Conferência realizada na Reunião da SBPC, 12 de julho de 2007, Belém-PA.

DANICHEWCZ, M.; MAÇANEIRO, M. B. **Agricultura Familiar e Sustentabilidade**: Um Estudo em Pequenas Propriedades no Município de Prudentópolis – PR. 2016. Disponível em: <<http://publicacresol.infocor.org.br/upload/pesquisa/223.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2019.

DE SARDAN, J. P. O. **Anthropologie et développement**: essai en socio-anthropologie du changement social. Paris: Karthala, 1995. p. 173-185.

DIAS, M. M. Extensão Rural para Agricultores Assentados: uma Análise das Boas Intenções Propostas pelo “Serviço de Ates”. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 21, n. 3, p. 499-543, 2004.

DIEGUES, A. C. (Org.). **Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil**. São Paulo: MMA/COBIO/NUPAUB/USP, 2000.

_____. **O mito da natureza intocada**. 3. ed. – São Paulo. Ed: HUCITEC, / USP, 2001.

DUARTE, D. N. **As diferentes abordagens da ação extensionista e suas implicações para o Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural – INCAPER**.

Dissertação (Mestrado em Instituições sociais e desenvolvimento; Cultura, processos sociais e conhecimento) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa-MG, 2012.

ENGELS, F. **Dialética da natureza**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

FAORO, R. **Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro**. 3. ed. São Paulo: Globo, 2001.

FATORELLI, L.; MERTENS, F. Integração de políticas e governança ambiental: o caso do licenciamento rural no Brasil. **Ambiente & Sociedade**, Campinas/SP, v. 13, n. 2, p. 401-415, dez. 2010.

FERNANDES, F. **Sociologia crítica e militante**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

FERREIRA, M. S. S.; GUEDES, M. V. C. Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER. **Informes Sobre Políticas Públicas**. Jan./jun. 2008.

FINATTO, R. A.; SALAMONI, G. A organização da agricultura familiar de base agroecológica em Pelotas/RS. **Revista de Geografia Agrária**, v. 6, n. 11, p. 280-311, fev. 2011.

FREIRE, P. **Ação Cultural para a Liberdade**. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

_____. **Conscientização, Teoria e Prática da Libertação: Uma Introdução ao Pensamento de Paulo Freire**: 3. Ed. São Paulo: Moraes, 1980.

_____. **Extensão ou comunicação?** 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. **Pedagogia do Oprimido**, 24. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FRIGOTTO, G. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. *In*: FAZENDA, I. (Org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

FUNK, F. *et al.* Pluriatividade: uma estratégia de sustentabilidade na agricultura familiar nas localidades de Capão Seco e Barra Falsa 3º distrito – Rio Grande – RS. **Revista Geografia**, v. 15, n. 2, jul./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/geografia>>. Acesso em: 28 ago. 2018.

GASPAR, L. **Método e técnicas da pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

_____. Quilombolas. **Pesquisa Escolar Online**, Fundação Joaquim Nabuco, Recife 2011. Disponível em: <<http://www.basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>>. Acesso em: 28 ago. 2018.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. 1. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa: Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: Ed. Universidade / UFRGS, 2000.

GOHN, M. G. Abordagens Teóricas no Estudo dos Movimentos Sociais na América Latina. DOSSIÊ. **CADERNO CRH**, Salvador, v. 21, n. 54, p. 439-455, set./dez. 2008.

_____. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**. v. 16 n. 47 maio-ago. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a05.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2019.

GOMES, F. S. **Mocambos e quilombos**: uma história do campesinato negro no Brasil. 1. ed. São Paulo: Claro Enigma, 2015. (Coleção Agenda Brasileira).

GOMES, N. L. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. **Educação e Pesquisa**, v. 29, n. 1, jan.-jun. 2003.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**: volume 2. Edição e tradução: Carlos Nelson Coutinho; co-edição: Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

HABERMAS, J. **Direito e Democracia**: Entre felicidade e validade, v. 2. Tradução: Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

HAGE, S. M. Movimentos Sociais, Educação do Campo e Pesquisa: Um estudo sobre os grupos de pesquisa do Pará no diretório do CNPq. **Dossiê Educação do Campo**, v. 4. n. 6, p. 26, jun. 2009.

HALL, S. A identidade em questão. Nascimento e Morte do Sujeito Moderno. As culturas nacionais como comunidades imaginadas. In: HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

HERRAIZ, A. D.; RIBEIRO, P. N. T. **Opções sustentáveis de Manejo e cultivo de açaí na calha do rio Madeira, Sul do Amazonas**: Projeto Fronteiras Florestais. Humaitá-AM: 2013.

INGOLD, T. Cultura, percepção e ambiente: diálogo com Tim Ingold. In: STEIL, C. A.; CARVALHO, I. C. M. (Org.). **Caminhando com Dragões**: em direção ao lado selvagem. 2011.

JAPIASSU, H. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos**: ensaio de Antropologia Simétrica. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994. 152 p.

LEFF, E. Agroecologia e saber ambiental. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 3, n. 1, jan./mar.2002. Disponível em: <http://www.taquari.emater.tche.br/docs/agroeco/revista/ano3_n1/revista_agroecologia_ano3_num1_parte08_artigo.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2018.

LIMA, A. V. Desenvolvimento Sustentável: Reflexões Conceituais para a Amazônia. **Revista Terceira Margem Amazônia**, v. 1, n.1, p.109-130, 2012.

MARTINS, K. V.; PAIVA, A. S.; ALMEIDA, R. O. Saberes locais de moradores de mangue seco, Bahia: questões socioculturais e ambientais. **Revista Ourucuri**, 2016.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo, 1998.

MEDEIROS, M.; MARQUES, F. C. Dois mundos, duas linguagens: os processos de mediação social e a diversidade de conhecimentos na construção de projetos para o desenvolvimento rural. (Orgs.), **R. Inter. Interdisc. INTERthesis**, Florianópolis, v. 9, n.1, p. 243-259, jan.-jul. 2012.

MENEGHETTI, G. A.; SOUZA, S. R. A agricultura familiar do amazonas: conceitos, caracterização e desenvolvimento. **Terceira Margem: Amazônia**, São Paulo, v. 1, n. 5, p. 35-57, dez. 2015.

MINAYO, M. C. S. O desafio da pesquisa. In: MINAYO, M. C. S.; GOMES, S. F. D. R. (Orgs.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 27. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA / SAF. **Projeto indicadores de avaliação de resultados de ATER**. ASBRAER – Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural. Belo Horizonte: ASBRAER, 12 jun. 2007.

MONTAÑO, C. **Estado, classe e movimento social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MOREIRA, E.; TARGINO, I. De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semiárido paraibano. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 10, n. 10, p. 72-93, jan./jun. 2007.

MOTA, D. M.; SCHMITZ, H.; FREITAS, M. N. Ciência e tecnologia: pesquisa com e para os agricultores familiares. In: LOPES, E. S. A. (Org.). **Ciência e tecnologia no Estado de Sergipe**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2012. p. 73-91. Versão modificada de artigo publicado anteriormente na Revista Raízes, nos anais do II Encontro da Rede de Estudos Rurais e, em versão reduzida, nos Cadernos de Ciência & Tecnologia.

MOTA, F. R. **Quanto custa ser um quilombola no Brasil?** Mobilizações coletivas e associativismo no Brasil contemporâneo. 2011.

MULLER, P.; SUREL, Y. **A Análise das Políticas Públicas**. [Traduzido por] Agemir Bavaresco, Alceu R. Ferraro. Pelotas-RS: Educat, 2002.

MUNANGA, K. Origem e histórico dos quilombos em África. In: MOURA, C. (Org.). **Os quilombos na dinâmica social do Brasil**. Maceió: Edufal, 2001. p. 21-31.

NETO, G. B. C.; GERMANO, J. W. **Ciência e Saberes da Tradição: em busca da "ecologia dos saberes"**. In: XXVIII Congresso Internacional da ALAS – Associação Latino Americana de Sociologia, 06 a 11 de setembro de 2011, Recife-PE, Brasil.

NEVES, D. M. P. Mediações Sociais e mediadores políticos. In: _____. **Desenvolvimento social e mediadores políticos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS/PGDR/NEAD, 2008.

_____. As políticas agrícolas e a Construção do Produtor moderno. **Cad. Dif. Tecnol**, Brasília, 1987.

NOGUEIRA, O. L. **Açaí**. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2005. 137 p.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. [Traduzido por] Yara Aun Khoury. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos de Pós-Graduação de História Departamento de História – PUC – São Paulo**, 1981.

NUNES, L. S. **A questão socioambiental e a atuação do assistente social. Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 196 - 212, jan./jun. 2013. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/13337/9623>>. Acesso em: 20 abr. 2018.

OLIVEIRA, J. A. A margem e o Centro na produção do urbano na Amazônia. *In*: SIMONIAN, L. T. L. (Org.). **Belém do Pará: História, Cultura e Sociedade**. Belém-PA: Editora do NAEA, 2010. Cap. 2.

OLIVEIRA, M. S. P. *et al.*; **Açaizeiro: Cultivo e Manejo Para Produção de Frutos**. Belém: Circular Técnica, 2002.

PEDROSO JUNIOR, N. N.; MURRIETA, R. S. S.; ADAMS, C. A agricultura de corte e queima: um sistema em transformação. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. hum.** [online]. 2008, v. 3, n. 2, p. 153-174.

PERUZZO, C. M. K. **Da Observação Participante à Pesquisa-Ação em Comunicação: pressupostos epistemológicos e metodológicos**. *In*: III Colóquio Brasil-Itália de Ciências da Comunicação, Belo Horizonte-MG, 2003.

PIMENTEL, A. E. B.; PINTO, M. S. V.; CRUSCIOL, J. H.; SIMON, E. J.; CARMO, M. S. A formação do profissional de Ciências Agrárias e o programa de residência agrária – experiência no assentamento Laudenor de Souza (SP). **Educação em Revista**, Marília, v. 9, n. 2, p. 21-36, jul.-dez. 2008.

REIS, A. A. **Estratégias de desenvolvimento local sustentável da pequena produção familiar na várzea do município de Igarapé-Miri (PA)**. 2. ed. Belém-PA: Sociedade Brasileira de Sociologia da Região Norte, 2010.

RODRIGUES, L. R.; GUIMARÃES, F. F. F.; COSTA, J. B. A. Comunidades Tradicionais: sujeitos de direito entre o desenvolvimento e a sustentabilidade. *In*: Conferência do Desenvolvimento (CODE) da IPEA, 2011, Brasília (DF). **Anais eletrônicos...** Brasília-DF, 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area1/area1_artigo13.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2018.

SANTOS, A. F.; LUSA, M. G. **Extensão Rural e Serviço Social: Perspectivas para o Campo**. Disponível em: <https://www.uniara.com.br/legado/nupedor/nupedor_2014/Trabalhos%20Completo/7Aman%20a%20Santos.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2018.

SCHMIDT, M. L. S. Pesquisa participante: Alteridade e comunidades interpretativas. **Psicologia USP**, v. 17, n. 2, p. 11-41, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pusp/v17n2/v17n2a02.pdf>>. Acesso em: 21 ago. 2017.

SCHMITZ, H. **A problemática da participação nas propostas atuais de extensão rural**. *In*: SBS – XII Congresso Brasileiro de Sociologia. Belo Horizonte-MG, 31 de maio a 03 de junho de 2005.

- SCHNEIDER, S. **A pluriatividade da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.
- SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DE IGUALDADE RACIAL – SEPPPIR. **Guia de políticas públicas para quilombolas**. Brasília: Programa Brasil Quilombola, 2013.
- SILVA, F.; LEITÃO, M. Extensão rural e floricultura tropical para o desenvolvimento local: a cooperação no processo de inclusão competitiva dos agricultores familiares em Pernambuco. **Interações**, v. 10, n. 1, p. 9-19, 2009.
- SILVA, M. O. S. Avaliação de Políticas públicas: teoria e práticas. **Revista de Políticas Públicas (RPP)**, São Luís, v. 17, n. 1, jan./jun. 2013.
- SILVA, S. P. Políticas públicas, agricultura familiar e desenvolvimento territorial. **Revista Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v. 16, n. 58, 2011.
- SIMMEL, G. A natureza sociológica do conflito. In: MORAES FILHO, Evaristo (Org.). **Simmel**. São Paulo: Ática, 1983.
- SIMÕES, A. **Economia solidária e mercados institucionais**: o papel das organizações camponesas na construção da ação pública. In: XVI Congresso Brasileiro de Sociologia, 10 a 13 de setembro de 2013, Salvador-BA.
- SOARES, E. G. **Quilombo**: território e territorialidades. Curitiba-PR: Formação em ação, 2017.
- SOUZA FILHO, C. F. M.; PRIOSTE, F. Quilombos no Brasil e direitos socioambientais na América Latina. **Rev. Direito e Práx.**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 4, p. 2903-2926, 2017.
- SOUZA, V. A. B.; WILLERDING, I. A. V.; FELICIANO, A. M.; SILVA, M. T.; LAPOLLI, É. M. **A Interdisciplinaridade na Formação do Extensionista Rural**. In: VIII CONVIBRA Administração – Congresso Virtual Brasileiro de Administração – www.convibra.com.br.
- SOUZA, A. A. C. **Políticas Educacionais na Amazônia**: Estado, Democracia, Sociedade Civil e Participação. Jundiaí-SP: Pacto Editorial, 2015.
- STAVENHAGEN, R. Etnodesenvolvimento: Uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista. In: **Anuário Antropológico 84**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985.
- TAVARES, F. B. **Os saberes locais dos agricultores e sua relação com a gestão das pastagens**: estudo de caso em um projeto de assentamento no município de Itupiranga – PA. 2003. 170 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Pará, Marabá-PA, 2003.
- TRENTIN, T. R. D.; PIRES, N. S. S. Mediação socioambiental: uma nova alternativa para gestão ambiental. **Revista eletrônica do Departamento de Ciências Jurídicas e Sociais da UNIJUÍ**, Ijuí-RS, v. 21, n. 37, jan.-jun. 2012.
- TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.
- VANNUCCHI, A. **Cultura brasileira**: o que é e como se faz. São Paulo: Edições Loyola, 1999.
- YAZBEK, M. C. Serviço Social e pobreza. **Rev. Katál**. Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 153-154, jul.-dez. 2010.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Trad. Daniel Grassi. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZANELLA, L. C. H. **Metodologia de estudo e de pesquisa em administração**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; Brasília: CAPES / UAB, 2009.

APÊNDICES

APÊNDICE I – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA / BAIXO TOCANTINS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIDADES, TERRITÓRIOS E
IDENTIDADES (PPGCITI)**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título Prévio da Dissertação: **IDENTIDADE SOCIOAMBIENTAL E CULTURAL DOS QUILOMBOLAS: uma análise da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na comunidade Quilombola do Rio Arapapuzinho, Abaetetuba-PA.**

Os pesquisadores Rosenilda Botelho Gomes e Francinei Bentes Tavares solicitam a sua colaboração para preencher um formulário contendo perguntas sobre a ATER QUILOMBOLA. Com as informações, pretendemos analisar se a ATER está contribuindo para o fortalecimento da agricultura familiar no território quilombola, no que diz respeito à organização produtiva, ao manejo sustentável e ao diálogo com os saberes socioambientais desses povos ditos “tradicionais”, no Rio Arapapuzinho, em Abaetetuba-PA. Assim, busca-se responder “Como a ATER no território quilombola pode fortalecer a organização produtiva dos agricultores quilombolas, preservando seus saberes culturais e socioambientais acerca das atividades produtivas da agricultura familiar?” As entrevistas poderão ser gravadas, caso você autorize, ou descritas. A partir dos dados coletados nas entrevistas realizadas e das informações obtidas sobre a ATER QUILOMBOLA no Baixo Tocantins, desenvolvida pela COODERSUS (Cooperativa de Trabalho em Apoio ao Desenvolvimento Rural Sustentável), pretende-se elaborar um Trabalho de Conclusão de Mestrado no programa do PPGCITI. Os dados sobre a investigação e os resultados serão informados aos participantes e moradores da comunidade do rio Arapapuzinho, às instituições de ensino e pesquisa e às autoridades competentes que possam divulgar e aplicar os resultados. A participação na pesquisa é voluntária, não terá nenhuma despesa e nem receberá algo em troca. Mesmo após sua autorização, você terá o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, independente do motivo e sem qualquer prejuízo à sua pessoa, e as informações fornecidas serão utilizadas apenas na realização desse projeto. As pessoas que participarem da pesquisa estarão ajudando a divulgar sobre como ocorre a ATER QUILOMBOLA em relação à Chamada nº 006/2014, que é uma Política diferenciada aos povos tradicionais, que foi instituída através da LEI de nº 12.188 de 11 de janeiro de 2010. As informações e resultados da pesquisa serão divulgados em revistas científicas nacionais ou internacionais, porém sua identidade será sempre mantida em segredo. Se você quiser saber mais detalhes e os resultados da pesquisa, pode fazer contato com o professor pesquisador Francinei Bentes Tavares, pelo e-mail: francinei@ufpa.br; frankbentes@gmail.com, ou pelo telefone (91) 99266-3689.

Consentimento Pós-Informação

Eu, _____, entendi o processo da pesquisa e aceito participar de livre e espontânea vontade. Por isso, dou meu consentimento para inclusão como participante da investigação e atesto que me foi entregue uma cópia deste documento.

Assinatura do entrevistado

_____/_____/_____
Data

Nome de quem realizou a entrevista

APÊNDICE II – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS AGRICULTORES QUILOMBOLAS

- 1) Nome: _____ Idade: _____

- 2) Escolaridade: _____ Tempo que mora na comunidade: _____

- 3) Quantas pessoas compõem a sua família?

- 4) Qual ou quais atividades você desenvolve?

- 5) Com quem você aprendeu essas atividades?

- 6) Como os técnicos estão lhe orientando?

- 7) Com a chegada da ATER, você mudou a forma de desenvolver essa atividade?

- 8) Você já tinha participado de algum projeto que envolve financiamento agrícola?

- 9) Qual a importância da ATER para você?

- 10) Participa das formações disponibilizadas pela equipe técnica? Que formações são essas?

- 11) A assistência técnica influenciou nas atividades produtivas desempenhadas pelo seu grupo familiar?

- 12) A produção é para venda ou consumo?

- 13) Como você avalia o trabalho dos técnicos da COODERSUS?

APÊNDICE III – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS REPRESENTANTES DA ARQUIA

01) Nome:

02) Quando foi fundada a ARQUIA? Qual o objetivo?

02) Quantos anos você coordena a associação?

04) Em que ano esse território foi titulado?

05) Quantas comunidades estavam nesse documento?

06) Quais políticas públicas a associação já conseguiu para esse território?

07) Como foi para os quilombolas serem contemplados pela PNATER (Política Nacional da Assistência Técnica)?

08) Qual a importância dessa política para esse território, mais especificamente para o Arapapuzinho?

09) Como vocês vêm acompanhando essa política?

10) Como vocês avaliam a ação que está acontecendo no território?

11) Que mudanças você já percebe nos quilombolas a partir da chegada da ATER?

12) Quais benefícios e/ou malefícios a ATER trouxe?

13) Como coordenador da ARQUIA, quais as Perspectivas e Resultados esperados dessa política?

APÊNDICE IV – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS TÉCNICOS DA COODERSUS

Nome: _____

Função: _____ Formação: _____ Experiência em ATER () sim () não

- 1) Como você orienta tecnicamente as famílias e os quilombolas?

- 2) Como você avalia o trabalho que eles desenvolvem UPF' nessa chamada?

- 3) Os quilombolas do Arapapuzinho seguem a orientação ou mudam alguma coisa?

- 4) Quais as principais dificuldades que vocês, enquanto técnicos, encontram para desenvolver esse trabalho nessa chamada?

APÊNDICE V – QUESTIONÁRIO PARA O COORDENADOR DA COODERSUS

Nome:

Função:

Formação:

Experiência em ATER () sim () não

- 1) Quanto tempo a COODERSUS desenvolve atividade de ATER?
- 2) Qual a diferença dessa chamada de ATER para outras chamadas que a COODERSUS já acompanhou?
- 3) Por quanto tempo a COODERSUS vai acompanhar os quilombolas?
- 4) Alcançaram a meta solicitada pelo MDSA?
- 5) Quais instituições governamentais e não governamentais estão colaborando nesse trabalho?
- 6) Os quilombolas do Arapapuzinho estão participando efetivamente?
- 7) Quais as principais dificuldades da aplicação da ATER para os quilombolas?
- 8) Quantos técnicos estão trabalhando nessa chamada?
- 9) Como os técnicos são preparados a cada retorno à comunidade? São sempre orientados sobre as especificidades dos quilombolas enquanto comunidades tradicionais e quanto aos saberes dos mesmos?
- 10) Como coordenadora, quais os maiores desafios na aplicação da ATER para os quilombolas?

